

**Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação**

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS INSTRUMENTOS DE
REGULAMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO: O CASO DO PARQUE
ESTADUAL DO JALAPÃO - TO**

Rosângela Araujo Fernandes Benvindo



**Brasília-DF
2009**

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-graduação

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS INSTRUMENTOS DE
REGULAMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO: O CASO DO PARQUE
ESTADUAL DO JALAPÃO - TO**

Rosângela Araujo Fernandes Benvindo

Orientadora: Professora doutora Maria do Carmo de Lima Bezerra

Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Linha de pesquisa: Paisagem, ambiente e sustentabilidade.

Brasília-DF
2009

BENVINDO, Rosângela Araujo Fernandes

Análise comparativa dos instrumentos de regulamentação das políticas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo: O Caso do Parque Estadual do Jalapão – TO. Rosângela Araujo Fernandes Benvindo.

Brasília, 2009.

196 p.:il.

Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação da FAU/UnB do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

1. Unidade de Conservação 2. Ecoturismo 3. Instrumentos de regulamentação de políticas públicas 4. Parque Estadual do Jalapão – TO.

Concede-se à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. À autora desta reservam-se os direitos de publicação, e não se pode reproduzir nenhuma parte sem sua autorização.

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-graduação

**Análise Comparativa dos Instrumentos de Regulamentação das
Políticas de Proteção Ambiental e de Promoção do Ecoturismo: O
Caso do Parque Estadual do Jalapão - TO**

Rosângela Araujo Fernandes Benvindo

Dissertação de mestrado submetida ao programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, linha de pesquisa em paisagem, ambiente e sustentabilidade

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo de Lima Bezerra – (FAU/UnB)
(Presidente / Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Raquel Blumenshein - FAU/UnB
(Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Sobreira de Moura - UFPE
(Examinadora)

Brasília-DF, 29 de junho de 2009.

MENSAGEM INICIAL

“A bipartição de uma totalidade acentua sua tensão. As duas partes estão em oposição uma contra a outra e estão contidas na totalidade do todo” (H. Lausberg, 1993).

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa situar as pessoas que fazem parte da memória da minha vida nos acontecimentos e momentos perpetuados por elas que contribuíram com a evolução do meu ser. Então, parto do princípio da criação humana: DEUS, o maior de todos os seres, que se mantém, constantemente, presente na minha vida.

À família patriarcal e matriarcal, enorme por sinal, constituída por avós, tios, primos, pai, mãe, irmãos, sobrinhos e sobrinhos-netos. Dentre eles destaco o meu pai, *in memorian*, que, com sua carga de sofrimento, iluminou os nossos caminhos; a minha mãe que permitiu que as luzes destes não se apagassem, enchendo-os de virtudes e ternuras; aos meus cinco primeiros irmãos que pela diferença de idade mantinham o carinho de tios; aos meus quatro irmãos (os restantes), das gostosas travessuras de crianças, dos papos de adolescente e das inconstâncias da fase adulta.

À família adotiva, vinda do meu casamento com o Glênio, formada pela sogra-mãe, sogro-pai, *in memorian*, a cunhada-irmã, os cunhados-irmãos, os sobrinhos-filhos, os tios-tios (principalmente, Sanchinha e Nonato que se diferenciam por suas posturas acolhedoras).

À minha pequena família constituída por esposo e dois lindos filhos (Natália e Júnior), por construírem comigo uma fortificação onde reina o amor, o respeito, a parceria e por terem tido paciência nos meus momentos presentes e ausentes.

À minha orientadora, aliás, a grande professora-doutora da UnB, Maria do Carmo, com quem, neste curto período de tempo, apreendi lições importantes de vida as quais superaram as acadêmicas.

E aos amigos e amigas...

RESUMO

A pesquisa objetiva contribuir para uma maior efetividade do uso sustentável dos recursos naturais do Parque Estadual do Jalapão, no estado Tocantins, por meio da análise comparativa entre os princípios e instrumentos de políticas públicas regulamentadoras da proteção ambiental e promoção do ecoturismo.

A região do Jalapão se destaca pela importância na preservação do cerrado e do ecótono entre este e o semiárido, e se projeta como um dos destinos do turismo de natureza-cultural.

Ante a relevância ambiental e turística, o parque é palco do conflito entre proteção ambiental e uso dos recursos naturais de unidade de conservação pelo turismo que reflete na gestão do seu território. Este conflito se apoia nas ideologias dos movimentos ambientalistas contemporâneos, “preservacionismo” e “conservacionismo”.

Compararam-se, para o estudo de caso, o Plano de Uso Público do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão. A estrutura de análise consta da revisão conceitual sobre unidade de conservação e ecoturismo, estabelecendo categorias de análise aplicadas aos princípios e instrumentos, tratados como grupos de análise. Os resultados obtidos demonstram pouca integração entre as políticas públicas de proteção ambiental à categoria parque e à promoção do ecoturismo em seus princípios e instrumentos de regulamentação.

De outra forma, demonstra-se que a identificação objetiva e fundamentada conceitualmente, nas divergências entre os instrumentos, cria a possibilidade de interface entre as duas áreas temáticas – ambiental e turística - em prol do ordenamento do uso público no Parque Estadual do Jalapão.

A metodologia estabelecida mostrou-se eficiente para apontar as divergências entre os instrumentos e possibilitou a construção de uma matriz de avaliação que pode ser aplicada em outros casos, permitindo-se a construção de estratégias de ação, estas não esgotam o assunto, mas abrem caminhos para novas investigações de revisão dos dois instrumentos de promoção da proteção ambiental e uso sustentável do território.

Palavras-chave: Unidade de Conservação, Ecoturismo, Instrumentos de regulamentação de políticas públicas, Parque Estadual do Jalapão – TO.

ABSTRACT

The research aims at contributing for a larger effectiveness of the maintainable use of the natural resources of the State Park of Jalapão in the state of Tocantins by a comparative analysis between the beginnings and instruments of public politics that regulates the environmental protection and promotion of the ecotourism.

The area of Jalapão stands out for the importance in the preservation of the savannah and of the ecotone between this and the semi-arid, as well as, it is projected as one of the destinies of the nature tourism and cultural.

Due to the environmental and tourist relevance, the park is stage of the conflict between environmental protection and use of the natural resources of Conservation Unit for the tourism that contemplates in the administration of its territory. This conflict is supported by the ideologies of the contemporary manifestoes of the environmentalists, "preservationism" and "conservationism."

For the case study were compared the Plan of Public Use of the State Park of Jalapão and the Plan of Development of Ecotourism of the Area of Jalapão. The analysis structure consists of the conceptual revision on Conservation Unit and ecotourism establishing applied analysis categories to the beginnings and instruments, treated as analysis groups. The obtained results demonstrate little integration among the public politics of environmental protection for the category park and the promotion of the ecotourism in their beginnings and regulation instruments.

On the other hand, it is demonstrated that the identification aims at, and based conceptually on the divergences among the instruments creates the possibility of an interface among the two thematic areas - environmental and touristy - on behalf of the demanding of the public use of the State Park of Jalapão.

The established methodology was shown efficient to point the divergences among the instruments and it made possible the construction of a matrix of evaluation that can be applied in other cases allowing the construction of action strategies with much sources on the subject left over, but making ways for new investigations of revision of the two instruments of promotion of the environmental protection and maintainable use of the territory.

Keywords: Conservation Unit, Ecoturism, The Regulatory Instruments of Public Policy, State Park Jalapão

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	XI
LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XIV
INTRODUÇÃO	16
1 REFERENCIAL-CONCEITUAL	23
1.1 Unidade de Conservação	24
1.1.1 Gênese e evolução conceitual de Unidades de Conservação	24
1.1.2 A proteção à biodiversidade no Brasil	32
1.1.3 As Unidades de Conservação no contexto da legislação ambiental brasileira	38
1.1.4 Unidades de Conservação e o uso dos recursos naturais	46
1.2 Ecoturismo	53
1.2.1 Conceitos e Princípios do ecoturismo	53
1.2.2 Dimensões do ecoturismo	56
1.2.3 Ecoturismo no Brasil	61
1.3 Estrutura de análise da convergência e divergência entre os princípios e os instrumentos de regulamentação das políticas públicas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo	72
1.3.1 Estrutura de análise	77
1.4 Conclusão do capítulo	85
2 BASES INSTITUCIONAIS PARA O ECOTURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO TOCANTINS	88
2.1 O Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Tocantins	89
2.2 Regionalização do Turismo	96
2.3 Ecoturismo em Unidade de Conservação do Tocantins	103
2.4 Conclusão do capítulo	104
3 PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO: UC SEDE DO POLO ECOTURÍSTICO DO JALAPÃO	105
3.1 Caracterização do Parque Estadual do Jalapão	106
3.2 Relevância ambiental do Parque Estadual do Jalapão	112
3.3 Relevância turística do Parque Estadual do Jalapão	118
3.3.1 Aspectos turísticos e infraestrutura existente	118
3.3.2 Perfil da oferta e demanda turística	122
3.3.3 Os impactos sobre os recursos naturais do Parque Estadual do Jalapão pela prática do Turismo	124
3.4 Conclusão do capítulo	130

4	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DO TURISMO E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	131
4.1	Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo do Polo do Jalapão	132
	4.1.1 Inventário turístico de Mateiros	132
	4.1.2 Estratégias propostas	139
	4.1.3 Indicadores de análise revelados no plano de desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão	143
4.2	Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão	146
	4.2.1 Zonas de uso	146
	4.2.2 Proposta de uso público	151
	4.2.3 Indicadores de análise	164
4.3	Conclusão do capítulo	167
5	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO	170
5.1	Análise comparativa	171
	5.1.1 Análise comparativa entre os princípios da proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo – Grupos “A” e “B”	182
	5.1.2 Análise comparativa entre o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão – Grupos “C” e “D”	183
	5.1.3 Análise comparativa entre os princípios da proteção ambiental para a categoria parque e o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão – Grupos “A” e “C”	186
	5.1.4 Análise comparativa entre os princípios de promoção do ecoturismo e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão – Grupos “B” e “D”	187
	5.1.5 Matriz de classificação	189
5.2	Conclusão do capítulo	191
		196
	CONCLUSÃO	
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

LISTA DE MAPAS

Capítulo 1. Referencial-conceitual.

Mapa 1: Biomas continentais brasileiros. 38

Capítulo 2. Bases Institucionais para o Ecoturismo em Unidade de Conservação no Tocantins.

Mapa 2: Unidades de Conservação do Estado do Tocantins. 92

Mapa 3: Polos Ecoturísticos dos Corredores Turísticos do Araguaia e Tocantins. 101

Mapa 4: Regiões Turísticas do Estado do Tocantins propostas pela ADTUR. 102

Capítulo 3. Parque Estadual do Jalapão: UC Sede do Polo Ecoturístico do Jalapão.

Mapa 5: Localização do município de Mateiros. 107

Mapa 6: Localização do Parque Estadual do Jalapão. 108

Mapa 7: Comunidades residentes no Parque Estadual do Jalapão. 111

Mapa 8: Geologia, geomorfologia, solos e cobertura vegetal do Parque Estadual do Jalapão. 117

Mapa 9: Localização dos principais atrativos e áreas turísticas do Parque Estadual do Jalapão. 119

Mapa 10: Infraestrutura na área do Parque Estadual do Jalapão e entorno. 121

Capítulo 4. Instrumentos de Gestão de Promoção do Turismo e da Proteção Ambiental do Parque Estadual do Jalapão.

Mapa 11: Atrativos: Cachoeira da Velha e Serra do Espírito Santo-Dunas. 136

Mapa 12: Atrativos: Rio Novo. 137

Mapa 13: Atrativos: córregos Carrapato-formiga e vale das Araras. 138

Mapa 14: Zoneamento do Parque Estadual do Jalapão. 150

Mapa 15: Áreas Estratégicas Externas do Parque Estadual do Jalapão. 155

Mapa 16: Área Estratégica Interna cachoeira da Velha. 156

Mapa 17: Área Estratégica Interna Rio Novo. 157

Mapa 18: Área Estratégica Interna Serra do Espírito Santo-Dunas. 157

Mapa 19: Área Estratégica Interna córregos Carrapato-Formiga. 158

Mapa 20: Área Estratégica Interna Vale das Araras. 158

Capítulo 5. Análise comparativa entre os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo.

Nenhum mapa

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1. Referencial-conceitual.

Tabela 1.1: Número e Percentual de Unidades de Conservação Federais, por categoria (não computadas as reservas particulares do patrimônio natural) – situação em 2005.	36
Tabela 1.2: Biomas Continentais Brasileiros – Extensão Absoluta e Relativa.	37
Tabela 1.3: Categorias de Unidades de Conservação previstas pelo SNUC.	45
Tabela 1.4: Síntese das condições ou garantias propostas por Bramwell para atingir os objetivos dos instrumentos políticos por parâmetros de análise.	76
Tabela 1.5: Abordagem analítica dos princípios e dos instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental (parque) e de promoção do ecoturismo.	78
Tabela 1.6 - Princípios da proteção ambiental para a categoria Parque e do ecoturismo.	79
Tabela 1.7: Categorias de análise da convergência e divergência dos instrumentos políticos públicos de proteção ambiental e do ecoturismo.	84

Capítulo 2. Bases Institucionais para o Ecoturismo em Unidade de Conservação no Tocantins.

Tabela 2.1: Demonstrativo das Unidades de Conservação do Tocantins.	89
Tabela 2.2: Demonstrativo da quantidade de Unidades de Conservação do Tocantins por grupo, categoria de manejo e domínio.	91
Tabela 2.3: Demonstrativo da área e percentual de ocupação pelas Unidades de Conservação do Tocantins por grupo e categoria de manejo.	93
Tabela 2.4: Demonstrativo da área e do percentual dos grupos de categorias de manejo das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins por bioma.	94
Tabela 2.5: Comparativo da regionalização do turismo realizado pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN e Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.	100

Capítulo 3. Parque Estadual do Jalapão: UC Sede do Polo Ecoturístico do Jalapão.

Tabela 3.1: Demonstrativo dos atrativos formadores dos três grupos.	118
Tabela 3.2: Quantidade total de Unidade Habitacional (UHS) e leitos ofertados pelo meio de hospedagem de Mateiros.	122
Tabela 3.3: Valores de capacidade de carga, número de visitantes por dia e tamanho máximo dos grupos sugeridos para os atrativos do Parque Estadual do Jalapão.	128

Capítulo 4. Instrumentos de Gestão de Promoção do Turismo e da Proteção Ambiental do Parque Estadual do Jalapão.

Tabela 4.1: Síntese das características dos atrativos naturais do Parque Estadual do Jalapão.	133
Tabela 4.2: Apresentação das proposições do Plano de	144

Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão por categoria de análise.	
Tabela 4.3: Características dos visitantes e período de visitação.	151
Tabela 4.4: Análise dos fatores internos e externos do turismo no Parque Estadual do Jalapão.	153
Tabela 4.5: Indicações das ações gerenciais gerais internas por componentes.	161
Tabela 4.6: Indicações das ações gerenciais gerais externas por componentes.	163
Tabela 4.7: Apresentação das indicações do plano de uso público por categoria de análise.	164
 Capítulo 5. Análise comparativa entre os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo.	
Tabela 5.1: Matriz de classificação da convergência e divergência entre os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para categoria parque e de promoção do ecoturismo.	173
Tabela 5.2: Apresentação dos dados das tabelas 1.6, 4.2 e 4.7.	174
Tabela 5.3: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “A” e “B”.	183
Tabela 5.4: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “C” e “D”.	186
Tabela 5.5: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “A” e “C”.	187
Tabela 5.6: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “B” e “D”.	188
Tabela 5.7: Matriz de classificação da convergência e divergência entre os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para categoria parque e de promoção do ecoturismo, para o caso do Parque Estadual do Jalapão.	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Acaprena** - Associação Catarinense de Preservação da Natureza
- ADTUR** - Agência de Desenvolvimento Turístico
- AEE** - Áreas Estratégicas Externas
- AEI** - Áreas Estratégicas Internas
- Agapan** - Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural
- APA** - Área de Proteção Ambiental
- APP** - Área de Proteção Permanente
- Aprema** - Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina
- ARIE** - Área de Relevante Interesse Ecológico
- ASMUBIP** - Associação das Mulheres do Bico do Papagaio
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento,
- CDB** - Convenção da Biodiversidade
- CNMAD** - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNTur** - Conselho Nacional de Turismo
- CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente
- EMBRATUR** - Instituto Brasileiro de Turismo
- ESEC** - Estação Ecológica
- EUA** - Estados Unidos da América
- FLONA** - Floresta Nacional
- Funbio** - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
- Funatura** – Fundação Pró-natureza
- IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBDF** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- IQV** - índice de qualidade de vida humana
- LAC** - Limite Aceitável de Crescimento
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente
- MN** - Monumento Natural
- MTUR** - Ministério do Turismo
- NATURATINS** - Instituto Natureza do Tocantins
- OEA** - Organização dos Estados Americanos
- OMT** - Organização Mundial de Turismo
- ONG** – Organização não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas
PARNA - Parque Nacional
PEJ - Parque Estadual do Jalapão
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR - Programa de desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO - Reserva Biológica
REFAU - Reserva de Fauna
RESEX - Reserva Extrativista
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS - Refúgio de Vida Silvestre
SEPLAN - Secretaria do Planejamento
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC - Unidade de Conservação
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis
UnB - Universidade de Brasília
UNDP - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
WWF - Fundo Mundial para Natureza



I N T R O D U Ç Ã O

Analisar a convergência e divergência entre os princípios e instrumentos de regulamentação das políticas públicas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo, para o caso do Parque Estadual do Jalapão, requer, *a priori*, uma compreensão destes termos.

Eles se valem da idéia de gestão territorial sustentável, mas possuem trajetórias distintas quanto a sua base conceitual. A origem destas convergências e divergências pode explicar êxitos e conflitos nas linhas de atuação sobre um mesmo território.

A criação dos parques como estratégia de proteção antecede a idéia de ecoturismo. Os EUA criaram os primeiros parques nacionais, o primeiro deles foi o de Yellowstone, em 1872. Além disso, foi palco para o surgimento das correntes ideológicas do movimento ambientalista contemporâneo, o “preservacionismo” e o “conservacionismo”, os quais trazem em seus conceitos a dualidade entre proteção e uso. Aquele possui o propósito de criar “paraísos intocáveis” pelo homem, e este foca o uso moderado dos seus recursos pelas gerações atuais e futuras. Juntos evocaram discussões mundiais sobre a degradação ambiental e o compromisso de todos em conter e até mesmo reverter este processo. A partir das discussões, surgem o conceito de “desenvolvimento sustentável” e a concepção de mecanismos de uso sustentável por meio do turismo.

Nesse sentido, a criação de áreas protegidas, enquanto instrumento de proteção e conservação da biodiversidade, se consolida como estratégia de desenvolvimento sustentável, como resultado das discussões internacionais ocorridas no rastro do Relatório “Nosso Futuro Comum” de 1987, na Declaração da Rio-92, na Agenda 21 e na Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB.

Um século depois da criação dos primeiros parques e a partir da definição de estratégias pleiteando ao desenvolvimento sustentável surge o conceito de “turismo sustentável”, que visa encaixar as vertentes norteadoras de sua prática com os princípios do uso sustentável. Um dos seguimentos dele, o “ecoturismo”, tenta se inserir no mercado como proposta alternativa de uso dos recursos naturais das áreas protegidas pela prática do turismo. Mesmo se aproximando dos objetivos de criação dos territórios protegidos, o ecoturismo, como prática econômica,

desestabiliza as ideologias preservacionistas por interferir diretamente no equilíbrio ecológico da área visitada.

Haja vista que tentará estabelecer uma situação ideal para proteção, por considerar o meio ambiente sem interferência nenhuma da espécie humana, o ambientalismo opor-se-á a qualquer uso pelo homem. Entretanto, o conceito de turismo sustentável desponta como uma das formas de dar concretude ao desenvolvimento sustentável ao promover mudança dos padrões de produção e consumo: um dos pilares da sustentabilidade do desenvolvimento.

Razão pela qual, na década de 1990, a Organização Mundial do Turismo - OMT passa a divulgar o turismo como atividade econômica de primeira linha apresentando dados de crescimento da ordem de 20% ao ano. A notícia no Brasil se transforma em estratégia de desenvolvimento econômica, fomentada pelo governo federal, por meio da EMBRATUR, IBAMA, Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo. Estes quatro, em parceria com outras instituições públicas federal e estadual, com base nestes dados e nas declarações da cúpula internacional, sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento Humano, Turismo Sustentável e Ecoturismo, levaram a discussão a debate nacional chegando, em 1994, à construção das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e à criação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR pelo Ministério do Meio Ambiente.

No Estado do Tocantins, este programa, ao fomentar a oferta turística, contribuiu com o aumento da demanda pela visitação em unidade de conservação, principalmente no Parque Estadual do Jalapão. E mais, fomentou na população a expectativa de melhores condições de vida com o incremento da atividade.

Até o momento, para consolidar o processo de criação de unidade de conservação do Tocantins e de promoção do ecoturismo, elaboraram-se o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o de Desenvolvimento do Ecoturismo da região polarizada por ele. Aquele prevê a preservação dos “atributos ambientais estratégicos”, entendidos como recursos naturais essenciais à vida da fauna e flora (água, ar e solo), seu *habitat* e o bioma aos quais pertencem. Define, ainda, uma área a ser usada pela visitação pública elegendo o ecoturismo como atividade econômica passível com os princípios conservacionistas da unidade. Já o Plano de

Desenvolvimento do Ecoturismo contém um diagnóstico da realidade do potencial de visitação, os serviços e recursos ofertados na região e indicações para aproveitar melhor as oportunidades (visitação em unidade de conservação) e o potencial de atração de visitantes do parque.

A experiência internacional tem revelado que a prática de atividade de visitação pública em unidade de conservação de proteção integral remete à dicotomia entre preservação e uso dos recursos naturais. Portanto, a análise comparativa dos instrumentos de regulamentação das políticas de proteção ambiental, Plano de Manejo e de promoção do ecoturismo, Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo, para o caso do Parque Estadual do Jalapão, se constitui no “objeto de estudo”.

Contudo, diante da crescente consciência da população mundial, quanto à preservação dos recursos ainda existentes no planeta, e da procura pelo lazer em áreas protegidas, aliados à política internacional, nacional e estadual para a criação de unidade de conservação, com vistas ao desenvolvimento do ecoturismo, suscitam algumas “questões” que conduzem a “percursos teóricos”. Veja-se:

- Quais os princípios norteadores de uso dos recursos naturais pela prática de atividade de visitação pública em Unidades de Conservação de proteção integral?
- Quais os instrumentos de regulamentação que contribuem ou interferem no ordenamento do turismo em unidade de conservação?
- Como estes podem contribuir ou interferir no desenvolvimento do turismo em unidade de conservação?

Os *percursos teóricos*, por sua vez, conduzem a “*percursos metodológicos*”, delimitando o enfoque, a abrangência e os caminhos teóricos e analíticos a serem percorridos na apreensão da convergência e divergência dos instrumentos de regulamentação de políticas públicas que interferem na proteção ambiental e na promoção do ecoturismo.

No *percurso metodológico*, a abordagem geral a ser utilizada na pesquisa apoia-se em um estudo empírico da prática de atividade turística no Parque Estadual do Jalapão, que busca demonstrar, por meio da caracterização e análise da convergência e divergência e dos conflitos de uso dos seus recursos naturais, a interação entre proteção e uso sustentável. A organização da dissertação está

estruturada de acordo com as questões da pesquisa, seguindo os *caminhos teórico e analítico*.

O “caminho teórico” tende a responder às duas primeiras questões, a serem apresentadas no capítulo 1. A **primeira e a segunda questão** tratadas são respondidas mediante pesquisa bibliográfica.

Para isso, abordam-se os principais conceitos relacionados ao processo de criação de unidade de conservação e o repertório brasileiro, na de áreas protegidas; ao ecoturismo, sua origem, conceito, princípios, dimensão e as experiências do Brasil. Assim, tem-se o propósito de apresentar os princípios expressos nos dois termos “proteção ambiental” e “ecoturismo”.

Na exposição, enfatiza-se a trajetória do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” ao “turismo sustentável”, decorrente do Relatório Brundtland e das discussões atuais sobre os dois termos. Ainda se discorre sobre a “Proteção Integral” abordada pela Convenção sobre Diversidade Biológica, que originou a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, tratado por meio do processo histórico percorrido pelo aparato legal vigente. Por fim, apresenta-se a evolução conceitual do termo “Ecoturismo”, apontando-se a divergência conceitual e o cenário atual dos destinos mais visitados do mundo e do Brasil, em particular as unidades de conservação.

É-se feita a pesquisa bibliográfica pertinente às duas questões com base nas experiências internacionais e nacionais e o aparato legal vigente sobre proteção integral no Brasil, por meio de evolução histórica tempo-espaco que busca a interação dos termos. Devido a isso, inicia-se o caminho analítico, estabelecendo-se uma estrutura de análise - apropriada para a pesquisa – constituída de categorias de análises aplicáveis na da convergência e divergência. O caso do capítulo 1 se encerra com a apresentação dos princípios dos dois termos a serem reutilizados no capítulo 5, na análise final da pesquisa.

Após o entendimento destes, a pesquisa segue com o *caminho analítico* – entendido, a partir daí, como período específico – onde se responderá à **terceira questão**. Para tal, parte-se das conclusões das questões anteriores apresentadas no capítulo 1, nas categorias de análise dos princípios das políticas públicas de proteção ambiental para a de parque e de promoção do ecoturismo.

Primeiramente, no **Capítulo 2**, expõem-se as bases institucionais para o ecoturismo, em unidade de conservação no Tocantins, através do seu sistema de unidades de conservação da regionalização do turismo, pelos polos de desenvolvimento do ecoturismo e das regiões turísticas, bem como pelo cenário do ecoturismo nas principais unidades de conservação do Tocantins.

Após, no **Capítulo 3**, fez-se a caracterização geral do Parque Estadual do Jalapão, no intuito de *abordar os principais atributos ambientais estratégicos* expressos no plano de manejo, destacando-se sua *relevância ambiental e turística* e os *impactos sobre os seus recursos naturais* pela prática do turismo. Na relevância turística, mostram-se dados primários coletados em 2007, com aplicação de questionário pela Agência de Desenvolvimento Turístico sobre oferta e demanda turística da UC.

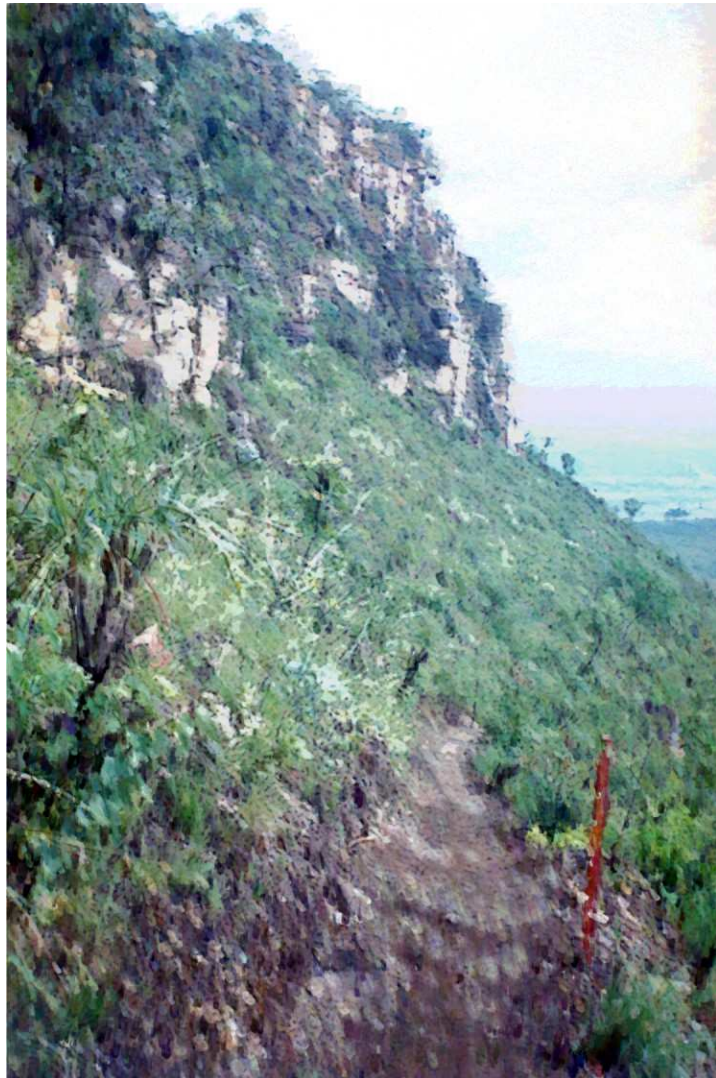
A seguir, no **Capítulo 4**, deu-se a comparação dos dados secundários provenientes das proposições do **Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão** e do **Plano de Uso Público** do Parque Estadual do Jalapão contidos em seu **Plano de Manejo**. A comparação segue a estrutura analítica expressa no Capítulo 1 dos princípios das políticas públicas de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo. Expõe-se, também, o resultado em forma de quadro-síntese.

E, por último, no **Capítulo 5**, apresenta-se a análise da convergência e divergência entre os princípios e instrumentos de regulamentação das políticas públicas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo, demonstrando os conflitos no uso dos recursos naturais pela prática do ecoturismo no Parque Estadual do Jalapão. Na análise, fazem-se as seguintes comparações entre:

- os princípios de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo;
- as proposições do Plano de Uso público do Parque Estadual do Jalapão e do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão;
- os princípios da proteção ambiental e as proposições do Plano de Uso público do Parque Estadual do Jalapão;
- os princípios de promoção do ecoturismo e as proposições do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão.

Com o resultado da comparação, tem-se a Matriz de classificação que estabelece o grau de convergência e divergência de cada categoria de análise. Na análise comparativa, conclui-se que os dois instrumentos são divergentes, sobretudo nas medidas adotadas na proteção e uso dos recursos naturais pela visitação. Percebe-se, também, esta divergência entre os princípios e entre estes e os instrumentos.

No final, constroem-se três estratégias complementares ao já exposto para a proteção ambiental e operação do uso público pelos dois instrumentos, que são: **Parque Estadual do Jalapão na rota nacional do ecoturismo, o turismo a favor da proteção ambiental** e **Mumbuca: cultura, conservação, turismo e empreendedorismo**. As estratégias propostas visam interligar e/ou aglutinar as de uso dos recursos naturais pela prática do ecoturismo com a proteção ambiental do Parque Estadual do Jalapão. Contudo, sugerem-se alguns caminhos.



C A P Í T U L O 1

REFERENCIAL-CONCEITUAL

1.1

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1.1 Gênese e evolução conceitual de Unidades de Conservação

O ambientalismo contemporâneo, bem como as linhas do pensamento ecológico que lhe serve de suporte filosófico, é fator de grande influência na geração e difusão de um senso comum pela proteção e valorização dos ambientes naturais. Nesse diapasão, pode-se abordar a história contemporânea do ambientalismo, que serviu de suporte para a criação de áreas protegidas, a partir do momento em que começam a ser geradas, no pós-guerra dos anos 40, muitas pesquisas científicas voltadas aos recursos naturais do planeta. Ao mesmo tempo, o mundo ocidental experimentou uma retomada de crescimento econômico, beneficiado pelo final da guerra, avanços e conquistas tecnológicas em vários campos da indústria e tecnologia, dentre eles os setores das comunicações e dos transportes.¹

Segundo Pires, a difusão e o aumento das informações sobre problemas ambientais, como os da poluição e da contaminação do ambiente e o da destruição de ecossistemas vitais (as florestas tropicais e os sistemas costeiros, por exemplo), corroborarão nos anos 70, com a atuação dos movimentos ambientalistas. Para o autor, estes se organizam numa frente de reação ao sistema econômico, cuja lógica de maximização da produção e otimização do uso dos recursos naturais, renováveis ou não, subestima os custos sócio-ambientais decorrentes desse processo.²

As temáticas ambientais já vinham sendo discutidas no final do século XIX pelas correntes preservacionista e conservacionista, primeiramente difundidas nos EUA. Nesta questão, se consideravam preservacionistas ou biocêntricos os que defendiam a proteção da vida selvagem (wilderness), não só para conservar a beleza estética como também para amenizar as pressões psicológicas dos que viviam nas regiões urbanas, e conservacionistas ou antropocêntricos os que sugeriam o uso adequado dos recursos naturais como instrumento democrático do acesso equânime e eficiente dos recursos naturais.³

¹ PIRES, Paulo S. Dimensões do Ecoturismo. Editora SENAC: São Paulo, 2002. pp. 47-48.

² Idem, pp. 48-49

³ DIEGUES, Antonio Carlos S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994. PP. 21-22

A corrente preservacionista era precedida pelas ideologias de John Muir, teórico norte-americano, que abraçava um organicismo pelo qual a base do respeito à natureza era seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos pertenciam. A conservacionista seguia as idéias de Gifford Pinchot, Thoreau e Marsh. Pinchot, engenheiro florestal norte-americano, considerado precursor da idéia de desenvolvimento sustentável, que criou o movimento de conservação dos recursos naturais, apregoando o seu uso racional, baseado em três princípios: o uso dos recursos naturais pelas gerações presente e futura; a prevenção de desperdício, e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos, e não para poucos cidadãos.

A partir daí, aliados ao movimento ambientalista, surgem, na década de 70, os principais estudos - pautados nos princípios da ecologia (ecodesenvolvimento) -, sobre um modelo de desenvolvimento econômico capaz de mudar os paradigmas dominantes, tendo como um dos seus maiores expoentes o economista Sachs. O chamado ecodesenvolvimento, proposto pelo susomencionado autor (1976), foi então a primeira tentativa de consolidar uma nova teoria sobre a possibilidade de um progredir diferente, isto é, que levasse em conta os limites da natureza e a necessidade de melhor gerenciar (e valorar) os recursos naturais.⁴

Percebe-se, também, que, no transcorrer dos anos 70, a mobilização, a favor das causas ambientais, sensibilizou camadas da opinião pública nos países desenvolvidos, onde se geravam recursos financeiros para instituir as ações do movimento ambientalista nas regiões subdesenvolvidas do planeta, o qual começa, então, a organizar-se em entidades não-governamentais.⁵

O movimento ambientalista, nessa fase, foi francamente "preservacionista" ou biocêntrico, segundo atestam observadores e estudiosos. Nele, a defesa da natureza se sobrepõe aos interesses antrópicos, ainda que a exploração dos recursos naturais pelo homem se originasse das comunidades autóctones, ou seja, das populações tradicionais que viviam na região de ocorrência desses ecossistemas.⁶

Com a questão ambiental assumindo importância central nos debates a respeito do futuro da humanidade, o conservacionismo se fortalece com a publicação, em 1972, pelo Clube de Roma de "Os Limites do Crescimento", ou o Relatório Meadows, convertendo-se

⁴ LIMA, Maria do Carmo B. Agenda 21 Brasileira: Cidades sustentáveis, p. 2 - não publicado.

⁵ Pires, op. cit. p. 50

⁶ Idem, Ibdem

no motor de um movimento ambientalista preocupado com a sustentabilidade do planeta⁷. O relatório expôs um panorama de alerta em relação ao crescimento populacional e ao consumo insustentável dos recursos naturais, servindo juntamente com o *Relatório Founex*, também elaborado, em 1972, na Suíça, como parte do processo preparatório da conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia).

A conferência de Estocolmo de 1972 representou um avanço nas negociações entre países, e pode-se dizer que ela constitui o marco fundamental na percepção dos problemas ambientais (desenvolvimento x meio ambiente). A conferência reuniu 113 países, 250 organizações não-governamentais e organismos da ONU e, ao discutir em escala mundial os direitos da humanidade em um ambiente saudável e produtivo, torna-se um marco do ambientalismo contemporâneo.

Seu tema eram os problemas ambientais, sobretudo a poluição, os quais deveriam ser corrigidos nos países desenvolvidos e prevenidos naqueles em desenvolvimento. Enquanto os primeiros propunham um programa internacional voltado para a conservação ambiental, os demais pleiteavam solução para os problemas de miséria, saúde pública, habitação e educação e possibilidades de desenvolvimento econômico.⁸

As recomendações propostas pelos países desenvolvidos argumentavam que os manteriam em estado de subdesenvolvimento, permitindo que os países ricos continuassem a usufruir os benefícios materiais do uso dos recursos naturais. Esse debate entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento nunca mais foi abandonado. A “Declaração sobre o meio ambiente humano”, produzida ao final da reunião, reconhecia a pobreza e o subdesenvolvimento como causas de degradação ambiental, atribuindo a todos os países e cidadãos do mundo a responsabilidade da erradicação da pobreza e do melhor trato dos recursos naturais.⁹

Em continuidade às discussões da Conferência de Estocolmo, surgem na década de 1980 distintas concepções da relação homem-natureza. No período, é-se apresentado o documento “*Estratégia mundial para a conservação*” da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis - UICN / Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente - PNUMA / Fundo Mundial para Natureza - WWF, que

⁷ GASTAL, Maria Luiza. Os instrumentos para a conservação da biodiversidade. In: *Seria Melhor ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por quê?* Bensusan, Nurit (org). Brasília: Editora UnB, 2002, pp. 29-30.

⁸ Idem, pp. 29-30

⁹ Idem, lbdem

introduz o conceito de “conservação¹⁰” e se constitui no ponto de partida para a apresentação do conceito de “Desenvolvimento¹¹ Sustentável”, pelo Relatório Brundtland.¹²

O objetivo da conservação, de acordo com o documento, é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, e este deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações. Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD), conhecida como Comissão Brundtland, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”.

A Comissão é presidida pela Secretária do Meio Ambiente da Noruega Gro Harden Brundtland, que finaliza seus trabalhos em 1987 com a entrega do Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”. O relatório divulga o conceito de desenvolvimento sustentável e dá início a uma sucessão de conferências e convenções que visavam discutir o esgotamento dos recursos naturais provocado pela sua exploração desmedida. Entram em pauta, nestas discussões, as questões de pobreza, de poluição e de ameaça ao meio ambiente, principalmente, no que diz respeito ao extermínio de biomas e espécies de animais.

O relatório Brundtland tem como núcleo central a formulação dos princípios do desenvolvimento sustentável que, de acordo com ele, em essência, é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.¹³

Barbieri (2005) cita os principais objetivos de políticas, derivadas desse conceito de desenvolvimento, recomendados pela Comissão: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender às necessidades

¹⁰ O documento apresenta o termo conservação como [...] a gestão da utilização da biosfera pelo ser humano de tal maneira que produz o maior benefício sustentável para as gerações atuais, mas que tenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades e as aspirações das gerações futuras. A conservação é positiva e compreende a preservação, a manutenção, a utilização sustentada, a restauração e a melhoria do ambiente natural.

¹¹ O documento, também, apresenta o conceito de desenvolvimento como a modificação da biosfera e a aplicação dos recursos humanos e financeiros visando à satisfação das necessidades humanas e à melhoria da qualidade de vida do homem. Para que o desenvolvimento possa ser sustentável, deve-se levar em consideração, além dos fatores econômicos, os de caráter social, ecológico e a disponibilidade de recursos bióticos e abióticos.

¹² Pires, op. cit. p. 51

¹³ Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987 apud www.wwf.org.br, acessado em 20 de maio de 2008. P. 49

humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos, e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

A partir deste entendimento, os princípios do desenvolvimento sustentável se inseriram nos conceitos de ecodesenvolvimento, os quais propõem a utilização racional dos recursos, visando à melhoria da qualidade de vida da presente geração e das gerações futuras; a maximização dos ecossistemas; a flexibilidade dos processos de planejamento; a participação da população local em projeto de gestão; a utilização de tecnologia compatível com a realidade, e a reformulação dos planos e programas de educação¹⁴

Assim, para Agnelli, se propôs o desenvolvimento sustentável como um modelo que poderia ser útil na criação do estímulo para a mudança estrutural da sociedade, pois, nesse modelo, a conservação ambiental proporcionaria o desenvolvimento baseado no uso racional dos recursos, tendo como suporte o equilíbrio entre o homem e a natureza, possibilitando a introdução de atividades econômicas menos impactantes e socialmente mais justas.

Dez anos depois que a UICN, o WWF e o PNUMA publicaram o “World Conservation Strategy”, estas mesmas entidades propalaram em 1991 o documento “Cuidando do Planeta Terra” (Caring for the Earth), no qual reconhecem a importância do relatório Nosso futuro comum para o entendimento das relações de interdependência entre economia e desenvolvimento e utilizam as seguintes expressões:

- (1) desenvolvimento sustentável para indicar a melhoria da qualidade de vida respeitando os limites da capacidade dos ecossistemas;
- (2) economia sustentável para indicar a economia que resulta de um desenvolvimento sustentável e que, portanto, conserva sua base de recursos naturais;
- (3) uso sustentável para indicar a utilização de recursos renováveis de acordo com a sua capacidade de reprodução (BARBIERI: 2005, 39).

No ano seguinte (1992), na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente – Conferência do Rio (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, o termo

¹⁴ AGNELLI, Selma Aparecida C. A implementação da atividade turística em Brotas – SP: euforia e declínio. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente apresentado ao Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, SP: 2006, p.9

sustentabilidade ganha projeção política ampliada. Os 172 países participantes assinaram cinco documentos, a saber:

- Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento;
- Convenção sobre Mudanças Climáticas;
- Declaração de Princípios sobre florestas;
- Agenda 21;
- Convenção da Biodiversidade.

Em parte, a Agenda 21 trata nos seus quarenta capítulos dos temas da Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Convenção da Biodiversidade, da Convenção sobre Mudanças Climáticas e da Declaração de Princípios sobre florestas. Transformada em Programa 21 pela ONU, a Agenda 21 é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável pautados nas declarações e convenções da ECO-92.

Embora todos tratem, direta ou indiretamente, da conservação da biodiversidade, é o último deles que diz respeito a ela diretamente. Os objetivos da “Convenção da Biodiversidade” - CDB são a conservação da biodiversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a justa e equitativa distribuição dos benefícios obtidos da utilização dos recursos genéticos, incluindo o acesso apropriado a estes recursos e a apropriada transferência de tecnologia.¹⁵

A convenção estabelece, entre outros, os seguintes compromissos para os estados signatários:

- identificar e monitorar os componentes importantes da diversidade biológica para a conservação e uso sustentável;
- promover a conservação *in situ* e *ex situ*, esta de preferência no próprio país de origem, adotando medidas para recuperar e proteger as espécies ameaçadas, regulando e administrando coleções de recursos biológicos, protegendo e encorajando o seu uso de acordo com as práticas culturais tradicionais que se apresentem sustentáveis.¹⁶

Todavia, a CDB leva em conta a distribuição desigual da biodiversidade no mundo. Os países desenvolvidos, consumidores da biodiversidade e dos recursos genéticos para o desenvolvimento tecnológico, empobreceram sua biodiversidade, enquanto suas economias

¹⁵ BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 7ª ed. Ver. E atual. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.58

¹⁶ Idem, pp. 58-59

creciam. Preocupados com as altas taxas de erosão e extinção da biodiversidade, estão interessados em um aumento dos esforços de conservação dos países menos desenvolvidos, onde se concentra hoje a maior porção de biodiversidade, e a eles cabe o desafio de conciliar desenvolvimento com conservação e uso sustentável da biodiversidade.¹⁷

A CDB reconhece a assimetria entre países desenvolvidos com pouca biodiversidade e países menos desenvolvidos com muita biodiversidade. Destarte, propõe, como um de seus instrumentos, o rateio dos benefícios advindos da comercialização dos produtos do intercâmbio entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento, isto é, a integração de tecnologias mais desenvolvidas com o acesso aos recursos genéticos. Estabelece, também, os princípios de rateio dos custos de conservação da biodiversidade com os países mais ricos, e se compromete a arcar com parcelas significativas do custo da conservação dos países mantenedores da biodiversidade.¹⁸

Além disso, reconhece a importância dos recursos vivos como fonte de riqueza e desenvolvimento, acrescenta ao objetivo de conservação da biodiversidade os de uso sustentado e de justa e equilibrada divisão dos benefícios advindos da utilização sustentável da biodiversidade. Para a conservação e uso, aponta diferentes formas de manejo da biodiversidade como sua conservação em espaços protegidos, seu uso sustentável e aplicações biotecnológicas. Finalmente, contempla os principais instrumentos para o planejamento do uso e o gerenciamento da biodiversidade: monitoramento, avaliação e mitigação de impactos, controles do acesso dos recursos genéticos e da liberação de organismos resultantes da biotecnologia, rateio dos benefícios do uso da biodiversidade, acesso e transferência de tecnologia, troca de informações, cooperação técnica e científica, capacitação de técnicos, educação e formas de financiamento.¹⁹

As áreas protegidas são os principais mecanismos hoje utilizados para a proteção da biodiversidade. A CDB define área protegida como:

uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação.

A Comissão de Áreas Protegidas da UICN define mais ampla e precisamente o conceito de áreas protegidas como:

uma área de terra ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de recursos naturais e culturais associados e manejados por instrumentos legais ou outros meios efetivos.

¹⁷ Gastal, op. cit. p. 30

¹⁸ Idem, p. 31

¹⁹ Idem, lbdem

Ocorrido um século antes da Conferência de Estocolmo, o surgimento do atual modelo de "áreas naturais protegidas" iniciou-se nos Estados Unidos da América - EUA, devido ao problema da grande expansão urbana e agrícola sobre as áreas naturais. Paulatinamente, criaram-se unidades de conservação em diversos países, inicialmente nas categorias Parque e Reserva. Segundo dados da UICN (2000), instituíram-se mais de trinta mil áreas protegidas em todo mundo no século XX, abarcando mais de 12,8 milhões de km², equivalentes a cerca de 9,5% da superfície terrestre do planeta, numa área maior do que a China e a Índia juntas (OLICATO E GALLO: 2008, 7).

De acordo com Dixon e Sherman (1990), os EUA foram os primeiros a estabelecer bases teóricas e legais para a criação de grandes reservas. Ainda no século XIX, adotavam a prática de proteger ambientes naturais por sua beleza cênica e potencial para recreação. Fundou-se, desta feita, o primeiro Parque Nacional do mundo, o Yellowstone National Park, em 1872. Esse modelo definia "ilhas de natureza preservada", de grande beleza cênica, para o usufruto dos visitantes, onde não deveria haver população residente. Até a Segunda Guerra Mundial, foram, aos poucos, surgindo novas áreas protegidas. Após esse período, o número de parques no mundo começou a crescer rapidamente.²⁰

Antunes (2001) afirma que, antes da criação dos primeiros parques nacionais norte-americanos, se estabeleceu na França, em 1853, a primeira reserva natural em Fointainebleau, oficializada em decreto de 13 de agosto de 1861. O ato oficial foi consequência de um movimento organizado por um grupo de artistas e intelectuais, cuja finalidade era a de preservação da mencionada área natural.

Gastal acrescenta que, além do Parque Yellowstone, criaram-se outros como o Yosemite (1890) e o Gran Canyon, também nos Estados Unidos, e alguns no Canadá e Europa no mesmo século. A autora considera que, na Europa, os primeiros parques datam da época medieval, com vistas a proteger espécies da fauna silvestre e seus *habitats* para o exercício da caça. Mas, além da conservação com fins de caça e uso econômico, já na Idade Média aparecia a idéia de que algumas espécies deveriam ser conservadas, ainda que não tivessem utilidades evidentes. Protegiam-nas por sua beleza, ou porque conferiam certo prestígio aos possuidores de seus exemplares, o que era o caso, sobretudo, de animais exóticos.²¹

²⁰ KINKER, Sônia. Ecoturismo e Conservação da Natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papirus, 2002, p.41

²¹ Gastal, op. cit. p. 29

Para Gastal, de lá para cá o conceito de área protegida mudou, passando a privilegiar não somente a beleza cênica delas, mas também assumindo objetivos mais amplos, como proteção de recursos hídricos, manutenção de estoques de espécies ameaçadas, preservação de recursos genéticos, manutenção do equilíbrio climático e ecológico e – em especial – a conservação *in situ* da biodiversidade.²²

Diegues (1997) considera que a criação de unidades de conservação tem sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. O objetivo dessas áreas é preservar atributos ecológicos importantes de modo a obter ganhos econômicos com uso sustentável dos seus recursos, a maioria delas pela visitação e pesquisa. É o caso de países como a África do Sul, Costa Rica, Quênia, Ruanda, Indonésia, Honduras, Chile, Equador, Colômbia, Argentina e Brasil.

Portanto, na história de criação das unidades de conservação e de uso dos seus recursos naturais, surge a visão preservanista e conservacionista de alguns organismos e políticas que orientam a criação de UC. Segundo Diegues, o preservacionismo “reverencia a natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem, protegendo-a contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” e o conservacionismo se diferencia por inserir o conceito do uso sustentável, “por meio do uso adequado e criterioso dos recursos naturais”.

1.1.2 A proteção à biodiversidade no Brasil

O retrato da proteção à biodiversidade no Brasil se inicia efetivamente com a criação das primeiras unidades de conservação e com a realização das convenções que caminha com o aparelhamento legislativo sobre o assunto. Antes delas, Drummond afirma que as primeiras preocupações foram voltadas à manutenção dos mananciais e ao controle da qualidade da água servida às modernas populações urbanas. A preocupação com a quantidade e qualidade da água a ser suprida às cidades exigia trato prudente ou mesmo recuperação de extensas áreas de bacias hidrográficas, as quais os habitantes das cidades passaram também a usufruir como opções de lazer e como laboratório de pesquisas. O replantio de uma parte da Floresta da Tijuca, entre 1861 e 1889, aproximadamente, é um exemplo brasileiro desse processo em que a preocupação com a oferta de água para uma

²² Idem, *Ibidem*, p. 35

grande população urbana gerou a gestão especial de uma área que, muitos anos mais tarde, se transformou num parque nacional.²³

Drummond comenta que a primeira proposta registrada de criação de parques nacionais no Brasil foi bastante precoce. Em 1876, o engenheiro André Rebouças (1838-1898) sugeriu que se criassem parques nacionais em dois locais: um na Ilha do Bananal (rio Araguaia) e outro em Sete Quedas (rio Paraná), instituídos muitos anos depois: o Parque Nacional do Araguaia, em 1959, e o Parque Nacional de Sete Quedas, em 1961 (embora este último tenha sido destruído, em 1980, para dar lugar ao grande lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu).²⁴

Apesar da antiguidade das propostas de Rebouças, os primeiros parques nacionais brasileiros surgiram efetivamente apenas sessenta anos depois, na década de 30: O de Itatiaia, em 1937, e os de Iguaçu e Serra dos Órgãos, em 1939. O primeiro destes, com o objetivo explícito de proteção da natureza teve caráter estadual: o Parque Estadual da Cidade, atualmente Parque Estadual da Capital, originado em 10/2/1896, pelo Decreto 335, na cidade de São Paulo.²⁵

De modo geral, a criação de unidades de conservação no Brasil acompanhou as discussões mundiais sobre a proteção à diversidade biológica. Mendoza e Neiman (2002) afirmam que no início, a exemplo dos parques norte-americanos de Yellowstone e Yosemite, as primeiras áreas protegidas brasileiras também suscitaram em função da existência de atrativos exuberantes, como a presença de cachoeiras, abismos, cavernas, rios ou marcos históricos. Nessa época, raras vezes levam-se em conta fatores como a importância ecológica, a existência de espécies endêmicas ou ameaçadas, valor mitológico ou afetivo para comunidades tradicionais etc.²⁶

O Parque Nacional de Itatiaia, primeiro do Brasil, se fez com base em dispositivos legais constantes no Código Florestal de 1934. Em 1948, mediante a expedição do decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948, aprovou-se a convenção para proteger a flora, a fauna e as belezas cênicas naturais dos países da América, que introduziu em nosso sistema jurídico outras categorias de unidades de conservação. Em 1965, surgiu a Lei nº 4.771 fixando critérios para o estabelecimento de áreas protegidas. A grande inovação foi a diferenciação entre áreas que admitiam a utilização e as que não admitiam. Em geral, a

²³ DRUMMOND, J. A. et al. O Estado das Áreas Protegidas do Brasil – 2005. Brasília: MMA, 2006, p. 11.

²⁴ Idem, p. 12

²⁵ Idem, Ibidem

²⁶ MENDONÇA, Rita, NEIMAN, Zysman. Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade. In: Meio ambiente, educação e ecoturismo. Neiman, Zysman (org.) – Baurueri, SP: Manole, 2002. p. 165.

idéia inicial que preside o estabelecimento das unidades de conservação é a de criação de santuários de flora e fauna. Acirradas críticas vêm sendo opostas a tais concepções, pois, não raras vezes, nas áreas destinadas à preservação, existem comunidades tradicionais grandemente prejudicadas pelo estabelecimento de áreas em que não se deve admitir a presença de comunidades humanas. Tal situação começa a se modificar com o estabelecimento de uma nova mentalidade que busca, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente e as populações que habitam no interior das áreas protegidas.²⁷

Além da iniciativa de se criar unidade de conservação, do ponto de vista da proteção à biodiversidade, o Brasil também participou de convenções importantes. Dentre elas, destacam-se:

- Convenção das Áreas Úmidas de Importância Internacional – Convenção de Ramsar (Ramsar, 1971): constituída para a proteção e conservação de ambientes úmidos (lagos, lagoas, brejos, pântanos, rios etc.), com especial ênfase à fauna de aves aquáticas.
- Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (Paris, 1972): objetiva a identificação, proteção e conservação do patrimônio cultural e natural, de caráter universal. Os locais candidatos e eleitos passam a fazer parte da lista do patrimônio mundial pela Unesco.
- Convenção Internacional sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens em Perigo de Extinção – Cites (Washington, 1973): tem por objetivo controlar o comércio internacional de espécies da fauna e da flora silvestres, exercendo controle e fiscalização especialmente quanto ao comércio de espécies ameaçadas de extinção.
- Convenção da Diversidade Biológica – CDB (Rio de Janeiro, 1992): assinada pelos países durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, a Rio-92. Esta convenção é um marco histórico, constituída por um compromisso firmado entre várias nações do mundo para conservar a diversidade biológica do planeta, usar os recursos naturais de forma sustentada e compartilhar equitativamente os benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Trata-se do primeiro acordo mundial que aborda todos os aspectos da diversidade biológica: recursos genéticos, espécies e ecossistemas.

²⁷ ANTUNES, Paulo de B. Direito Ambiental. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001, pp.311-312

A preocupação com proteção à diversidade biológica aumenta após estudos sobre o assunto relativo às reservas de estoques genéticos do mundo. A divulgação de que o Brasil, além da Indonésia e Madagascar, constitui um dos países de maior diversidade biológica do mundo, fez com que ampliasse os esforços para sua conservação. Um deles foi o tombamento como patrimônio nacional da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica, do Pantanal Mato-grossense, da Serra do Mar e da Zona Costeira, pela Constituição Federal de 1988.

Até a década de 60 do século passado, a criação de unidade de conservação obedecia a critérios eminentemente estéticos, ou respondia a circunstâncias políticas favoráveis, e não havia forma de planejamento ou preocupação com a preservação de determinados ecossistemas ou espécies. Somente mais tarde houve o entendimento de que paisagens menos belas deveriam ser conservadas em função de seu papel na manutenção dos ecossistemas. (GASTAL, 2002: 35). Tal situação começou a mudar a partir da década de 70 e, em 1992, o projeto de lei propondo o "Sistema Nacional de Unidades de Conservação" – SNUC se submeteu ao Congresso Nacional, aprovada depois de dez anos, em 19 de julho de 2000, sob a Lei Federal nº 9.985/2000.

Esta admite unidades de conservação públicas ou privadas, federais, estaduais ou municipais e as divide em duas grandes categorias, concernentes à forma de manejo: unidades de *proteção integral*²⁸ (Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre) nas quais fica proibido o uso econômico direto de seus recursos naturais; e unidades de *uso sustentável*²⁹ (Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural), onde se permite o uso direto de uma parcela dos recursos naturais. Estabeleceram-se novos critérios de criação de Unidades de Conservação - UCs, baseados em recomendações biológicas, como grau de endemismo (espécies restritas a uma única região), fragmentação de *habitats*, presença de espécies ameaçadas, dentre outras.³⁰

²⁸ Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. (art. 2º)

²⁹ Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. (art. 2º)

³⁰ Gastal, op. cit. p. 35

No SNUC, a ser visto detalhadamente adiante, o Estudo das Áreas Protegidas do Brasil, realizado por Drummond, aponta que, em 2005, contabilizavam-se 117 unidades de conservação de proteção integral e 585 de uso sustentável, totalizando 702 unidades de conservação administradas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Do total de unidades de conservação de proteção integral, 57 são da categoria parques nacionais, 27 reservas biológicas, 31 estações ecológicas e dois refúgios de vida silvestre. E do total de unidades de conservação de uso sustentável, setenta são da categoria florestas nacionais, 29 áreas de proteção ambiental, dezessete áreas de relevante interesse ecológico, 43 reservas extrativistas, uma reserva de desenvolvimento sustentável e 425 (a mais representativa de todas) reservas particulares do patrimônio natural. (ver Tabela 1.1)

Tabela 1.1: Número e Percentual de Unidades de Conservação Federais, por categoria (não computadas as reservas particulares do patrimônio natural) – situação em 2005.

Categoria	Número de UCs (absoluto)	Número de UCs (%)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0,36
Refúgio de Vida Silvestre	2	0,72
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	6,14
Reserva Biológica	27	9,75
Área de Proteção Ambiental	29	10,47
Estação Ecológica	31	11,19
Reserva Extrativista	43	15,52
Parque Nacional	47	20,58
Floresta Nacional	70	25,27

Fonte: Ministério do Meio Ambiente adaptado por DRUMMOND

De acordo com DRUMMOND (2006), em termos de ocupação territorial dos biomas brasileiros, segue abaixo o percentual de ocupação por unidade da federação, sintetizado na Tabela 1.2:³¹

- O Bioma Amazônia ocupa a totalidade do território dos cinco Estados da região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte de Maranhão (34%) e Tocantins (9%).
- O Bioma Mata Atlântica ocupa inteiramente três estados - Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina - e 98% do Paraná, além de porções de

³¹ Drummond, op. cit. 38-39.

outras onze unidades da federação – Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Goiás.

- O Bioma Cerrado ocupa a totalidade do Distrito Federal, grandes partes dos estados de Goiás (97%), Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%) e Tocantins (91%), além de porções de outros seis estados – Rondônia, Mato Grosso, Piauí, Pará, Amapá e São Paulo.
- O Bioma Caatinga se estende pela totalidade do estado do Ceará (100%) e mais de metade da Bahia (54%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e do Rio Grande do Norte (95%), quase metade de Alagoas (48%) e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%).
- O Bioma Pantanal está presente em dois estados: ocupa 25% do Mato Grosso do Sul e 7% do Mato Grosso.
- O Bioma Pampa se restringe ao Rio Grande do Sul. Ocupa 63% do território do estado.

Quanto aos dados do IBGE e MMA apresentados por DRUMMOND (2006) sobre o número de unidades de conservação por bioma, vale ressaltar que não se computaram as unidades de conservação estadual e municipal. O mesmo estudo aponta que a quantidade de unidade de conservação estadual é na ordem de 492. Deste total, 242 é de proteção integral e 250 de uso sustentável. Em termos de quantidade de UC e da extensão da área, no grupo de proteção integral, os parques representam a maioria, destacando-se os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Tabela 1.2: Biomas Continentais Brasileiros – Extensão Absoluta e Relativa

Biomas continentais brasileiros	Área aproximada (ha)	% da área do Brasil
Bioma Amazônia	419.694.300	49,29%
Bioma Cerrado	203.644.800	23,92%
Bioma Mata Atlântica	111.018.200	13,04%
Bioma Caatinga	84.445.300	9,92%
Bioma Pampa	17.649.600	2,07%
Bioma Pantanal	15.035.500	1,76%
Área total do Brasil	851.487.700	100,00%

Fonte: IBGE – Mapa de Biomas Brasileiros, 2003. (adaptado por DRUMMOND)

Mapa 1: Biomas Continentais Brasileiros



Fonte: IBGE – Mapa de Biomas Brasileiros, 2003.

1.1.3 As unidades de conservação no contexto da legislação ambiental brasileira

No Brasil, a proteção ao meio ambiente é tratada pela primeira vez no art. 134 da constituição de 1937. O artigo estabelecia a proteção e os cuidados da Nação, Estados e Municípios aos monumentos, históricos e naturais, que inclui a paisagem natural. Nesse período, havia entendimento de que as paisagens naturais belas era um monumento natural a ser preservado.

O objeto da proteção constitucional de 1937 era o da beleza cênica natural. A Carta Política denominada Emenda nº1, de 17 de outubro de 1969, mantém o mesmo texto e inclui a proteção às jazidas arqueológicas. Este entendimento da proteção da paisagem natural dotada de beleza cênica pendurou até a promulgação da Lei nº 6.938/1981 que

dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente³² - PNMA. Na época, a Constituição de 1969, em vigor, não regia a proteção dos ecossistemas.

Até o início da década de 80, antes da PNMA, a legislação brasileira protegia o meio ambiente de forma isolada. Havia leis que protegiam as florestas (o Código Florestal), a fauna nativa (a Lei de Proteção à Fauna) e as águas (o Código de Águas), mas não suficientes para proteger o patrimônio ambiental globalmente considerado em todas as suas manifestações, em face da atuação conjunta dos fatores causadores da degradação e poluição da água, do ar, das florestas e do solo.³³

A PNMA apresenta conceitos como equilíbrio ecológico; uso coletivo do patrimônio natural; racionalização do uso do solo, subsolo, água e ar; proteção dos ecossistemas; recuperação de áreas degradadas; educação ambiental.

Mais tarde, os avanços na legislação proporcionada pela PNMA foram garantidos pela Constituição de 1988, que, em seu art. 225, garante, também, a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.³⁴

A partir da constituição de 1988, o meio ambiente ecologicamente equilibrado passa a ser visto como direito garantido a todos e como bem de uso da coletividade, deve ser por todos defendido e preservado para as futuras gerações.

A redação do artigo 225 da constituição brasileira de 1988 foi profundamente influenciada pelo relatório, “Nosso Futuro Comum”, divulgado em 1987, período em que o Congresso Constituinte elaborou a atual Constituição.³⁵ No seu capítulo dedicado ao meio ambiente, a Constituição estabelece como obrigações do poder público (art. 225):

- proteger e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país;
- definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a

³² A Política Nacional de Meio Ambiente tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

³³ BIDEGAIN, Paulo; ZOUÉIN, Rogério. Manual de Melhores Práticas do Ecoturismo: Gestão de empreendimentos turísticos. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. p.77.

³⁴ BRASIL: Constituição. (1998) constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: senado, 2000.

³⁵ Barbieri, op. cit. 27

- supressão permitidas somente pela lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
 - controlar a produção e a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
 - promover a educação ambiental;
 - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, das práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Além disso, o artigo 225 da Constituição Federal declara como patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o pantanal mato-grossense e a Zona Costeira (parágrafo 4º). Este artigo ainda prevê a obrigação de as pessoas físicas ou jurídicas repararem os danos ambientais por elas causados, sem prejuízo de sanções penais e administrativas (parágrafo 3º). As normas constitucionais vieram consagrar o que, na prática, já ocorria no âmbito da legislação ordinária federal, estadual e municipal.³⁶

Uma delas é a já citada Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal 6.938/81, tendo por “objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”³⁷.

O meio ambiente é conceituado pela Lei 6.938/ 81 como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem físico-químico-biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (art. 3º, inc. I). Definiram-se como recursos ambientais “a atmosfera, as águas interiores superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora” (art. 3º, inc. V).

Para por em prática a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, a Lei 6.938/81 estabeleceu uma estrutura organizacional – o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) – criado em seu artigo 6º conjunto articulado de órgãos, entidades e práticas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das fundações instituídas pelo

³⁶ Bidegain e Zouein, op. cit. p. 78

³⁷ Lei Federal nº 6.938/81.

poder público, responsável pela proteção ou melhoria da qualidade ambiental, pleiteando atingir os objetivos traçados pela Política Nacional do Meio Ambiente.³⁸

Como forma de viabilizar a consecução dos seus objetivos, a PNMA instituiu no seu artigo 4º tais instrumentos:

- I. estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II. zoneamento ambiental;
- III. avaliação dos impactos ambientais;
- IV. licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V. incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltadas para melhoria da qualidade ambiental;
- VI. criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;
- VII. Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SISNAMA);
- VIII. Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de defesa ambiental;
- IX. Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação;
- X. Instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo IBAMA;
- XI. Garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistente;
- XII. Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

Nas últimas duas décadas anteriores à da Constituição de 1988 e após ela, inúmeras leis, decretos e outras normas incorporaram-se ao ordenamento jurídico nacional para a proteção ambiental. Em síntese, a legislação ambiental em nível federal pode ser assim listada: (OLICATO E GALLO: 2008, 8)

- Lei nº 4.771, de 15/9/1965 - Institui o Novo Código Florestal Brasileiro;
- Lei nº 5.197, de 3/1/1967 - Lei de Proteção à Fauna;
- Lei nº 6.938, de 31/8/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente;

³⁸ Bidegain e Zouein, op. cit. p. 79.

- Lei nº 7.347, de 24/7/1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao Meio Ambiente;
- Constituição Federal, de 5/10/1988 - Trata da proteção ao Meio Ambiente no Artigo 225, Capítulo VI;
- Decreto nº 750, de 10/2/1993 - Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica;
- Decreto nº 1.922, de 5/6/1996 Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
- Lei nº 9.605, de 12/2/1998 - Lei de Crimes Ambientais, no que se refere às infrações e punições;
- ----Lei nº 9.985, de 18/7/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC);
- Decreto nº 4.340, de 22/8/2002 - Regulamenta o SNUC;
- Decreto n.º 5.758, de 13/4/2006 - Estabelece o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- Lei nº 11.428, de 22/12/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa.

A Lei nº 9.985/2000, conhecida como Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, regula o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que se definissem, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. O SNUC estabelece “critérios e normas para criação, implantação e gestão de unidades de conservação”, definindo-as no seu art. 2º como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam as garantias adequadas de proteção.³⁹

De forma geral, o SNUC atende aos objetivos da CDB para a criação das unidades de conservação e prevê que as populações locais devem ser envolvidas em todas as fases do planejamento, implementação e avaliação do projeto. No art. 4º do SNUC estão descritos os treze objetivos da lei, *in verbis*:

³⁹ Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

- I. contribuir para a manutenção da diversidade biológica⁴⁰ e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II. proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional;
- III. colaborar para a preservação⁴¹ e restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. resguardar as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII. preservar e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX. recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI. valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII. proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

As unidades de conservação susomencionadas, integrantes do SNUC, dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I. Unidades de Proteção Integral – tem por objetivo básico preservar a natureza, admitido-se apenas o uso indireto⁴² dos seus recursos naturais;

⁴⁰ diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

⁴¹ preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais; conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características; recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original; restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.

⁴² Uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais; Uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais; Conservação da natureza: o manejo do

- II. Unidades de Uso Sustentável – basicamente objetiva compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Cabe destacar que as categorias de manejo se enquadram nos critérios definidos pela UICN. Isso permite ao sistema brasileiro uma adequação aos padrões e às normas internacionais.

A Lei, quanto à gestão das unidades de conservação, estabelece as seguintes atribuições: ao Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA acompanhar a implementação do sistema; ao Ministério do Meio Ambiente - MMA coordenar, e ao IBAMA e órgãos estaduais e municipais implementar. Quanto à criação, implantação e gestão das unidades de conservação, além das restrições específicas às categorias de *manejo*⁴³, estabelece que, para tal, é-se necessário prescindir de estudo técnico e de Plano de Manejo com a participação da população afetada no processo de elaboração; ser criada por meio da consulta pública, e dispor de conselho consultivo, se de Proteção Integral; e deliberativo, se de Uso sustentável. Em síntese, a Tabela 1.3 apresenta todas as categorias de manejo previstas no SEUC e os seus objetivos. ESEC, REBIO, PARNA, MN, RVS.

uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (art. 2º)

⁴³ Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Tabela 1.3: Categorias de Unidades de Conservação previstas pelo SNUC

Grupo	Categoria	Objetivos
Proteção integral	Estação Ecológica (ESEC)	Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas.
	Reserva Biológica (REBIO)	Preservar integralmente a biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
	Parque Nacional (PARNA), Parque Estadual ou Parque Natural Municipal	Proteger ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	Monumento Natural (MN)	Proteger sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Uso sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso Ambiental dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
	Floresta Nacional (FLONA), Floresta Estadual ou Municipal	Fazer uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva Extrativista (RESEX)	Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, garantir as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.
	Reserva de Fauna (REFAU)	Manter populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Conservar a diversidade biológica.

De acordo com o art. 25 do SNUC, as unidades de conservação, exceto a Área de Proteção Ambiental e a Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma *zona de amortecimento*⁴⁴ e, quando conveniente, corredores ecológicos.

⁴⁴ Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (art. 2º do SNUC)

1.1.4 Unidades de Conservação e o uso dos recursos naturais

Conforme a Lei do SNUC, toda Unidade de Conservação – UC deve ter um plano de manejo, documento que orienta, norteia e regula o uso da área, por ser instrumento oficial de planejamento das unidades de conservação. Trata-se de um processo dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o *zoneamento*⁴⁵ de uma UC, caracteriza cada uma de suas zonas, propõe seu desenvolvimento físico e estabelece diretrizes básicas para o manejo da unidade. Deve abranger também seu entorno (zona de amortecimento) e os corredores ecológicos; incluir medidas que promovam sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Portanto, o plano de manejo estabelece, dessa forma, diretrizes básicas para o manejo da unidade.

Segundo o SNUC, deve-se elaborar um plano de manejo conforme os critérios a seguir:⁴⁶

- Deve ser gradativo, porque a evolução dos conhecimentos sobre os recursos da UC, ao longo de fases, condiciona a ampliação e o aprofundamento das ações de manejo sobre os seus recursos.
- Deve ser contínuo, porque cada nova fase sempre englobará os conhecimentos e as ações da fase precedente. Além disso, cada nova fase será planejada já durante a implementação da fase anterior, não existindo interrupção entre elas.
- Deve ser flexível, porque sua estrutura apresenta a possibilidade de agregar novos conhecimentos e eventuais correções no manejo durante a implementação de qualquer das fases. As ações de monitoria e reavaliação efetuadas durante a implantação do plano indicarão a necessidade de se fazer ou não tais correções.
- Deve ser participativo, porque, na sua elaboração, se presume o envolvimento da sociedade no planejamento, por meio de oficinas. E mais, sua estrutura prevê ações no entorno das unidades visando à cooperação das populações vizinhas e à melhoria da qualidade de vida.

De acordo com a metodologia aplicada pelo IBAMA, o plano de manejo se estrutura em oito partes identificadas nos seguintes encartes:

⁴⁵ Zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

⁴⁶ RIGUEIRA, Sônia. Manual de Melhores Práticas do Ecoturismo: Meio ambiente e turismo. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. p.28.

- informações gerais da unidade de conservação;
- contexto federal;
- contexto estadual;
- contexto regional;
- unidade de conservação e zona de transição;
- planejamento da unidade de conservação;
- projetos específicos;
- monitoria e avaliação do plano de manejo.

RIGUEIRA (2004), ao citar o Guia de Chefe do IBAMA, afirma que toda unidade de conservação tem de possuir um zoneamento instituído em seu Plano de Manejo, a fim de facilitar o seu gerenciamento e monitoramento. O zoneamento é uma etapa do plano de manejo e consiste em proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade sejam alcançados de forma harmônica e eficaz. É uma etapa muito importante, pois está sujeita a ajustes ao longo do desenvolvimento e implementação do plano de manejo, porém é o primeiro passo para nortear as ações na unidade de conservação. Deve-se elaborar o zoneamento com base científica de dados biológicos, físicos, sociais, econômicos etc. Fazem parte do zoneamento as divisões.⁴⁷

- Zona intangível - onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, e representa o mais alto grau de preservação. Funciona, em certos casos, como matriz de repovoamento de outras zonas, onde já se permitem atividades humanas regulamentadas.
- Zona primitiva - onde ocorreu pequena ou mínima intervenção humana, com espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a zona intangível e a de uso extensivo.
- Zona de uso extensivo - constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a primitiva e a de uso intensivo.
- Zona de uso intensivo - composta por áreas naturais ou por alterações produzidas pelo ser humano. O ambiente se mantém o mais próximo possível do natural e deve conter: centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços.

⁴⁷ RIGUEIRA, op. cit. pp. 29-30

- Zona histórico-cultural - onde se encontram manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, quando couber, servindo à pesquisa, à educação e ao uso científico.
- Zona de recuperação - contém áreas consideravelmente alteradas pelo ser humano. Trata-se de zona provisória que, uma vez restaurada, incorporar-se-á novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração ser natural ou naturalmente agilizada.
- Zona de uso especial - contém áreas necessárias à administração, à manutenção e aos serviços da unidade de conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Tais áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da unidade.
- Zona de conservação de vida silvestre - faz parte do zoneamento das Apas. Área em que se poderá admitir um uso demorado e autossustentado da biota, regulado de modo a assegurar a manutenção dos ecossistemas naturais.
- Zona de uso agropecuário - faz parte do zoneamento das Apas, onde exista ou possa existir atividade agrícola. Tem o objetivo de proibir ou regular o uso ou as práticas capazes de causar sensível degradação do meio ambiente. Conhecendo essas zonas em cada unidade de conservação, podem-se planejar melhor as atividades, avaliando onde elas podem ou não ser praticadas ou estabelecidas.

A partir da data de criação de uma unidade de conservação, deve-se elaborar o seu Plano de Manejo no prazo de cinco anos. Até que se faça, todas as atividades e obras, desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral, devem se limitar às destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais, porventura residentes na área, as condições e os meios necessários para satisfazer suas necessidades materiais, sociais e culturais. Após a aprovação do Plano de Manejo de uma unidade de conservação pela população envolvida e/ou afetada, proíbem-se quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos e seus regulamentos.

No caso dos Parques Nacionais, o SNUC, em seu art. 11, estabelece que tenham como objetivo básico “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. Considera que:

- suas terras sejam de posse e de domínio públicos;
- a visitação pública se sujeite às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo e órgãos responsável pela sua administração;
- a pesquisa científica dependa de autorização prévia da gestão e administração da UC.

Os parques nacionais são áreas destinadas à proteção integral de ambientes naturais de grande relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa e recreativa, onde não se permite qualquer interferência humana direta. Se o estado e o município criarem parques, estes se denominarão, respectivamente, estadual e municipal.

De acordo com Seabra (1998 apud Seabra, 2001), como o objetivo principal dos parques nacionais reside na preservação dos ecossistemas naturais, contra quaisquer alterações que os desvirtuem, o seu maior significado é permitir a livre evolução da natureza em grandes reservas, e se consinta a circulação de visitantes em zonas especialmente designadas para esse fim, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos e recreativos.

Nesse contexto, na versão oficial, tendo os parques nacionais e os demais espaços protegidos do Brasil como palco e suporte de suas ações, o ecoturismo surge como:

(...) um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza. (EMBRATUR/IBAMA 1994 apud Seabra, 2001: 40).

Pires (2002) cita o depoimento de Sônia Widmann a qual atrela o marco de referência histórico para a questão do uso público de unidades de conservação, antes mesmo de se falar em turismo ecológico ou ecoturismo no Brasil; a atitude de o órgão público ambiental federal, no caso o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), estabelecer programas de visitação e uso público dessas áreas no âmbito do plano de manejo a ser elaborado para cada uma delas. O primeiro deles foi o do Parque Nacional de Sete Cidades em Piauí (1978), no qual se incluía uma proposta de uso público. Porém, tão somente em 1987, o IBDF (atualmente IBAMA) constatou a necessidade de envolver o órgão de turismo (Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR) nas questões de uso público

de áreas naturais protegidas, pois, até então, não visualizava o potencial destas, no âmbito internacional. A partir de 1987, os dois órgãos acordaram em promover o “turismo de natureza”, à época denominado “turismo ecológico”, na campanha “Conhecer para Preservar”, nos parques nacionais.

Em 1979, o DECRETO nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, já estabelecia as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais, designando que as áreas destinadas à visitação pública deviam estar identificadas em seu plano de manejo. Dentre as possíveis zonas identificadas pelo plano de manejo na área do parque, as de Uso Especial, de uso intensivo, histórico-cultural e de amortecimento se destinam ao atendimento à visitação pública, quer pelas demandas de manejo e administrativa, quer pelas de pesquisa, educação ou uso dos atrativos naturais.

Nestas zonas, devem-se minimizar os impactos das obras civis sobre o ambiente natural ou cultural do Parque. Na implantação das instalações e estruturas, deve-se analisar a produção de resíduo, desde o momento da construção até o de operação das atividades. Em todos os casos, os despejos, dejetos e detritos deverão ser tratados e expedidos além de seus limites. O documento também estabelece que sempre que o tratamento revelar-se impossível, dever-se-ão empregar técnicas adequadas, tais como: aterro sanitário, incineração ou qualquer outra forma de tratamento que torne os detritos inóculos para o ambiente, seus habitantes e sua fauna.

Relativo ao uso, a regulamentação estabelece que, para a utilização dos valores científicos e culturais dos Parques Nacionais, impõe-se a implantação de programas interpretativos que permitam ao público usuário compreender a importância das relações entre o homem e o meio ambiente. Assim como, para recepção, orientação e motivação do público, os parques Nacionais devem dispor de Centros de Visitantes, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo, onde se proporrá aos visitantes oportunidades para bem aquilatar seu valor e importância. Para tanto, referidos Centros disporão de museus, salas de exposições e exibições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com o uso de meios audiovisuais, objetivando à correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Nacionais.

Para Seabra (2001), a estratégia adotada pelos órgãos oficiais para o turismo, nas áreas protegidas, inclui a implantação de infraestruturas artificiais em áreas naturais com elevado grau de primitividade, invariavelmente com a expulsão dos grupos sociais nativos. Fazem também parte da estratégia de ocupação das áreas protegidas, mudanças na legislação ambiental e alterações na conceituação e nos objetivos das unidades de

conservação. Por isso, é preocupante a velocidade com que as unidades de conservação e as demais áreas protegidas estão sendo ocupadas pelos diversos empreendedores econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.

O autor afirma que, enquanto a pesquisa científica e a educação ambiental perdem importância e incentivo nas unidades de conservação, o turismo invade os territórios protegidos, provocando alterações irreversíveis nas paisagens naturais. A precariedade do poder Público em administrar, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação não garante a preservação dos ecossistemas diante de uma visitação cada vez mais erosiva e descontrolada.

Além disso, a questão fundiária, não resolvida na maioria dos parques nacionais, juntamente com a falta de pessoal e de recursos para a administração desses espaços protegidos, é o principal problema encontrado no Brasil. Atualmente em estado de quase completo abandono pelo Poder Público, esses santuários ecológicos estão sendo invadidos de forma maciça e irresponsável pelos ecoturistas, com incentivo e apoio dos órgãos oficiais, das Organizações não-governamentais - ONGs e das operadoras de turismo.⁴⁸

De certo, um dos instrumentos utilizados para conter o impacto da visitação no meio físico e nos próprios visitantes é o estudo da capacidade de carga, usado, *a priori*, pela zootecnia para estabelecer o número de animais por área de pastagem. Para DIAS (2003), a capacidade de carga, aplicada ao turismo, é o número de turistas que podem ser acomodados e atendidos, sem provocar alterações significativas no meio físico e social e na expectativa dos visitantes.

A definição de capacidade de carga turística tem sido amplamente discutida. Atualmente, o seu conceito está atrelado tanto às variáveis ecológicas, quanto às sociais e culturais. SEABRA (2001) comenta que a Organização Mundial de Turismo - OMT, em 2001, definiu capacidade de carga como sendo:

O máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local.

Segundo Oliveira (2003), operacionalizar a determinação da capacidade de carga das destinações turísticas é tarefa muito complexa, pois resulta de um grande número de

⁴⁸ SEABRA, Giovanni F.. Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001, p. 32

componentes que determinam a sua qualidade: o regime das chuvas, da fauna etc. Ademais, é preciso determinar a tipologia da frequência e as modalidades da intervenção sobre o espaço (semanal, sazonal ou permanente) e o tipo de lazer praticado, que vai depender do perfil do turista.

Para Takahashi (1997 apud Lima, 2003), o paradigma da capacidade de carga fracassou principalmente por se preocupar mais com a questão do número, observando que várias pesquisas demonstram que muitos problemas relativos à visitação advêm do comportamento das pessoas, e não exatamente em função da quantidade. Ela complementa que, a partir dessas pesquisas e experiências de manejo, o conceito de capacidade de carga foi revisado e definido pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos (National Park Service), em 1990, de forma mais ampla. Assim, a quantidade de visitantes pode ter importância secundária, se os recursos forem adequados, e as condições sociais puderem ser medidas e mantidas.⁴⁹

Faria e Carneiro (2001 apud Dias, 2003) citam que a multiplicidade de fatores envolvidos na definição da capacidade de carga, decorrente de novas abordagens em que a preocupação com o 'quanto de uso' é substituída pela com o 'efeito do uso' sobre o local e aos usuários, revela a existência de diferentes níveis daquela e a subjetividade embutida no conceito. A sua aplicação transforma-se, assim, em questão de seleção de valores do que em técnica.

⁴⁹ LIMA, Maria Lúcia C. (Eco) turismo em Unidades de Conservação. In: in: RODRIGUES, Adyr B. Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites, (org). São Paulo: Contexto, 2003, p. 81.

1.2.1 Conceitos e Princípios do ecoturismo

O ecoturismo, como termo designativo de um tipo de turismo inserido no conjunto de alternativas turísticas, ganha aqui espaço privilegiado para uma abordagem mais ampla e uma análise mais detida. Isso porque, de acordo com PIRES (2002) no decorrer da história recente, desde a emergência do “turismo alternativo” como proposta e bandeira de transformação nos rumos do turismo convencional até os dias atuais, o ecoturismo surge e se impõe como uma rotulação ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface turismo-ambiente, este último compreende especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes no entorno.

Sancho (2001) afirma que o ecoturismo surgiu como opção de desenvolvimento sustentável a países, regiões e comunidades locais, para incentivar a conservação e a administração de regiões naturais e da fauna selvagem, e, em consequência, a biodiversidade. ZIEFER (1989), BOO (1995), HONEY (1999), DIEGUES (1997), SWARBOOKE (2000), SANCHO (2001), WERING e NEAL (2001), MENDOÇA e NEIMAN (2002), com um grupo de estudiosos representativos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, consideram o ecoturismo como atividade compatível com o manejo dos recursos naturais das áreas protegidas, que se propõe a possibilitar o contato dos indivíduos com os espaços naturais, de modo a garantir a estes últimos sustentabilidade econômico-ecológica.

Inicialmente, enfocando a relação turismo-ambiente, Pires (2002), ao citar BUCKLEY⁵⁰, estabelece quatro ligações entre estas duas vertentes:⁵¹

- A tomada dos componentes naturais do ambiente com base em atrativos para promover os negócios e o produto turístico;
- O manejo operacional do turismo para minimizar seus impactos ambientais;
- A contribuição econômica ou material do turismo à conservação, tanto direta como indireta;

⁵⁰ R. Buckley, “A framework for Ecotourism”, em *Annals of Tourism Research*, vol. 21, nº 3, Alburdeen, Elsevier Science, 1994.

⁵¹ PIRES, op. cit. pp. 139-140.

- As atitudes dos turistas em relação ao ambiente e à sua educação por parte dos operadores turísticos.

Segundo PIRES (2002), o PNUMA insere conceitualmente o ecoturismo como subcomponente do turismo sustentável e afirma ser ele, antes de tudo, uma versão sustentável do turismo na natureza, em que também podem-se incluir elementos do turismo cultural e do rural.

Para Swarbooke (2000), o ecoturismo pode ser uma forma de turismo sustentável se adequadamente gerenciado. WEIGHT (1993 apud Dias, 2002) enumera nove princípios que devem fundamentar o ecoturismo, veja-se:

1. Não degradar os recursos, e se desenvolver de maneira ambientalmente correta;
2. Possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;
3. Envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governos, organizações não-governamentais, indústria e turistas (antes, durante e depois da viagem);
4. Incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos;
5. Implicar a aceitação dos recursos tais como são e reconhecer os seus limites, o que pressupõe uma administração voltada para o abastecimento;
6. Promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, pode-se aí incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);
7. Promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos;
8. Trazer benefícios, em longo prazo, para os recursos naturais e culturais, comunidade e indústrias locais (tais benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica);
9. Assegurar que, nas operações de ecoturismo, a ética, inerente a práticas ambientais responsáveis, se aplique não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas.

Além da definição do seu idealizador, Hector Ceballos-Lascuráin - como a “*realização de viagens para áreas naturais não perturbadas ou contaminadas, com o objetivo de admirar, gozar e estimular a paisagem, sua flora e fauna, assim como as culturas passadas*”

e presentes em tais áreas” - uma das principais definições do ecoturismo, a da *The Ecotourism Society*, diz o seguinte:

Ecoturismo é a visita responsável a áreas naturais visando preservar o meio ambiente e o bem-estar das populações locais.

O Congresso de Ecoturismo, desenvolvido em Belize em 1992, define-o como:

Turismo dedicado ao desfrute da natureza de forma ativa, com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interação e integração das comunidades locais e com o mínimo impacto para os recursos, sobre a base de apoiar os esforços dedicados à preservação e manejo de áreas naturais onde se desenvolve, ou daquelas prioritárias para a manutenção da biodiversidade. (DIAS, 2003: 114)

No quadro das contribuições conceituais do ecoturismo, algumas entidades promoveram as discussões e a definição deste, as mais importantes são: as entidades conservacionistas como o Fundo Mundial para Natureza (WWF) e a União Internacional para a conservação da Natureza (UICN); e as entidades representativas como a Sociedade de Ecoturismo (The Ecotourism Society). Com elas, identificam-se os conceitos adotados por Ceballos-Lascuráin, Mowforth, Ziffer, Crosby, Healy e Boo, Western, Kearney e os conceitos do Ministério do Turismo – MTUR, MMA e IEB (os três últimos pertencentes ao quadro representativo do Brasil). Tais conceitos podem ser assim apresentados:

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir -, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais. (conceito de Héctor Ceballos-Laruscáin adotado pelo Programa de Ecoturismo da UICN, em H. Ceballos-Laruscáin, ecotourism consultancy Programme, México, 1993).

Ecoturismo é uma forma de turismo inspirada primeiramente pela história natural de uma área, incluindo suas culturas indígenas. O ecoturismo visita áreas relativamente desenvolvidas com um espírito de participação, apreciação e sensibilidade. Os ecoturistas praticam um uso não-consumista da vida silvestre e dos recursos naturais, contribuem na área visitada mediante a geração de empregos e financiamento direto para a conservação do lugar e a melhoria da economia das comunidades locais. (ZIFFER, 1990).

O turismo desenvolvido junto aos parques e reservas do mundo inteiro é freqüentemente chamado de “ecoturismo”. Essa palavra descreve tanto a motivação dos turistas em visitar ecossistemas naturais como as expectativas de benefícios para a conservação gerados a partir dessa atividade. (HEALY, 1994).

Ecoturismo é a viagem na natureza que avança em direção à conservação e aos esforços de desenvolvimento sustentável. [...] O ecoturismo é o resultado da convergência de duas tendências independentes: a da indústria do turismo com a dos conservacionistas. (BOO, 1992).

Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local. (WESTERN, 1995).

O ecoturismo é a prática do turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação da consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas. (Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB. Folheto de divulgação, 1996).

Diante do exposto por estes pesquisadores, o conceito de ecoturismo, surgido na década de 80 como uma modalidade de turismo sustentável desenvolvida em ambiente natural, se estabelece não somente como uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. De acordo com Dias e Aguiar (2002 apud DIAS, 2003), tem como fito melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo em que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio ambiente natural e cultural com a prática turística.

Vale ressaltar que estes conceitos se definiram a partir das declarações das conferências da ONU, na ECO-72 (Estocolmo), ECO-92 (Rio de Janeiro) e Rio + 10 (Johannesburgo), que embasaram outras diversas sobre o “Turismo Sustentável” e o “Ecoturismo”, realizadas em Manila (1980), Sofia (1982), Lanzarote (1995), Belize (1992) e Quebec (2002), promovidas pela ONU, PNUMA e OMT. A mais recente, a Conferência Mundial do Ecoturismo (2002), realizada em Quebec com a participação de 132 países, celebra o Ano Internacional do Ecoturismo e reconhece que o ecoturismo incorpora os princípios do turismo sustentável, considerando-se seus impactos ambiental, econômico e social⁵².

1.2.2 Dimensões do ecoturismo

Sobretudo a partir de 1994, o ecoturismo tem se alastrado por uma grande quantidade de países, mas não só devido à pressão de um mercado motivado pelo contato com a natureza e lazer ao ar livre. Os governos desses países passaram a ver na atividade uma oportunidade de ingressos de divisas, de oportunidades de trabalho e, em alguns casos, uma alternativa importante das políticas para a conservação dos recursos naturais. É o caso, por exemplo, da Malásia, Espanha, Equador, República Dominicana e Grécia, países distintos que elaboraram suas estratégias nacionais para o desenvolvimento do ecoturismo sob grande expectativa de seus governos quanto ao potencial da atividade.⁵³

Antes mesmo de sua conceituação, as atividades, consideradas ecoturísticas, já tinham alcançado o território dos Parques Nacionais. O primeiro deles, o Parque norte-americano Yellowstone, criado em 1872. Nos Estados Unidos, os Parques Nacionais Yellowstone, Grand Canyon e Yosemite são as unidades de conservação que mais recebem

⁵² http://www.mpe.org.br/publique/media/declaracao_de_quebec.pdf, acessado em 02 de maio de 2008.

⁵³ Pires, op. cit. p. 67

ecoturistas. Além destes, destacam-se, o Parque Nacional Banff no Canadá (1885) e Parque Waterton Glacier que traçam a Trilha do Grande Urso (Trail of the Great Bear) numa extensão de 420km.⁵⁴

A prática do ecoturismo em unidade de conservação, mesmo iniciada nos Estados Unidos e Europa, vem crescendo nos países em desenvolvimento, principalmente nos safáris da África, na observação da natureza nos países de florestas e regiões vulcânicas do pacífico como Costa Rica e Belize e na diversidade cultural e de ecossistemas dos países da América do Sul, notadamente, Argentina, Equador, Colômbia, Chile e Brasil.

Na América Latina, pela prática do ecoturismo em unidade de conservação, sobressaem: a Reserva da Biosfera de Sian Ka'na no México (criada em 1986); o Parque Nacional de Tortuguero na Costa Rica (este país possui 25% de seu território protegido; neste Parque, das pessoas envolvidas com o ecoturismo 70% são da comunidade); o Biótopo do Quetzal na Guatemala; a Reserva Natural Paracas no Peru; o Parque Nacional de Galápagos no Equador; o Santuário da Vida Silvestre Cockscomb e Santuário Comunitário dos Balbuínos em Belize. Na África, o Parque Nacional Amboseli no Quênia e o Parque Nacional dos Volcans em Ruanda (criado em 1978 para proteção dos gorilas contra caçadores e na manutenção de seu *habitat*). E na Ásia, o Parque Nacional de Sagarmatha no Nepal (onde fica o Monte Everest)⁵⁵.

Segundo Fennell e Eagles, na Costa Rica, desenvolveram-se vários princípios do ecoturismo para respaldar a filosofia do desenvolvimento sustentável. Eles incluem um acordo mútuo entre as operadoras de turismo e os visitantes, o de limitar o número de pessoas para as operadoras controlarem as visitas aos locais; acordos entre os governos e operadoras a respeito da autorização de ingresso aos parques; e acordos sobre a imagem apropriada a ser comercializada ⁵⁶.

O ecoturismo é praticado por pessoas afluentes do mundo desenvolvido que ruma para os países em desenvolvimento. Estas pertencem a uma faixa de renda relativamente mais elevada, têm mais tempo para se dedicar ao lazer e mais dinheiro para gastar. Em geral, procuram experiências naturais num ambiente ainda intocado. São viajantes preocupados com a natureza que enfatizam a apreciação e a proteção do *habitat* natural e dos tesouros arqueológicos. Preferem instalações simples com um impacto mínimo sobre os

⁵⁴ MOLINA E., Sérgio. Turismo e Ecologia. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2001. pp. 165 – 173.

⁵⁵ KINKER, Sônia. Ecoturismo e Conservação da Natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papyrus, 2002. pp. 87 – 102.

⁵⁶ MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentado. In: Turismo Global, 2ª edição, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. p. 199.

recursos naturais e mostram-se dispostos a pagar mais pelos serviços e produtos proporcionados por agências preocupadas com os problemas ambientais.⁵⁷

Hawkins e Kahn (2002) afirmam que o ecoturismo cresce rapidamente e influencia o setor como um todo, como: (a) *forma de viagem de interesse especial* e (b) *como influência “verde” para o turismo em geral*, concentrando-se em estratégias de desenvolvimento, operações e consumo do produto turístico preocupados com a proteção do meio ambiente⁵⁸.

(a) forma de viagem de interesse especial

As viagens de interesse especial estão voltadas para a natureza, as quais refletem a crescente preocupação com o meio ambiente nos principais países geradores de turismo. BOO⁵⁹ expõe que este tipo de viagem, em análise aos dados divulgados pela Ecotourism Society, constatou um considerável crescimento do número de visitantes aos países em desenvolvimento. Dentre as regiões que se beneficiaram com este tipo de turismo, citam-se as ilhas Galápagos, que tiveram em 1990 um aumento de 44% em relação a 1987, recebendo 47 mil pessoas nesse ano; o turismo para parques nacionais e áreas protegidas na Costa Rica cresceu 80% entre 1987 e 1990; o número de praticantes do trekking que se dirigiam para o Himalaia (Nepal) aumentou 25% de 1985 a 1988; Belize registrou um aumento de 55% de chegadas de turistas entre 1980 e 1990, e na década passada dobrou o número de chegadas no Quênia e nas Maldivas.⁶⁰

(b) como influência “verde”

Hawkins e Kahn (2002) ressaltam a experiência de países como a Costa Rica, Indonésia, Quênia, Nepal e Equador (nações abençoadas por cenários naturais e por uma flora e fauna únicas) que servem de orientação para os responsáveis pelo planejamento de nações em desenvolvimento.

O crescimento do turismo, analisado por Hawkins e Kahn, se atrela aos esforços dos governos destes países, principalmente da Costa Rica, na tentativa de estimular as grandes corporações privadas a investirem no país. Schüter expõe que por isso não se ter concretizado, eles próprios passaram a fazê-lo, recorrendo também a financiamento externo de instituições internacionais como o Banco Mundial, a Organização dos Estados

⁵⁷ Hawkins e Kahn, op. cit. pp.207-208

⁵⁸ Idem, p.208

⁵⁹ E. Boo, Ecotourism: the Potentials and Pitfalls.

⁶⁰ Hawkins e Kahn, op. cit. pp.208-209

Americanos (OEA), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) etc.⁶¹

Hawkins e Kahn (2002) estabelecem quatro fatores responsáveis pelo crescimento do ecoturismo nos países intertropicais, tais como:⁶²

- a necessidade do desenvolvimento sustentável do turismo;
- a crescente consciência ambiental por parte da comunidade global;
- o desejo de um segmento relativamente afluyente de turistas do mundo industrializado ter experiências com a natureza;
- a convicção do mundo em desenvolvimento de que os recursos naturais são finitos e que, portanto, precisam ser conservados para as gerações futuras.

Na mesma linha destas reflexões, destacão-se os principais segmentos da sociedade com interesse no desenvolvimento do ecoturismo.⁶³

- O trade turístico, ou seja, operadoras, agências, promotoras, empresas de viagens, hotelaria, guias etc. – utilizam a rotulação do prefixo eco- para promover as atividades e desenvolver os produtos (eco) turísticos, por meio da divulgação nos meios de comunicação, cuja fidelidade ecológica, se posta à prova, em muitos casos não resistiria a esse embate;
- a área governamental e os organismos oficiais – são encarregados de elaborar as políticas e ações no setor de turismo. Procuram associar o ecoturismo com as estratégias nacionais de planejamento afetas à escala do planejamento regional e também para a área ambiental, prevalecendo no conceito um enfoque conservacionista;
- as organizações não-governamentais da área ambiental e conservacionista articuladas em instituições de fomento e financiamento – visam apoiar regiões marginalizadas do interior do país incorporando nos projetos os princípios éticos e os princípios relacionados à autodeterminação das populações anfitriãs, à geração de benefícios locais, ao manejo sustentável do patrimônio natural e à difusão da consciência ecológica pela educação ambiental de todos os envolvidos;

⁶¹ SCHÜTER, Regina G. Desenvolvimento do turismo: As perspectivas na América Latina. In: Theobald, William F. (org). Truísmo Global, 2ª edição, São Paulo: SENAC São Paulo, 2002. p. 232

⁶² Hawkins e Kahn. op. cit. p. 207

⁶³ Pires, op. cit. pp. 140-143

- as populações residentes poderão enfatizar o próprio envolvimento nas distintas etapas a serem proporcionadas pelo desenvolvimento do ecoturismo, em atividades ou negócios que apresentem capacidade de gerar benefícios pessoais e progressos locais palpáveis;
- outros elementos como o público turista, o meio acadêmico e a mídia.

Assim, conclui PIRES (2002) que qualquer ação, ou atividade, que almeje o *status* de se considerar ecoturismo, deverá seguir tais princípios fundamentais:⁶⁴

- Ênfase na natureza e nos valores culturais autênticos – Os elementos da natureza, sua fauna, flora, ecossistemas e paisagens, juntamente com as comunidades locais, sua cultura e seu modo de vida, constituem-se nos atrativos por excelência do ecoturismo. Aumentando sua importância de acordo com o grau de naturalidade, originalidade e singularidade.
- Minimização dos impactos ambientais – Os impactos tanto ambientais como os sociais devem ser minimizados. Uma das medidas a ser tomada é a educação ambiental, dirigida aos visitantes, à população receptora e aos parceiros envolvidos nas distintas fases do desenvolvimento da atividade.
- Geração de benefícios para a comunidade local – O ecoturismo pode ser uma fonte de renda para as economias locais e contribuir na melhoria da qualidade de vida da população local por meio da maior utilização possível dos serviços e produtos originados na própria comunidade.
- Difusão da consciência ecológica por meio da educação ambiental – Por se tratar de atividade que proporciona um efetivo envolvimento com os aspectos naturais, o ecoturismo pode oferecer às pessoas conhecimento e percepções capazes de melhorar as atitudes e posturas no trato com o meio ambiente.
- Compromisso com a conservação da natureza – A atividade prioriza a existência da natureza, com o mínimo impacto, e estabelece um compromisso intrínseco com a proteção dos ambientes e os recursos naturais.

⁶⁴ Pires, op. cit. pp. 166-168

1.2.3 Ecoturismo no Brasil

No Brasil, período final dos anos 80 e início dos 90, com o uso generalizado dos meios de transporte, particularmente do automóvel, e uma profunda modificação da forma de vida do homem nas grandes cidades, ocorreu uma procura de maior contato do homem com a natureza. Essa busca do natural traduziu-se, nos grandes centros, na intensificação de deslocamentos nos finais de semana e nos feriados prolongados para sítios, chácaras, fazendas e outros locais em áreas rurais. As administrações públicas, em especial as municipais, desde a época, não estão preparadas para essa demanda e autorizam empreendimentos em áreas de mananciais com a consequente destruição de ecossistemas importantes, a implantação de loteamentos próximos a rios e represas, resultando na devastação das matas ciliares e um sem-número de decisões administrativas tomadas em função de um desenvolvimento desordenado.⁶⁵

A análise destas transformações da estrutura urbana brasileira, em função do aumento da demanda pelo lazer em áreas naturais, preconizou, em 1990, o início à pesquisa sobre os efeitos do desenvolvimento do turismo no Brasil, sendo mais específica a partir da ECO-92. Entre os vários atores e instituições que contribuíram com a pesquisa neste assunto, destacam-se: DIAS, PIRES, FURLAN, EMBRATUR, IBAMA, IEB, FUNBIO, WWF-Brasil.

Em termos de biodiversidade, o país possui uma enorme extensão territorial caracterizada por diferentes climas e geomorfologias, que apresentam grande número de ecossistemas os quais podem ser considerados como áreas com potencial para o turismo na natureza.⁶⁶

Entretanto, embora o Brasil apresente condições extremamente favoráveis para o crescimento de formas alternativas do turismo na natureza (variedade e diversidade geográfica, de climas e de solos, existência de variados e diversificados ecossistemas e grandes atrativos naturais), o modelo turístico predominante ainda é o convencional. Este modelo se dá fundamentalmente com a construção de grandes centros turísticos construídos por alta concentração de hotéis, áreas de recreação e zonas comerciais e, também, com o fortalecimento dos centros tradicionais de recepção do turismo, particularmente nas praias.⁶⁷

Devido ao potencial da costa oceânica brasileira em atrair turistas, dentre os países da América do Sul, o Brasil foi o primeiro a competir nos mercados extrarregionais com sua

⁶⁵ DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003, pp. 23-24

⁶⁶ Idem, p. 129

⁶⁷ Idem, pp. 25-26

tríade “sol, praias e mar”. Em 1972-1973, criou-se um projeto chamado Turis. Seu objetivo era o de montar uma cadeia de balneários na orla do Atlântico, do Rio de Janeiro a Santos, para o turismo interno e internacional. Esses balneários atraíram principalmente turistas argentinos, que também visitavam as praias que se estendem de Santos a Porto Alegre. Posteriormente, realizaram-se novos projetos no nordeste brasileiro, onde a herança cultural de holandeses, portugueses e africanos se funde com o hedonismo, em balneários como o clube Méditerranée de Itaparica. Esses centros tornaram o país mais atraente para os turistas dos Estados Unidos e da Europa. Entretanto, o Rio de Janeiro, com 51,1% do total de chegadas ao Brasil, continua sendo a cidade mais visitada.⁶⁸

Outro tipo de turismo muito praticado no Brasil é o da pesca. Calcula-se em dezenas de milhões os brasileiros praticantes. É uma atividade muito cultivada nos grandes centros, de onde, nos finais de semana ou feriados prolongados, grupos de pessoas se deslocam em grande número tanto para o litoral como para o interior.⁶⁹

Já o ecoturismo no Brasil pode ser considerado uma atividade incipiente, apesar de sua origem estar atrelada ao fluxo de turistas associado à Educação Ambiental e à atuação dos movimentos sociais ambientalistas e hippies ocorridos a partir dos anos 80. A atividade vem se desenvolvendo, pontualmente, nos locais que detêm amostra representativa dos biomas brasileiros.

Furlan (2003) é uma das que associa o surgimento do ecoturismo no Brasil com a prática de atividades de Educação Ambiental. A autora faz menções da forte influência dos movimentos sociais ambientalistas para a prática do ecoturismo com esta finalidade. Furlan afirma que a prática surge num momento singular de nossa história, quando diferentes segmentos da sociedade despertam para as questões ambientais. Alega que as primeiras iniciativas nessa linha mais educativa iniciaram-se na década de 80 por algumas escolas particulares do ensino fundamental e médio de São Paulo. De início, havia semelhanças entre os ideais da educação Ambiental e do Ecoturismo. Essa semelhança se pautava na perspectiva de formar um sujeito ecológico. Um sujeito “novo”, consciente e com várias dimensões, mas de certo modo um sujeito ideal, capaz de aprender com o mundo na perspectiva de transformá-lo. Um sujeito da “ruptura” com a sociedade de consumo.⁷⁰

⁶⁸ Schüter, op. cit. p.235

⁶⁹ Idem, p. 25

⁷⁰ FURLAN, Sueli A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza, in: RODRIGUES, Adyr B. Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites, (org). São Paulo: Contexto, 2003, p. 49.

Pires (2002) considera que a origem e evolução do ecoturismo no Brasil se deram (e vêm se dando) em um processo que pode ser considerado análogo, em vários aspectos, ao ecoturismo mundial, ao mesmo tempo em que gerou e manteve especificidades inerentes ao nosso contexto sociocultural.

A contribuição ambientalista, na formação de quadros para o ecoturismo no Brasil, advém da influência do período histórico marcado pelo florescimento cultural e ideológico de novas concepções, posturas e atitudes, cuja repercussão social e política marcou uma fase da história contemporânea do país. Ressalta-se, nesta fase, a geração de jovens tomada pelo entusiasmo ideológico de transformação social, embebidos do sentimento ambientalista e o surgimento, na década de 80, das primeiras entidades ambientalistas na região sul do país como a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena), Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina (Aprema).⁷¹

Estes jovens amantes da natureza se lançaram, voluntariamente, no excursionismo amador em busca da natureza, de ambientes desconhecidos e inóspitos e de paisagens exuberantes e singulares. Eram conhecidos como mochileiros e aventureiros, que praticavam atividades como longas caminhadas, exploração de cavernas, montanhismo e acampamentos “selvagens”. Neste grupo se destacam os *hippies*.⁷²

Os jovens hippies procuravam como destino a natureza “virgem” e os lugares remotos revestidos de uma aura rural-natural, que proporcionassem certo isolamento espacial da sociedade moderna (sociedade hipócrita) e do padrão de vida consumista por ela engendrada e, a partir daí, a liberdade de ser, fazer e estar, emblemática pelo próprio movimento como “sociedade alternativa”. Estes jovens que, inicialmente, frequentavam Arembepe eram oriundos de várias partes do Mundo e do Brasil, e sua imprevisível permanência no local estava voltada para a realização plena dos ideais de paz e amor, amor livre, harmonia com a natureza, liberdade de expressão, que eram os signos maiores do movimento. A partir desse período, descobriram-se destinos como Canoa Quebrada e Jericoacoara no litoral do Ceará; Porto Seguro e chapada Diamantina na Bahia, e litoral norte de São Paulo.⁷³

⁷¹ Pires, op. cit. p. 178

⁷² Idem, ibidem

⁷³ Idem, pp.192-193

Além da participação dos movimentos ambientalista e *hippie*, na origem e evolução do ecoturismo no Brasil, a atuação das ONGs, das entidades representativas e do governo, também se destacam no cenário do segmento do turismo no país.

O envolvimento das Ongs de índole ambientalista corroborou com o início da atividade de ecoturismo, despontando um crescimento após a realização da Eco-92, no Rio de Janeiro. Até então se difundia a prática do turismo ecológico que mais tarde substitui sua terminologia por “Ecoturismo”.⁷⁴

Com elas, citam-se as contribuições do Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB criada em 1996 no Congresso Mundial de Viagens de Aventura e Ecoturismo ocorrido em Manaus e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.

Criou-se em 1995 o Funbio, organização não-governamental, com a missão de apoiar ações estratégicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Apenas a partir de 1999, iniciaram-se os investimentos em ecoturismo com atuação na área de capacitação profissional e empreendimentos de ecoturismo.

Já a participação do governo no desenvolvimento do ecoturismo por seus organismos setoriais começou em 1987. O seu papel institucional é marcado diante da necessidade do estabelecimento de políticas, diretrizes e regulamentações para uma atividade já bastante expressiva no cenário turístico nacional. Pires (2002) considera que o período compreendido entre 1987 até os dias atuais é marcado por duas fases cronológicas distintas, uma antes e outra depois de 1994.

De acordo com Pires (2002), a *primeira fase* (1987 – 1994) pode ser assim descrita:⁷⁵

- Em 1987, a EMBRATUR lançou o Produto Turístico Ecológico, a parceria EMBRATUR/IBAMA constitui uma Comissão Técnica Nacional para monitorar o projeto do turismo ecológico no país.
- Em 1991, os dois órgãos produzem a versão preliminar do Programa de Ecoturismo e do Manual Operacional do Ecoturismo (cujo objetivo é oferecer normas para a atuação dos operadores dessa atividade, assim como orientações para a conservação dos recursos), publicada sua versão final em 1993.

A *segunda fase* é marcada, sobretudo, pela Eco-92 e pelas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” elaborada por um grupo de trabalho interministerial por

⁷⁴ Idem, p. 181

⁷⁵ Pires, op. cit. pp. 240-241.

meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), por instituições vinculadas aos dois órgãos IBAMA e EMBRATUR e por ONGs e empresas de consultoria.⁷⁶

As “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” elaborada por este grupo de trabalho em agosto de 1994, reuniu-se na Cidade de Goiás, no estado de Goiás e estabeleceu-se o marco legal do ecoturismo no Brasil, definindo-o como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (MM, 2000)

Com as diretrizes, pretendeu-se nortear o desenvolvimento do ecoturismo e servir como base para a implantação de uma política nacional buscando assegurar:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos;
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar os patrimônios cultural e natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.

No documento, estabeleceram-se nove ações que, sinteticamente, expressam:

- Promoção da diversidade;
- Integração harmônica entre povos;
- Sustentabilidade⁷⁷.

Em função desta iniciativa do governo federal, os governos de São Paulo e Paraná resolveram elaborar suas próprias “Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo”. As de São Paulo apontam dez estratégias consideradas fundamentais para o desenvolvimento e/ou realinhamento das atividades de ecoturismo no Estado de São Paulo, e as do Paraná objetivam manter a qualidade dos atrativos naturais e culturais das suas regiões potenciais.⁷⁸

Nesse período, a participação da área governamental se intensifica e instaura o planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento do turismo. Dessa forma, Seabra (1999) considera que a atividade, como qualquer outra atividade econômica, deve-se inserir

⁷⁶ Idem, p.245

⁷⁷ Dale Paul. Definindo ecoturismo. Para quê? Para quem? In: Neiman, Zysman, Mendonças, Rita. Ecoturismo no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2005. p.5.

⁷⁸ Dias, op. cit. pp. 125-126

numa proposta mais ampla de planejamento, que considere os demais setores ligados à economia e ao ambiente. Assim, no planejamento turístico da paisagem, deve-se ver a natureza como suporte das ações humanas - recurso de valor inestimável - e que, por esgotável, exige um tratamento voltado para a sua sustentabilidade.

O autor afirma que se considera o planejamento turístico, quando inserido no contexto ambiental, como ferramenta efetiva para a conquista da sustentabilidade, a qual requer um complexo e bem articulado mecanismo de procedimentos científicos e administrativos, proporcionando gestão eficiente dos recursos naturais e culturais com responsabilidade social.⁷⁹

Ruschmann (1997) exemplifica que, no turismo, o plano de desenvolvimento turístico constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução.

Seabra (2001) acredita que o planejamento turístico dos espaços protegidos requer estudos pormenorizados e integrados, que incluam tanto os atrativos naturais, como também o meio ambiente social com valores e normas culturais, população empregada, visitantes, comunidades humanas locais e legislação incidente.

Contudo, no país, a recente história do planejamento do turismo é marcada, oficialmente, em 1954, com a publicação do Guia Turístico pela extinta Divisão Turismo e Certames do Ministério da Indústria e Turismo. A publicação reunia uma série de informações sobre a história do Brasil, facilidades aduaneiras para turistas, estradas e quilometragens principais, estâncias hidrominerais, parques nacionais, endereços de embaixadas e consulados no Brasil, além de um mapa turístico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁸⁰

Em 1966, o governo federal reconhece a importância dessa atividade e cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a EMBRATUR. Porém, somente em 1977 editou-se a Política Nacional de Turismo, onde já se tinha entre as diretrizes a preocupação de proteger o patrimônio natural, a promoção dos valores culturais, o incentivo ao turismo interno e o estímulo ao turismo do exterior para o Brasil.

Na mesma década (1970), surgiu a idéia de portões de entrada para o turismo internacional em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador, voltados, sobretudo, ao

⁷⁹ Seabra, op. cit. p.15

⁸⁰ Idem, p.17

turismo convencional. E é apenas na década de 80 que se começa a implantar o ecoturismo no país como atividade organizada, tendo como principais destinos o Pantanal Mato-grossense, a Amazônia e alguns parques nacionais, como Iguaçu (PR), Itatiaia (MG), Tijuca (RJ), chapada dos Guimarães (MT), Chapada Diamantina (BA) e Sete Cidades (PI).

Concernente às políticas públicas, a primeira iniciativa para ordenar o ecoturismo no Brasil deu-se somente em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do IBAMA e da EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico.⁸¹

Quatro anos depois, a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, se constitui em um dos instrumentos legais aliados ao planejamento turístico. Em seu art. 1º estabelece que a Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, atribuindo-se à EMBRATUR a sua coordenação e execução.

A Política Nacional de turismo visa:

- I. democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classe de menor poder aquisitivo;
- II. reduzir as disparidades socioeconômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;
- III. aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional;
- IV. difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento;
- V. ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais;
- VI. estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais integrantes do patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação;
- VII. incitar a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

⁸¹ Idem, pp.18-23

Também é na década de 90 que o turismo ecológico vem-se difundindo por vários estados brasileiros, na maior parte sem planejamento adequado. Devido a isso, não se respeitam os princípios norteadores do ecoturismo, baseados no desenvolvimento sustentável. Como os limites das sobrecargas humanas sobre o meio natural e cultural são ultrapassados, os impactos negativos resultantes são inevitáveis, tornando-se regra geral na implementação do chamado turismo da natureza.⁸²

Em 1995, como forma de implantação das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, lançou-se o Programa Nacional de Ecoturismo dando origem ao Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal - PROECOTUR, que vislumbra um “desenvolvimento para a região através da geração de alternativas economicamente viáveis e ambientalmente corretas”.⁸³

Em 2000, divulgou-se um mapeamento dos Polos de Ecoturismo para cada uma das cinco regiões do país e, em 2001, publicou-se o documento Polos de ecoturismo: Planejamento e Gestão.⁸⁴

Além do governo federal, os estaduais, situados em zonas de alto potencial ambiental, preocupam-se em desenvolver polos turísticos alternativos, com financiamento externo e linhas de crédito advindos daquele. Um desses programas é o já citado PROECOTUR que abrange os nove Estados da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Como objetivo geral, busca viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região.⁸⁵

Em 2006 - 2008, depois de concluída a fase de planejamento do PROECOTUR, sobre coordenação do MMA, e os estados integrantes, a sua fase de investimentos passa a ser coordenada pelo MTUR, que incorpora a proposta do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR de âmbito nacional. A aglutinação dos dois programas leva ao enfraquecimento da proposta inicial de criação de um produto (eco)turístico brasileiro do bioma da Floresta Amazônica, fazendo com que a região norte do país concorra no mesmo nível com os estados mais desenvolvidos e com políticas já estabelecidas para o setor como, por exemplo, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná.

⁸² Idem, p.26

⁸³ Pires, op. cit. p. 247

⁸⁴ Idem, pp. 247-248

⁸⁵ Dias, op. cit. p. 27

Após a fase inicial do ecoturismo na região sul e sudeste, o *trade receptivo* do ecoturismo, segundo Pires (2002), tem uma concentração maior nos biomas Amazônico e do Pantanal Mato-Grossense e nas unidades de conservação federais. Aliado a eles surge no país o interesse por destinos como Bonito, Fernando de Noronha e as Chapadas (Diamantina, Guimarães e Veadeiros). Neste cenário, o interior do país (regiões centro-oeste e norte), desprovido dos recursos oferecidos pela região litorânea, sobretudo após a Eco-92, passa a oferecer serviços a uma demanda de turistas interessados em se contatarem com os seus três biomas (floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado).

a) *Floresta Amazônica*

Segundo depoimento de Jean Pierre Schwars (apud Pires), o turismo, com perfil alternativo e com interesses sociais na Amazônia, remonta aos anos 60, a partir de sua porção peruana, na região de Iquitos e do rio Napo, onde se instalou o primeiro hotel de selva da Amazônia, o Explorama, por volta de 1962.

Em relação à Amazônia brasileira, Silvio Barros II⁸⁶ (apud Pires) informa que, antes do primeiro hotel de selva, o Amazon Lodge, inaugurado em 1979, se faziam passeios de barcos partindo de Manaus para observar o pitoresco encontro das águas barrentas do rio Solimões com as escuras do rio Negro; atividades de pesca e caça no espírito do turismo convencional.

No final dos anos 70 e início 80, o “safári na Amazônia ou safári ecológico” ofertados nos cruzeiros fluviais em barco-hotel atraíam os turistas estrangeiros, especialmente os norte-americanos e europeus, interessados em conhecer e vivenciar o ambiente amazônico. Deslocavam-se para o interior da mata, mantinham contatos com os índios e visitavam a Estação Ecológica de Anavilhanas.⁸⁷

A partir da década de 80, os hotéis de selva surgem no meio da floresta amazônica, a maioria nas proximidades da cidade de Manaus ao longo dos rios Negro e Solimões, oferecendo, também, o “safári ecológico”. Citam-se como exemplo o Amazon Lodge, a Pousada dos Guanavenas e o Ariaú Jungle Tower. Atualmente existe uma quantidade expressiva de hotéis de selva na Amazônia brasileira. Há ainda os de selva que abrigam os “pescadores esportistas” na região do rio Xingu e do rio Araguaia e ornitólogos e “amantes da natureza”.

⁸⁶ Silvio Magalhães de Barros II, depoimento cedido em 10 de abril de 1997, em Curitiba.

⁸⁷ Pires, op. cit. pp. 198-200

Conforme Neiman (2005), o governo federal desenvolveu as primeiras iniciativas para implementar, de fato, o turismo na região, por intermédio da EMBRATUR, com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), e do MMA com o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (PROECOTUR).

b) *Pantanal Mato-grossense*

O turismo no pantanal mato-grossense, em sua fase inicial, destinava-se aos adeptos da pesca amadora. Em meio às fazendas de gado, atividade predominante no pantanal, surgem os meios de hospedagem para atender um segmento de público interessado na dimensão ecológica e ambiental do Pantanal, o qual se difere do grupo ainda existente dos pescadores amadores.⁸⁸

Nesse diapasão, surgiram vários equipamentos hoteleiros, trata-se de pequenas pousadas localizadas em fazendas de gado em que os donos juntamente com os seus peões se envolvem diretamente recebendo os turistas e acompanhando-os em todas as atividades.⁸⁹

Parte destes empreendimentos se distribui ao longo da margem da estrada transpantaneira que se mistura entre pousadas ecológicas e hotéis pesqueiros. Daí, o marco referencial da atividade de ecoturismo no Pantanal foi a construção do Refúgio Ecológico Caiman, em 1987. Localizado na porção sul, na região de Miranda, o empresário paulistano Roberto Klabin construiu a primeira pousada ecológica do Pantanal, destinada a hospedar visitantes estrangeiros atraídos pelo roteiro Amazônia e Foz do Iguaçu.

A marca promocional da pousada era o “safári fotográfico” iniciando o enfoque ecológico na região. A pousada Caiman investiu na capacitação de recursos humanos locais visando à qualidade dos serviços; ao trabalho de conscientização da comunidade em relação ao patrimônio natural da região de que ela própria dependia, e à contratação e treinamento de guias bilíngues com formação técnica em áreas como biologia, veterinária e zootecnia; além da adequação do próprio equipamento e de suas atividades aos critérios de mínimo impacto ambiental, preocupações essas que tentavam satisfazer, antes de tudo, os padrões exigidos pelo tipo de cliente a que se visava: o de melhor cultura ambiental.⁹⁰

⁸⁸ Idem, p. 205

⁸⁹ Idem, p.207

⁹⁰ Idem, pp.207-208

c) *Cerrado*

No bioma Cerrado, a região de Bonito e o Parque Nacional das Emas na Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Chapadas do Guimarães estão entre os locais mais visitados da região centro-oeste.

O município de Bonito, localizado no pé da serra da Bodoquena no estado de Mato Grosso do Sul, dista 257km da capital Campo Grande. Da serra da Bodoquena nascem alguns dos rios que traçam seu percurso em solos de origem calcária, suas águas vão recebendo a ação depuradora do carbonato de cálcio, fator que as torna incrivelmente translúcidas à contemplação da fauna e da flora subaquáticas em rios como Olho D'água, Formoso e Sucuri. Estes atrativos naturais se juntam às cachoeiras e grutas, principalmente, à gruta do Lago Azul, galeria escavada nas rochas calcárias com trechos submersos e "salões" com notáveis espeleotemas (estalactites, estalagnites, corais, cortinas) em que a reflexão da luz solar proporciona incríveis efeitos multicores sobre as águas cristalinas e as formas rochosas.⁹¹

O turismo surgiu nesta região no início dos anos 90. Nessa época não se dispunha de infraestrutura adequada e suficiente. Atualmente, a realidade do local é outra e a região já desenvolve roteiros integrados com o Pantanal.

As formações rochosas das chapadas dos Veadeiros e dos Guimarães também se consagram como destinos turísticos no bioma cerrado. O Parque Nacional da Ema, na Chapada dos Veadeiros em Goiás, possui morros recobertos por vegetação nativa, paredões rochosos em processo de erosão, extensas áreas de porções de gramíneas, rios com corredeiras, veredas de buritis, cachoeiras, piscinas naturais, matas ciliares e cerradões. O parque sofre ameaças externas com as constantes queimadas e o uso de agrotóxicos nas propriedades circunvizinhas. Mesmo com pouca infraestrutura, o fluxo de visitantes vem aumentando. Por meio do projeto corredor Ecológico Cerrado/Pantanal, uma parte financiada pela entidade *Conservation International* do Brasil desenvolve no parque a pesquisa, a preservação e a educação ambiental. E, no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, a atração são as bordas da chapada que formam o divisor das bacias Amazônica e Prata.⁹²

⁹¹ Idem, p.212

⁹² NEIMAN, op. cit. p. 32.

d) *As unidades de Conservação*

Nas unidades de conservação federais, estabelecem-se também as atividades receptivas de uma demanda de público, sobretudo, nacional, à exceção do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, para onde converge grande fluxo de visitantes tanto nacionais quanto internacionais. Trata-se de uma rede de áreas naturais legalmente instituídas e distribuídas por todo o país, que, acrescidas ainda das unidades de conservação estaduais e municipais, vêm tomando parte da história do ecoturismo na medida da sua utilização pelo *trade* emissivo de todo o país com destinos ecoturísticos, não obstante os graves problemas de regularização fundiária, de desestruturação e de ameaças de toda ordem à integridade territorial e ecológica de boa parte dessas unidades, notadamente às federais.⁹³

Para Mourão (1998), muitos destinos, mesmo com o potencial de visitação, contam com reduzida infraestrutura, ausência de profissionais e falta de divulgação, fatores que representam uma barreira ao desenvolvimento do ecoturismo brasileiro.

Boo (1992) argumenta que a atividade pode ser um apoio positivo para a conservação e o “desenvolvimento sustentável”, porém apenas se gerar fundos às áreas protegidas e comunidades, criar empregos e oferecer educação ambiental. Segundo a autora, as experiências positivas do ecoturismo vão criar importantes defensores para proteger o meio ambiente, podendo influenciar, entre os residentes locais, mudança no padrão de uso dos recursos através de práticas de educação ambiental.⁹⁴

1.3

ESTRUTURA DE ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA ENTRE OS PRINCÍPIOS E OS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

Na última década do século XX e início do XXI, analisa-se o ecoturismo, por alguns estudiosos, como um tipo de turismo voltado à natureza e preocupado com a garantia da prática do turismo para as gerações futuras. O ecoturismo se diferencia dos demais tipos de turismo ditos sustentáveis, por: proporcionar práticas alternativas de turismo diferenciado do convencional massificado; pelo fato de priorizar a natureza e pelo seu compromisso com os paradigmas ambientais. Ao assumir este, o ecoturismo encontra, nos territórios protegidos, espaços adequados para sua prática. Contudo, é a partir dos estudos sobre o turismo

⁹³ Pires, op. cit. pp. 180

⁹⁴ Lima, op. cit. p.79

sustentável, do qual o ecoturismo é um dos subcomponentes, que se pode analisá-lo como atividade turística compatível com a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais de UC pela visitação pública.

De início, criaram-se as unidades de conservação para proteger regiões de relativa beleza cênica. Com as discussões dos problemas ambientais advindas do modelo econômico vigente, a partir da década de 70, principalmente depois da divulgação do conceito de Desenvolvimento Sustentável pelo Relatório Brundtland e a Convenção da Biodiversidade ocorrida na ECO-92, a proteção passa a ser vista como forma de garantir os atributos ambientais estratégicos de determinados biomas do planeta.

Desde então, instaura-se o conflito entre proteção e uso sustentável dos recursos das unidades de conservação. O uso pela visitação pública, permitida em algumas categorias de unidade de conservação (a exemplo, os parques nacionais), traz certos conflitos à proteção dos recursos da unidade, dentre eles a degradação ambiental pelo fluxo intenso de visitantes (associado ao uso do recurso natural, à produção de resíduos e à implantação de infraestrutura para atendê-los) e por maus comportamentos dos visitantes (perturbação da fauna e retirada de plantas, em especial, as ornamentais ou medicinais).

Na redução destes conflitos, como demonstrado nos itens 1.1 e 1.2, aposta-se ser o ecoturismo uma alternativa viável à proteção por: valorizar a natureza; realizar-se por meio de um planejamento de ações que controlam os riscos pessoais e universais; reconhecer os limites reais para o crescimento da atividade; construir, por meio da educação ambiental, um cidadão mais consciente, e estimular a participação individual e o envolvimento de vários atores (população local, governo e mercado).

Boo (1992 apud Serrano, 1997) expõe alguns benefícios e riscos do turismo em áreas protegidas, destacando os seguintes benefícios:⁹⁵

- A possibilidade de uma maior integração das UCs com comunidades locais e com a sociedade mais ampla;
- A circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação;
- O aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer;
- A adesão de visitantes às tarefas de fiscalização;
- A facilidade do controle sobre grupos organizados;

⁹⁵ SERRANO, Célia Maria de T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente. Serrano, Célia Maria de T., Bruhns, Heloisa T. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 111.

- A divulgação da própria unidade e o estabelecimento de “redes” de interessados em sua manutenção.

E como riscos:⁹⁶

- Necessidade de “sacrifício” de áreas para descanso, abertura de trilhas e acessos, construção de infraestrutura etc.;
- Pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas;
- Depredação da infraestrutura, das árvores e das rochas por pichações ou coleta de *souvenirs*;
- Deposição inadequada de lixo, que interfere na alimentação da fauna e polui o solo e cursos d’água;
- Distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio;
- Incêndios.

Todavia, mesmo com os riscos, há uma visão de que o ecoturismo, inserido conceitualmente pelo PNUMA como um subcomponente do turismo sustentável, conforme descrito no subitem 1.2.1, é capaz de garantir a sustentabilidade do lugar e financiar a proteção das unidades de conservação. Na mediação entre os benefícios e os riscos, Swarbooke (2000) aposta em contribuições: à dos atores-chave compostos por setor público, indústria do turismo, voluntariado, comunidade local, mídia e turista. Quanto à do setor público, Bill Bramwell vê como contribuição a análise dos problemas a serem encontrados na escolha de instrumentos políticos de implantação do turismo sustentável.

Na análise, Bramwell (2002) expõe que a política pública para o turismo sustentável pode ser malsucedida na prática, se forem usados instrumentos inapropriados. O uso de mecanismos errados é uma das razões, porque “apesar da aceitação do turismo sustentável como uma alternativa desejável em comparação a modos mais predatórios de turismo, continua existindo uma distância entre o discurso e a implementação prática”⁹⁷. O instrumento político inadequado pode contribuir para essa distância, assim como pode haver expectativas irrealistas sobre o seu potencial em atingir objetivos globais. Na verdade, há uma considerável distância entre a intenção política e o que o instrumento consegue na prática. Muitas vezes, os planejadores políticos fracassam em reconhecer problemas potenciais na implementação. Por exemplo, muitos destes se originam de consequências

⁹⁶ Idem, p. 112.

⁹⁷ J. J. Pigram⁹⁷ apud Bramwell (2002)

político-culturais do local, não vistas ou ignoradas, incluindo-se a inabilidade ou a falta de desejo de impor os limites ao uso das áreas a serem utilizadas para a prática do turismo sustentável.⁹⁸

Na identificação dos problemas, Bamwell analisa os seguintes parâmetros de compreensão:

- a de princípios de desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável. Cita como principais a preservação dos recursos, o bem-estar da atual e futuras gerações e a distribuição igualitária dos benefícios e custos econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- a dos tipos de instrumentos políticos usados pelo governo para promover o turismo sustentável;
- a dos problemas para selecionar instrumentos políticos por meio da análise dos seguintes parâmetros: eficiência, efeito motivacional, viabilidade administrativa, impacto distributivo e equidade, respeito por diferenças culturais, liberdades e imparcialidades, aceitação política, e compatibilidade entre os instrumentos políticos.

Na compreensão dos referidos princípios, BRAMWELL (2002), ao citar Bramwell e Lane, M. Joppe e E. Inskeep, afirma que a literatura do turismo sustentável também sugere certos princípios ou idéias para o desenvolvimento político por parte do governo, e estes deveriam guiar o uso de instrumentos políticos específicos. Tal princípio requer que, ao decidir e implementar políticas, precisa haver grande participação e ação societária e cooperativa por parte de todos os grupos da sociedade. A da comunidade, por exemplo, é essencial para o planejamento do turismo sustentável. Outra posição é a de que as políticas devem-se integrar umas as outras, baseadas no reconhecimento da interdependência dos problemas e delas próprias, tais como turismo, meio ambiente, emprego e transporte. Por fim, em virtude de limitações práticas, necessita-se estabelecer objetivos atingíveis em curto prazo para progredir, e que estes surjam de tempos em tempos.⁹⁹

Na compreensão dos tipos de instrumentos políticos usados pelo governo para promover o turismo sustentável, Bramwell considera quatro deles que ajudam na escolha do mais apropriado para as várias circunstâncias:¹⁰⁰

⁹⁸ BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: Theobald, William F. (org). Turismo Global, 2ª edição, São Paulo: SENAC São Paulo, 2002. pp. 375-376.

⁹⁹ LIMA, op. cit. p.376

¹⁰⁰ Idem, pp. 378-379

- A sensibilização, por meio da informação, da educação e da persuasão geral dirigida aos operadores de turismo, turistas ou comunidades nas áreas turísticas, para motivá-los a dotar um comportamento sustentável;
- Os incentivos financeiros do governo que alteram os preços concernentes aos negócios de turismo, aos turistas ou às comunidades hospedeiras, quando ocorrem danos ambientais ou culturais ou, ao contrário, comportamentos benéficos;
- Os gastos do governo em ações desenvolvidas por ele próprio ou por agências estatais, como a despesa em transporte público, aquisição de terras e medidas de conservação para os parques nacionais, assim como iniciativas para o desenvolvimento da comunidade e administração de resíduos;
- As regulamentações do governo que proíbem ou exigem caminhos específicos de ação, amparadas pela lei, mas sem envolver um incentivo financeiro ou gasto direto do governo.

Na compreensão dos problemas a fim de selecionar instrumentos políticos, Bamwell estabelece algumas condições ou garantias para que estes atinjam seus objetivos de acordo com os parâmetros de análises sintetizadas na Tabela 1.4.

Tabela 1.4: Síntese das condições ou garantias propostas por Bramwell para atingir os objetivos dos instrumentos políticos por parâmetro de análise

Parâmetros	Condições ou garantias
Eficiência em atingir os objetivos	Se tiverem aceitação popular; Se feitos depois de uma grande consulta popular; Se bem divulgados.
Eficiência econômica	Se os custos de aplicação de cada instrumento forem compatíveis com o objetivo e passíveis de rateio com os atores envolvidos
Efeito motivacional	Se o instrumento proporcionar incentivo turístico aos atores envolvidos
Viabilidade administrativa	Se o instrumento apresentar simplicidade, facilidade e custo em tempo exigido para estabelecê-lo, administrá-lo, monitorá-lo e aplicá-lo.

... continuação da tabela 1.4

Parâmetros	Condições ou garantias
Impacto distributivo e a equidade	Se a distribuição dos impactos positivos e negativos do turismo é equitativa entre as pessoas, administradores, operadores, grupos sociais, organismos envolvidos e áreas geográficas.
Respeito por diferenças culturais	Se houver aproveitamento do saber popular e incentivar o cooperativismo.
Liberdades e imparcialidades	Se os usos dos instrumentos não afetarem os direitos de propriedade e do cidadão garantidos para grupos na sociedade.
Aceitação política	A permanência do instrumento depende da aceitação política para sua implantação.
Compatibilidade entre instrumentos políticos	Se os instrumentos forem integrados e combinados.

Fonte: Bromwell (2002)

1.3.1 Estrutura de análise

Diante do contexto das unidades de conservação e a do turismo sustentável, em particular o ecoturismo, apresentados nos subitens 1.1 e 1.2, ao se adaptar o método de análise de Bramwell, descrito no subitem 1.3, à prática do ecoturismo em unidade de conservação para a realidade brasileira, pode-se, *a priori*, analisar a **convergência e divergência ente os princípios das políticas públicas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo e dos seus instrumentos de regulamentação** usados pelo governo para promover o ecoturismo em UCs.

Ante este modelo e mediante o arcabouço teórico até aqui exposto, quanto aos princípios, no caso dos parques podem-se abordar os expressos nos objetivos e princípios do SNUC e do ecoturismo, apresentados nas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e complementados por estudos de Ceballos-Lascuráin, Mowforth, Ziffer, Crosby, Healy, Boo, Western, Kearney, Murphy, Hawkins, Kahn, Weight, Pires, MTUR / MMA e IEB. Quanto aos instrumentos de regulamentação de políticas públicas utilizados no país, considerar-se-ão os previstos na legislação e/ou planos definidores de política pública, que, no caso do parque, é o Plano de Manejo; e no do ecoturismo são os planos de desenvolvimento da atividade turística em determinada região geográfica. Em síntese, os princípios nortearão as categorias de análise dos instrumentos e, com isso, possibilitar a análise da convergência e divergência dos instrumentos de regulamentação de políticas

públicas usados pelo governo para promover o ecoturismo em parques. Desse modo, a Tabela 1.5 sintetiza a abordagem analítica dos princípios e dos instrumentos de referência.

Tabela 1.5: Abordagem analítica dos princípios e dos instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental (parque) e de promoção do ecoturismo

	Princípios	Instrumentos
UC/ Parque	Expressos no SNUC	Plano de Manejo
Ecoturismo	Apresentados nas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e pela comunidade científica	Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo

Categorias de análise dos princípios de proteção ambiental da categoria Parque e do ecoturismo

Para facilitar a análise dos dois instrumentos selecionados, Plano de Manejo e Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo, dividiram-se os princípios por grupos distintos destacados na conceituação dos dois termos. Tratar-se-ão estes grupos como **categorias de análise**, da seguinte forma:

- Proteção dos recursos naturais;
- Proteção dos recursos culturais;
- Uso dos recursos naturais;
- Geração de benefícios;
- Consciência ambiental;
- Participação e envolvimento da população local e demais atores envolvidos;
- Cooperação e apoio institucional.

Diante das sete categorias de análise, e em síntese ao que fora exposto nos subitens 1.1 e 1.2, já mencionados acima, na Tabela 1.6, apresentar-se-ão os princípios das políticas públicas de proteção ambiental para a categoria Parque e de Promoção do ecoturismo com o intuito de se fazer a primeira análise: a da convergência e divergência entre eles.

Tabela 1.6: Princípios da proteção ambiental para a categoria Parque e do ecoturismo

Proteção ambiental para a categoria Parque	Ecoturismo
<p>Proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; - Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional; - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; - Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; - Proteger e reabilitar recursos hídricos e edáficos; - Reabilitar ou restaurar ecossistemas degradados; - Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. <p>Proteção aos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteger as características culturais relevantes. 	<p>Proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enfatizar a natureza; - Assegurar que nas operações de ecoturismo a ética, inerente a práticas ambientais responsáveis, aplique-se não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas, ou seja, assegurar práticas sustentáveis; - Não degradar os recursos e desenvolvê-los de maneira ambientalmente correta; - Minimizar os impactos ambientais na implantação e operação; - Assumir compromisso na conservação da natureza; - Aceitar os recursos tais como são e reconhecer os seus limites.
<p>Proteção aos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteger as características culturais relevantes. 	<p>Proteção aos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enfatizar os valores culturais autênticos.

... Continuação da Tabela 1.6

Proteção ambiental para a categoria Parque	Ecoturismo
<p>Uso dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir ao grupo de UCs de proteção integral que o território destas seja de posse e domínio público; - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; - Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública. 	<p>Uso dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propiciar atividades de lazer em contato com a natureza;
<p>Geração de benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reverter os benefícios econômicos para a implementação, manutenção, gestão e regularização fundiária da própria UC ou de outras da mesma categoria; - Assegurar a sustentabilidade econômica das UCs; - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica. 	<p>Geração de benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerar benefícios para a comunidade local; - Trazer benefícios, em longo prazo, aos recursos naturais e culturais, para a comunidade e indústrias locais (tais benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica).
<p>Consciência ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. 	<p>Consciência ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Difundir a consciência ecológica por meio da educação ambiental - Envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governos, organizações não-governamentais, indústria e turistas.

Continuação da Tabela 1.6

Proteção ambiental para a categoria Parque	Ecoturismo
<p>Consciência ambiental: (continuação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública. 	<p>Consciência ambiental: (continuação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos.
<p>Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. 	<p>Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão; - Promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, e nisso podem-se incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações); - Promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos.
<p>Cooperação e apoio institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Buscar apoio e cooperação de organismos não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisa científica, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das UCs; - Criação e gestão das UCs integradas com as demais políticas; - Os parques devem dispor de Conselho consultivo; - Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento da proteção ambiental. 	<p>Cooperação e apoio institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação com a política conservacionista; - A participação de ONGs no desenvolvimento, gestão e operação do ecoturismo; - Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento no turismo.

Categorias de análise da convergência e divergência entre os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental (parque) e de promoção do ecoturismo

Bramwell considera que a convergência e divergência dos instrumentos se refere ao equilíbrio entre todos os instrumentos de gestão, controle e operação de uma política de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais, sociais e econômicos. Na análise, o autor aposta em uma visão holística dos princípios do desenvolvimento sustentável e garantia pela aplicação de instrumentos complementares que se integram em prol de um objetivo maior. De certa forma, a convergência e divergência pode ser medida por meio da análise do modo como as indicações de um plano afetam ou interferem noutro e vice-versa.

Contudo, na escolha dos dois instrumentos: o plano de manejo e o de desenvolvimento do ecoturismo, há divergência na escala do planejamento, sendo que, hierarquicamente, o primeiro está num nível acima por ser mais restritivo e previsto em lei.

Quanto à escala, o segundo plano é regional, por envolver uma região composta ou não por uma ou mais UCs; e o de manejo, local, pois envolve uma UC específica, zona de amortecimento para o caso dos parques e/ou as UCs que formam conjuntamente um corredor ecológico. O plano de desenvolvimento é um instrumento de planejamento; o de manejo, de gestão.

Além disso, as duas ações, proteção ambiental e fomento ao turismo sustentável, mesmo possuindo preocupações em preservar um determinado espaço geográfico, possuem **bases conceituais** distintas de uso dos recursos naturais, uma é mais *preservacionista* e a outra, em parte, mais *conservacionista*, no entanto, regulada pelas forças de mercado que contribui com a redução dessa percepção de conservação para as gerações futuras. Os dois termos, preservacionismo e conservacionismo, mesmo sugerindo sentidos equivalentes, tal como mencionado no item 1.1, são correntes ideológicas que apresentam relacionamentos diferentes do ser humano com a natureza.

As bases conceituais distintas fazem com que a elaboração dos instrumentos das duas “ações” tenha uma abordagem que dificulta a sua integração. Diante disso, mesmo havendo uma dualidade conceitual, tanto a preservação quanto o uso de recursos naturais pelo ecoturismo estão presentes na gestão dos territórios protegidos. Nesse contexto, visa-se a uma análise especial do caso do Tocantins, com o fito de se checar a convergência e divergência entre os dois instrumentos – plano de manejo e de desenvolvimento do ecoturismo. Na análise, averiguar-se-á a **convergência** e a **divergência** entre as medidas adotadas para a *proteção dos recursos naturais e culturais; uso dos recursos naturais;*

geração de benefícios; consciência ambiental; participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos; cooperação e apoio institucional (categorias de análise). Nas categorias de análise, a **convergência** se refere à similaridade ou complementaridade entre as medidas apontadas nos dois instrumentos, e a **divergência** à disparidade entre estas medidas.

Na **proteção aos recursos naturais**, averiguar-se-ão: os objetivos, os recursos naturais objeto de aplicação dos instrumentos e as medidas de proteção e de monitoramento; na **proteção dos recursos culturais**, os recursos explorados e as medidas de proteção e de monitoramento.

Quanto ao **uso dos recursos naturais**, verificar-se-ão as áreas permitidas e indicadas para a operação da visitação pública, as atividades permitidas e indicadas para cada área e as medidas de controle e redução de impactos advindos pelo uso ou exploração econômica dos recursos naturais.

Na **geração de benefícios**, analisar-se-ão o sistema de cobrança, as condições de exploração econômica e as medidas de repasse e rateio dos custos e benefícios.

E quanto à **consciência ambiental**, os objetivos do programa de educação ambiental, a integração com os demais programas e as medidas para formação de um cidadão mais consciente.

Na **participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos** avaliar-se-á o universo dos entes que fazem parte deste grupo. Neste caso, apurar-se-á se há similaridade entre os grupos participantes e atingidos pelas duas ações. Analisar-se-ão, também, os meios de participação utilizados e sugeridos, a temporalidade da participação se contínua ou eventual e o papel delegado para os grupos envolvidos e atingidos.

E quanto à **cooperação e apoio institucional**, as medidas de articulação institucional e os meios de cooperação e apoio institucional previstos.

Em síntese, a Tabela 1.7 apresenta as categorias de análise a serem utilizadas na análise da convergência e divergência entre os dois instrumentos.

Tabela 1.7: Categorias de análise da convergência e divergência dos instrumentos políticos públicos de proteção ambiental e do ecoturismo.

<p>Proteção aos recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> – Objetivo; – Recursos naturais protegido-explorados; – Medidas de proteção aos recursos naturais; – Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais.
<p>Proteção aos recursos naturais e culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> – Recursos culturais explorados; – Medidas de proteção dos recursos culturais explorados; – Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais explorados.
<p>Uso dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Destinação de áreas específicas para visitação pública; – Tipos de atividades permitidas; – Controle de uso por atividade; – Medidas de redução de impactos.
<p>Geração de benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sistema de cobrança e condição de exploração econômica; – Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios.
<p>Consciência ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Objetivo do programa de educação ambiental; – Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública; – Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários).
<p>Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Universo da população local e atores envolvidos; – Meios de participação; – Temporalidade da participação; – Delegação de papéis por universo da população.
<p>Cooperação e apoio institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Medidas de articulação institucional; – Meios de cooperação e apoio institucional.

No rasto do ambientalismo contemporâneo surgem no século XIX, nos EUA, duas correntes antagônicas que influenciam no atual modelo de criação de unidade de conservação, designadas como preservacionismo ou biocentrismo e conservacionismo ou antropocentrismo. A primeira precedida pelas ideologias de John Muir, que defendia a proteção da vida selvagem (wilderness), não só para conservar a beleza cênica, como também para amenizar as pressões psicológicas dos que viviam nas regiões urbanas; a segunda seguia as idéias de Gifford Pinchot, Thoreau e Marsh que propunham o uso adequado dos recursos naturais como instrumento democrático do acesso equânime e eficiente dos recursos naturais.

Em decorrência dos estudos destas duas correntes e o desenvolvimento tecnológico pós 2ª guerra Mundial, surgem, na década de 70, os principais estudos sobre um modelo de desenvolvimento econômico, pautados nos princípios da ecologia. O ecodesenvolvimento proposto por Sachs (1976) contribuiu com a construção e divulgação do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, em 1987, pelo relatório Brundtland decorrente da conferência de Estocolmo, em 1972.

A divulgação do conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Convenção da Biodiversidade, assinada na Conferência do Rio (ECO-92), sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, influencia o modelo legislativo brasileiro que estabelece a proteção ao meio ambiente na Constituição de 1988 e cria o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação” – SNUC, por meio da Lei Federal nº 9.985/2000.

Contudo, as áreas protegidas são os principais mecanismos hoje utilizados para a proteção da biodiversidade. Antes seguiam o modelo dos primeiros parques americanos (Yellowstone, 1879 e Yosemite, 1890), baseado nos valores estéticos da área protegida, destinada à contemplação e recreação. No Brasil, além deste propósito, as primeiras preocupações se voltaram à manutenção dos mananciais e ao controle da qualidade da água, citam-se: Itatiaia (1937), Iguaçu e Serra dos Órgãos (1939) e Tijuca (1961).

De acordo com o SNUC, os parques fazem parte da categoria de manejo de proteção integral; além desta tem-se a de uso sustentável. No entanto, todas elas devem dispor de um plano de manejo, instrumento que estabelece mecanismos garantidores da proteção ambiental e o uso dos seus recursos através do zoneamento. Permitem-se, nos parques, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo ecológico. Dentre as possíveis zonas identificadas pelo plano de manejo na área do

parque, as de Uso Especial, de uso intensivo, histórico-cultural e de amortecimento se destinam ao atendimento à visitação pública, quer pela demanda administrativa e de manejo quer pela de pesquisa, educação ou uso dos atrativos naturais.

No Brasil, uns dos principais problemas enfrentados pelos parques são a regularização fundiária e os impactos ao meio físico, provocados pela visitação pública. Para resolver este último, aposta-se no estudo da capacidade de carga, consistente em estabelecer o número aceitável de pessoas que utilizam, simultaneamente, o mesmo atrativo sem compromê-lo.

Quanto ao tipo de turismo desenvolvido em UC, o ecoturismo, subcomponente do “turismo sustentável” (tipo de turismo que absorve os princípios do desenvolvimento sustentável), se consolida com os propósitos de mínimo impacto sobre o meio físico.

A interface turismo-ambiente do ecoturismo se observa pela preferência por ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes no entorno. O termo, proposto pelo arquiteto mexicano Héctor Ceballos, em 1987, considerado por alguns estudiosos como ZIEFER (1989), BOO (1995), HONEY (1999), DIEGUES (1997), SWARBOOKE (2000), SANCHO (2001), WERING e NEAL (2001), MENDOÇA e NEIMAN (2002), é compatível com o manejo dos recursos naturais das áreas protegidas por lhe garantir sustentabilidade econômica e ecológica. A atividade vem crescendo nos países do 3º mundo, localizados na África, América Central e América do Sul.

O *trade* turístico, representado pelo poder público, Ong's, população local, meio acadêmico e a mídia, é o principal segmento da sociedade com interesse no desenvolvimento do ecoturismo, motivado pelos seus princípios que são: ênfase na natureza e nos valores culturais autênticos, minimização dos impactos ambientais, geração de benefícios para a comunidade local, difusão da consciência ecológica através da educação ambiental e compromisso com a conservação da natureza.

Iniciado na década de 80, com os movimentos ambientalistas e *hippies* e a extensão escolar do programa de educação ambiental, no Brasil, por ser o país com maior biodiversidade, o ecoturismo ganha território nos biomas: pantanal, floresta amazônica, cerrado e mata atlântica, invadindo as UCs destes. Contudo, devido ao potencial nacional em desenvolver o ecoturismo, as instituições federais MMA, MTUR, IBAMA e EMBRATUR constroem, em 1995, as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” que contribui com o planejamento estratégico do setor nos polos amazônicos.

Todavia, no estudo da interfase turismo-meio ambiente, no caso do ecoturismo em unidade de conservação brasileira, dentre outros vários, há a contribuição de Bramwell (2002) no exame dos instrumentos de regulamentação de política pública para o turismo

sustentável. O autor traz análises: entre os princípios dos instrumentos que afetam o turismo, da eficiência; do efeito motivacional; viabilidade administrativa; impacto distributivo e equidade; respeito por diferenças culturais; liberdades e imparcialidades; aceitação política, e convergência e divergência entre os instrumentos políticos.

A partir daí, far-se-á, na pesquisa, uma comparação entre os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo. Adotar-se-á a categoria parque onde se abordarão os princípios expressos nos objetivos e diretrizes do SNUC e do ecoturismo, os apresentados nas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e complementados pelos estudos de Ceballos-Lascuráin, Mowforth, Ziffer, Crosby, Healy, Boo, Western, Kearney, Murphy, Hawkins, Kahn, Weight, Pires, MTUR / MMA e IEB. Quanto aos instrumentos considerar-se-ão o Plano de Manejo, por estar previsto em lei, e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo, por fazer parte de uma estratégia nacional de ordenamento do ecoturismo.

A análise seguirá uma estrutura composta por quatro grupos de análise constituída pelos princípios e os instrumentos e por sete categorias de análise que são:

- Proteção dos recursos naturais;
- Proteção dos recursos culturais;
- Uso dos recursos naturais;
- Geração de benefícios;
- Consciência ambiental;
- Participação e envolvimento da população local e demais atores envolvidos;
- Cooperação e apoio institucional.



C A P Í T U L O 2

BASES INSTITUCIONAIS PARA O ECOTURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO TOCANTINS

2.1

O SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TOCANTINS

O processo de criação de unidade de conservação no território do Estado do Tocantins se iniciou antes de sua criação. A primeira unidade de conservação originada foi a do Parque Nacional do Araguaia em 1959, destinado a proteger uma amostra representativa do ecossistema de transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica e de uma porção da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, dividindo-a com a Terra Indígena do Araguaia, criada em 1998 para abrigar os grupos indígenas Javaés e Carajás.

Depois de quatro décadas da data de criação do Parque Nacional do Araguaia, intensifica-se a criação de unidade de conservação no Estado do Tocantins. Das 26 unidades de conservação, dez se instituíram no período de 1990 a 2000, e quatorze de 2001 a 2004 (Tabela 2.1). O fenômeno acelerado de formação de unidade de conservação no período de 1990 a 2004, ocorrido não somente no Tocantins, mas em todos os Estados da Federação, decorre dos acordos internacionais, principalmente após a Convenção da Biodiversidade assinada na Eco-92.

Tabela 2.1: Demonstrativo das Unidades de Conservação do Tocantins

Unidade	Base Legal	Localização	Área (ha)
Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral			
Parque Nacional do Araguaia	Decreto 47.570 de 31/12/1959, alterado pelos decretos 68.876 de 5/7/1971 e 84.844 de 24/6/1980.	Lagoa da Confusão, Pium	557.714,0000
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Decreto de 16/7/2002.	Almas, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins (TO); Rio da Conceição e Formoso do Rio Preto (BA).	107.075,4311
Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	Decreto de 27/7/2001.	Formoso do Rio Preto (BA); Alto Parnaíba (MA); Barreira do Piaí, Corrente, Gibués e São Gonçalo da Gurguéia (PI); Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins (TO).	645.378,6628
Total			1.310.168,0939
Unidade de Conservação Federal – Uso Sustentável			
APA Serra da Tabatinga	Decreto 99.278 de 6/6/1990.	Alto Parnaíba (MA), Mateiros (TO)	27.182,3258
APA Meandros do Araguaia	Decreto de 2/10/1998.	Araguaçu (TO); Cocalinho (MT); Nova Crixás e São Miguel do Araguaia (GO.)	3.860,3570

...continuação da Tabela 2.1

Unidade	Base Legal	Localização	Área (ha)
Unidade de Conservação Federal – Uso Sustentável			
Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Decreto 535 de 20/5/1992.	Sampaio, Augustinópolis, Carrasco Bonito	9.164,0000
RPPN Minehaha	Portaria 105/96-N de 26/11/1996.	Almas	745,0000
RPPN Reserva Ecológica Sítio Monte Santo	Portaria 146/98-N de 30/10/1998.	Palmas	52,7366
RPPN Água Bonita	Portaria 106/2000 de 27/12/2000.	Abreulândia	127,9525
RPPN Bela Vista	Portaria 8 de 21/5/2001.	Palmas	113,6159
RPPN Canguçu	Portaria 819 de 5/3/2004.	Pium	60,1000
Total			41.306,0878
Unidade de Conservação Estadual – Proteção Integral			
Parque Estadual do Cantão	Lei 996 de 14.07.1998; alterado pela Lei 1.319 de 4/4/2002.	Pium	90.017,8946
Parque Estadual do Jalapão	Lei 1.203 de 12/1/2001.	Mateiros	158.885,4662
Parque Estadual do Lajeado	Lei 1.224 de 11/5/2001.	Palmas	9.930,9229
Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Medida Provisória 370 de 11/9/2000.	Filadélfia	32.152,0000
Total			290.986,2837
Unidade de Conservação Estadual – Uso Sustentável			
APA Serra do Lajeado	Lei 906 de 20/5/1997.	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Palmas, Tocantínia	121.415,4996
APA Foz do Rio Santa Tereza	Lei 905 de 20/5/1997.	Peixe	50.359,7200
APA Ilha do Bananal/Cantão	Lei 907 de 20/5/1997.	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada da Areia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Monte Santo, Pium	1.678.000,0000
APA Lago de Palmas	Lei Nº 1.098, de 20/10/1999.	Porto Nacional	50.370,0000
APA Nascentes de Araguaína	Lei Nº 1.116, de 9/12/1999.	Araguaína	15.821,5000
APA Jalapão	Lei Nº 1.172, de 31/7/2000.	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins	461.730,0000
APA Lago de Peixe/Angical	Decreto 1.444 de 18/3/2002.	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	78.873,8200
APA Lago de Santa Isabel	Decreto 1.158 de 1º/8/2002.	Ananás, Riachinho, Xambioá, Aruanã	18.608,1500
APA Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Decreto 1.559 de 1º/8/2002.	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	14.525,1600
Total			2.489.703,8496

...continuação da Tabela 2.1

Unidade	Base Legal	Localização	Área (ha)
APA Lago de Santa Isabel	Decreto 1.158 de 1º/8/2002.	Ananás, Riachinho, Xambioá, Araguaianã	18.608,1500
APA Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Decreto 1.559 de 1º/8/2002.	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	14.525,1600
Total			2.489.703,8496
Unidade de Conservação Municipal – Uso Sustentável			
APA do Rio Taquari	Lei nº 806/2002 de 20/12/2002.	Araguatins	26.152,0000
APA Sapucaia	Lei nº 0104/2004 de 20/8/2004.	Piraquê	17.208,8000
Total			43.360,8

FONTE: SEPLAN, 2006.

O Tocantins inseriu em seu sistema de áreas protegidas quatro unidades de proteção integral e nove de uso sustentável (Tabela 2.2). As treze unidades de conservação estadual, aliadas às onze unidades federais e às duas municipais, possuem juntas um total de 4.518.885,90 hectares de áreas protegidas, correspondendo a 14,58% da área total do Estado. Conforme demonstra a Tabela 2.3, deste total, a maior participação é a das unidades de conservação estadual com 69,14% contra os 29,90% (Federal) e de 0,96% (Municipal). (Mapa 2)

Tabela 2.2: Demonstrativo da quantidade de Unidades de Conservação do Tocantins por grupo, categoria de manejo e domínio

Grupo	Categoria	Domínio		
		Federal	Estadual	Municipal
Proteção Integral	Parque	2	3	-
	MN	-	1	-
	ESEC	1	-	-
Subtotal		3	4	-
Uso Sustentável	APA	2	9	2
	RESEX	1	-	-
	RPPN	5	-	-
Subtotal		8	9	2
Total		11	13	2

FONTE: SEPLAN, 2006.

Mapa 2: Unidades de Conservação do Estado do Tocantins

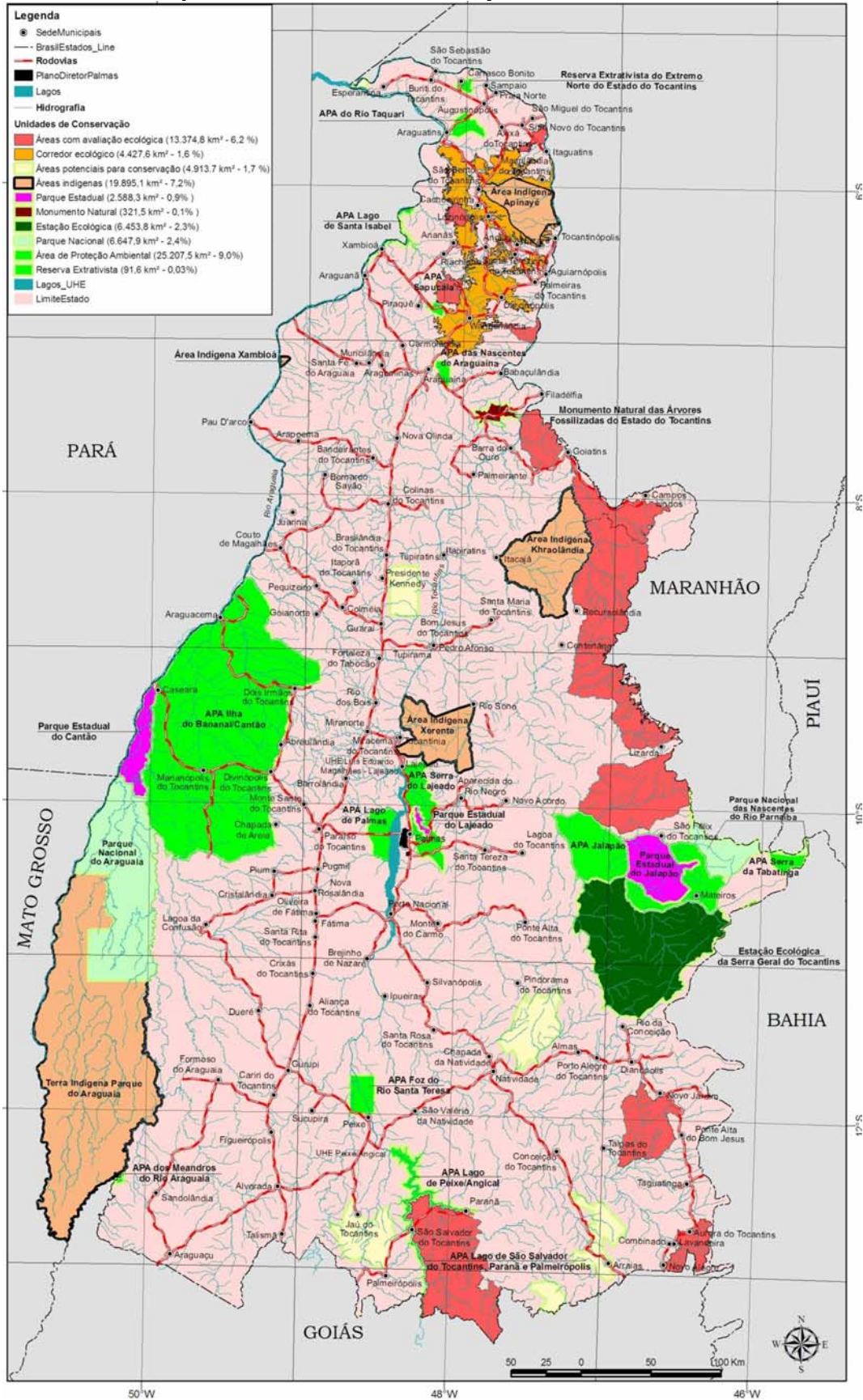


Tabela 2.3: Demonstrativo da área e percentual de ocupação pelas Unidades de Conservação do Tocantins por grupo e categoria de manejo

PI	Parque	Área total	%	%	Área total	%	%	Área total	%	%
		(ha)	Est.*	UC**	(ha)	Est.*	UC**	(ha)	Est.*	UC**
PI	Parque	664.789,43	2,39	14,72	258.834,28	0,93	5,73	-	-	-
	MN	-	-	-	32.152,00	0,12	7,36	-	-	-
	ESEC	645.378,66	2,32	14,28	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	1.310.168,09	4,71	29,00	590.986,28	0,44	13,09	-	-	-
US	APA	31.042,68	0,11	0,69	2.489.703,85	8,97	56,05	43.360,80	0,16	0,96
	RESEX	9.164,00	0,03	0,20	-	-	-	-	-	-
	RPPN	1.099,40	0,01	0,01	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	41.306,08	0,15	0,90	2.533.064,65	9,12	56,05	43.360,80	0,16	0,96
TOTAL	1.351.474,17	4,86	29,90	3.124.050,93	9,56	69,14	43.360,80	0,16	0,96	

*Percentual da área total da UC em relação à área do Estado do Tocantins.

**Percentual da área total da UC em relação à área total das UCs do Estado do Tocantins

FONTE: SEPLAN, 2006.

Entre os principais objetivos das unidades de conservação do Tocantins, destacam-se: a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; a proteção das espécies ameaçadas de extinção; a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e degradados; a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; a valorização socioeconômica da diversidade biológica; a proteção de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza cênica; a proteção e recuperação dos recursos hídricos; a promoção da educação ambiental e do ecoturismo; o incentivo à pesquisa científica; e a proteção dos recursos naturais necessários à sobrevivência das populações tradicionais.¹⁰¹

Apesar de, em área total contígua, as UCs de proteção integral somarem 2.294.819,83ha, elas cobrem apenas 1.631.153,28ha ou 5,87% do território do Tocantins (Tabela 2.4). Isso acontece devido a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba abrangerem terras dos estados adjacentes. Estas unidades federais, somadas à do Parque Nacional do Araguaia, são também as responsáveis pela maior abrangência das áreas de proteção integral, abarcando 4,8% do território. As unidades estaduais representam 1% (290 mil ha) do território neste grupo de categoria, sendo que o Parque Estadual do Jalapão, sozinho, protege quase 0,6% do Estado.¹⁰²

¹⁰¹ <http://www.to.gov.br/naturatins/modulos/home/index.php>, acessado em 30 de abril de 2008.

¹⁰² SEPLAN. Sistema estadual de unidades de conservação e estratégia para conservação nas regiões central e leste do Tocantins. Palmas-TO, 2006, p.20.

O maior percentual de proteção do território, 2.588.407,85ha ou 9,32% do território, dá-se em categorias de manejo de uso sustentável (Tabela 2.4), quase integralmente pela categoria APA, exceção à Reserva Extrativista, que corresponde a apenas 0,03% do território.¹⁰³

O Tocantins possui dois biomas: o Cerrado e a Floresta Amazônica. O primeiro ocupa a maior parte do Estado do Tocantins, contudo, a zona de transição ou ecótono entre os biomas Cerrado e Amazônico possui a maior área protegida, a qual ocorre principalmente em categorias de manejo sustentável (Tabela 2.4). No Cerrado, a proteção é quase equivalente entre as categorias, havendo pequena vantagem para as unidades de proteção integral. Nos ecótonos, as unidades de uso sustentável superam, em muito, o valor de área em proteção integral.¹⁰⁴

Tabela 2.4: Demonstrativo da área e do percentual dos grupos de categorias de manejo das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins por bioma

Grupo de categorias de manejo	Bioma	Área	% em relação à área do TO
Unidades de Conservação de Proteção Integral	Cerrado	983.421,39	3,54
RPPNs	Cerrado	1.099,40	0,00
Unidades de conservação de Uso Sustentável	Cerrado	844.001,85	3,04
Total de unidades de conservação no Cerrado		1.828.522,64	6,59
Unidades de conservação de Proteção Integral	Ecótono (cerrado e floresta amazônica)	647.731,89	2,33
Unidades de conservação de Uso Sustentável	Ecótono (cerrado e floresta amazônica)	1.744.406,00	6,28
Total de unidades de conservação no ecótono		2.392.137,89	8,62

FONTE: SEPLAN, 2006.

Na região Leste, encontra-se um bloco constituído por cinco unidades onde predominam categorias de proteção integral, que completam o Corredor Ecológico Jalapão-Mangabeiras. O seu território é ocupado por três unidades de conservação federal (Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e Área de Preservação Ambiental da Serra da Tabatinga) e duas unidades de conservação estadual (Parque Estadual do Jalapão e Área de Preservação Ambiental do Jalapão). Juntas possuem 1.400.251,89ha, o equivalente a 24,35% da área do Jalapão e 30,98% do total de áreas protegidas do Estado. Estas cinco unidades de conservação ocupam parte do território de Mateiros, correspondendo a um percentual bastante expressivo, cerca de 70%.

¹⁰³ Idem, Ibdem.

¹⁰⁴ Idem, Ibdem, p. 24.

O Corredor Ecológico Jalapão/Chapada das Mangabeiras integra o Projeto de Gestão Biorregional do Jalapão/Chapada das Mangabeiras que cobre onze municípios do Tocantins, quatro do Piauí, um do Maranhão e um da Bahia. As cinco unidades de conservação possuem plano de manejo; destas, a do Parque Estadual do Jalapão já o executa e, inclusive, recomenda a alteração de seus limites para inclusão de importantes áreas de ecótono e refúgio de vida silvestre (florestas), nascentes, ressurgências e mananciais hídricos e exclusão da área quilombola Mumbuca, para criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável para uso manejado do capim-dourado.¹⁰⁵

O sistema Estadual de Unidades de Conservação do Tocantins instituiu-se baseado na legislação federal, especificamente com a constituição de 1988, a Política Nacional do Meio Ambiente e o SNUC, e na legislação estadual com a Constituição do Estado do Tocantins de 1989 e a Lei nº 771, de 7 de julho de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Tocantins.

De fato, após cinco anos da criação do SNUC, o governo do Estado do Tocantins estabelece o “Sistema Estadual de Unidade de Conservação da Natureza” – SEUC, por meio da Lei Estadual nº 1.560, de 5 de abril de 2005. O SEUC determina critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação do Estado do Tocantins. O SEUC mantém os objetivos, as diretrizes e as duas categorias de manejo de proteção integral e uso sustentável do SNUC, permanecendo as restrições de uso dos quatro tipos de Unidade de Proteção Integral e de seis dos sete tipos de Unidade de Uso Sustentável (Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural).

Na categoria de Uso Sustentável da Lei não possui o uso correlato à Floresta Nacional, sendo acrescido, nos art. 26 e 27, dois tipos de unidades: o Rio Cênico e a Estrada Parque. De acordo com o SEUC, o Rio Cênico é “unidade de conservação em forma de faixas lineares em áreas de domínio público ou privado, compreendendo a totalidade ou parte de um rio, com notável valor panorâmico, cultural ou recreativo, incluindo como limites os leitos e todas as terras adjacentes essenciais para a integridade paisagística e ecossistêmica”. E a Estrada Parque compreende “o leito de parte ou totalidade da estrada e as faixas de domínio de notável valor panorâmico, cultural ou recreativo”.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p.27.

¹⁰⁶ Lei Estadual nº 1.560 de 5 de abril de 2005.

No seu art. 6º, sobre a gestão do SEUC, estabelece competência aos órgãos deliberativos e consultivos de acompanhar a implantação do SEUC. Ao órgão central: Secretaria de Meio Ambiente elaborar estudos e propostas de criação de UCs; aos órgãos executores: Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, e aos órgãos municipais subsidiarem propostas de criação e administrarem as UCs estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. E no art. 7º estabelece aos órgãos executores as condições para a gestão de mosaico, da seguinte maneira:

- I. ser integrada e participativa, de modo a preservar os preceitos da gestão da unidade de conservação de uso mais restrito e as peculiaridades de cada unidade de conservação;
- II. considerar os objetivos de cada unidade que o integra;
- III. compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização cultural e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

O mosaico é um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não e de outras áreas protegidas, públicas ou privadas, limítrofes, próximas ou justapostas.

A categoria Parque Estadual é tratada nos artigos 12 e 15 do SEUC. Neles se estabelecem o grupo a que pertence, o seu objetivo e suas restrições, os quais seguem o determinado pelo SNUC.

2.2

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

A atuação do Governo Estadual no Turismo, por meio do programa “Polos Turístico” da EMBRATUR, se fixou a partir de 1995 com a criação dos Complexos Turísticos do Araguaia e do Tocantins, divididos em Polos Turísticos. Posteriormente, estes complexos denominaram-se “*Corredor Turístico do Araguaia e Corredor Turístico do Tocantins*”. (Mapa 3)

Quatro Polos formam o Corredor Turístico do Araguaia: o Ecoturístico do Cantão, o do Vale do Javaés, o do Bico do Papagaio e o Turístico Encontro das Águas, com as seguintes características:¹⁰⁷

- Polo Ecoturístico do Cantão - Os recursos naturais formados pelas praias do Rio Araguaia, os lagos, as florestas alagadas e a biodiversidade da

¹⁰⁷ SEPLAN, 2002.

região de ecótono dos biomas cerrado e amazônico são os atrativos do Polo, sendo que os principais se concentram nas áreas protegidas. No total são três unidades de conservação e uma terra indígena, destas se destaca o Parque Estadual do Cantão, que se complementa com o Parque Nacional do Araguaia e a Terra Indígena do Araguaia (Javaés e Carajás), localizados na Ilha do Bananal, e a Área de Proteção Ambiental Bananal/Cantão.

- Polo Ecoturístico do Vale do Javaés – O atrativo central são os rios e lagos formados no vale do rio Javaés, afluente direito do rio Araguaia. Dentre os lagos se destaca a Lagoa da Confusão.
- Polo Ecoturístico do Bico do Papagaio - O seu patrimônio histórico-cultural traz no bojo a “Guerrilha do Araguaia” e a Luta pela terra (história do Padre Josimo e Projetos de Assentamentos-modelo). Com forte influência indígena, a região possui cultura marcada pela proximidade a duas Terras Indígenas com população de aproximadamente 1.200 habitantes, povos Apinajés e Xambioá, que, apesar do contato com a civilização, conservam muito de seus costumes ancestrais. Já no artesanato, o uso de materiais locais como o cristal, a madeira, a palha e sementes resultam em um trabalho de referência indígena. A região tem também um patrimônio natural caracterizado pela transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica, apresentando um atrativo natural riquíssimo com concentração de cachoeiras, corredeiras, chapadas, serras, grutas, cavernas, arqueologia (inscrições rupestres - Ilha dos Martírios), reservas florestais com florestas oníbrifa aberta e densa. Outros atrativos de valores ecoturísticos são o folclore, o projeto Quelônios (Ilha e Praia da Fofoca), Projeto Ilha Verde (trabalhos com a comunidade) e a área de exploração extrativista de babaçu explorada pela Associação das Mulheres do Bico do Papagaio –ASMUBIP.
- Polo Turístico Encontro das Águas - Destacam-se as praias do Rio Araguaia. O seu atrativo central é o encontro das águas dos rios Tocantins e Araguaia em Esperantina.

Já o Corredor Turístico do Tocantins se forma por três Polos: o Ecoturístico do Jalapão, o Ecoturístico Termas e Gerais e o de Palmas, sendo: (Mapa 3)

- Polo Ecoturístico do Jalapão – Esta região é rica em biodiversidade e apresenta um ecossistema bastante frágil, devido a isso, criaram-se cinco unidades de conservação, que a transforma em atrativo turístico,

juntamente com o artesanato do capim-dourado que traz o testemunho da migração nordestina e de comunidades quilombolas.

- Polo Ecoturístico Termas e Gerais – Possuem um conjunto formado por recursos naturais da Serra Geral (rios, cachoeiras e corredeiras), fontes termais e recursos histórico-culturais, por comporem a história do antigo norte-goiano no período de exploração do ouro, contêm ainda remanescentes de comunidades quilombolas. Dentre estes se destaca o município de Natividade, que teve seu conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade tombado como patrimônio histórico e cultural nacional em 1937, sendo uma das cem cidades brasileiras contempladas com o projeto Monumenta.
- Polo Ecoturístico de Palmas - O parque Estadual do Lajeado, o Lago de Palmas da APA de mesmo nome e os atrativos naturais do Distrito de Taquaruçu na APA Serra do Lajeado são os atrativos principais. A região possui potencialidade de atrair turistas devido a seus recursos naturais e histórico-culturais. Os recursos naturais se concentram nas serras do Carmo, Lajeado e Estrondo e no Lago formado pelo represamento do Rio Tocantins por meio da Usina Hidrelétrica do Lajeado. As cidades de Porto Nacional e Monte do Carmo também se constituem nos recursos histórico-culturais do Estado, por apresentarem a história de ocupação do centro-norte do país no período de exploração aurífera.

Os polos turísticos instituídos pela EMBRATUR fazem parte do primeiro planejamento territorial do turismo no Estado. À época, não se tinha conhecimento dos recursos naturais do estado com potencial de visitação. A partir dele o Ministério do Meio Ambiente juntamente com a então Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, por meio do PGAI¹⁰⁸ e do PROECOTUR¹⁰⁹, realizaram o diagnóstico turístico dos polos do Bico do Papagaio, Cantão, Palmas e Jalapão. Também se elaborou o roteiro turístico Cantão/Palmas/Jalapão. A princípio, os polos envolviam um número muito grande de municípios e, com a realização

¹⁰⁸ O PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA - PGAI é parte integrante do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais - SPRN, do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O SPRN é financiado mediante acordos de doação firmados entre o Governo Brasileiro e o Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais - RFT, a comissão das Comunidades Européias – CCE, República Federal da Alemanha RFA, Cooperação Técnica - GTZ (Alemanha) e, pelo Estado com os recursos de contrapartida brasileira.

¹⁰⁹ PROECOTUR - programa de planejamento estratégico e investimentos visando o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Brasileira. É co-financiado pelo Governo Brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e sua fase I (planejamento) está sendo executada pelo Ministério do Meio ambiente e a fase II (infraestrutura) ou PRODETUR NACIONAL-Tocantins pelo Ministério do Turismo. Ambas em parceria com os nove estados da Amazônia Legal.

dos diagnósticos, puderam-se definir estratégias de desenvolvimento e redesenhar a abrangência dos polos.

A partir daí, em 2005, a Agência de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Tocantins definiu, dentro desta concepção de Polos da EMBRATUR, regiões prioritárias, para o desenvolvimento do turismo (Mapa 4), apenas aos municípios com vocação e certa demanda turística estabelecida, principalmente para pesca, sol e praia, eventos e negócio, cultural e o ecoturismo, definindo-as como:

- Região turística do Bico do Papagaio;
- Região turística do Vale dos Grandes Rios;
- Região turística das Serras e Lago de Palmas;
- Região turística dos Encantos do Jalapão;
- Região turística dos Lagos do Cantão;
- Região turística da Ilha do Bananal;
- Região turística das Serras Gerais.

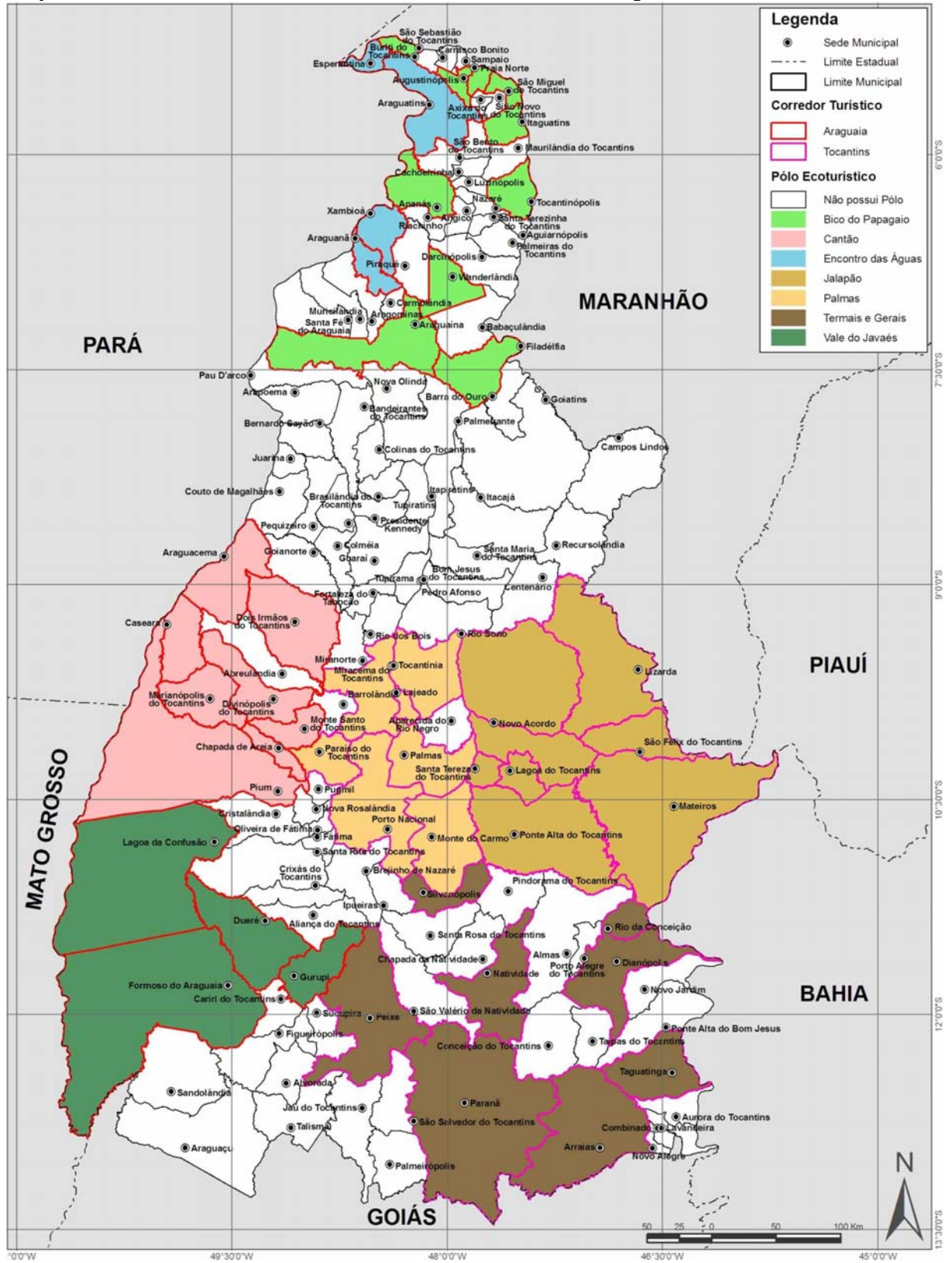
A Tabela 2.5 e os mapas 3 e 4 demonstram, comparativamente, a abrangência municipal das duas propostas de planejamento territorial do turismo no Estado. Dentre elas, a região turística Praias e Lagos do Cantão/Ilha do Bananal, Palmas e Encantos do Jalapão formam um roteiro turístico, com características voltadas ao turismo de natureza, de sol e praia, de eventos e negócio, receptivo e cultural.

Tabela 2.5: Comparativo da regionalização do turismo realizado pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN e Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR

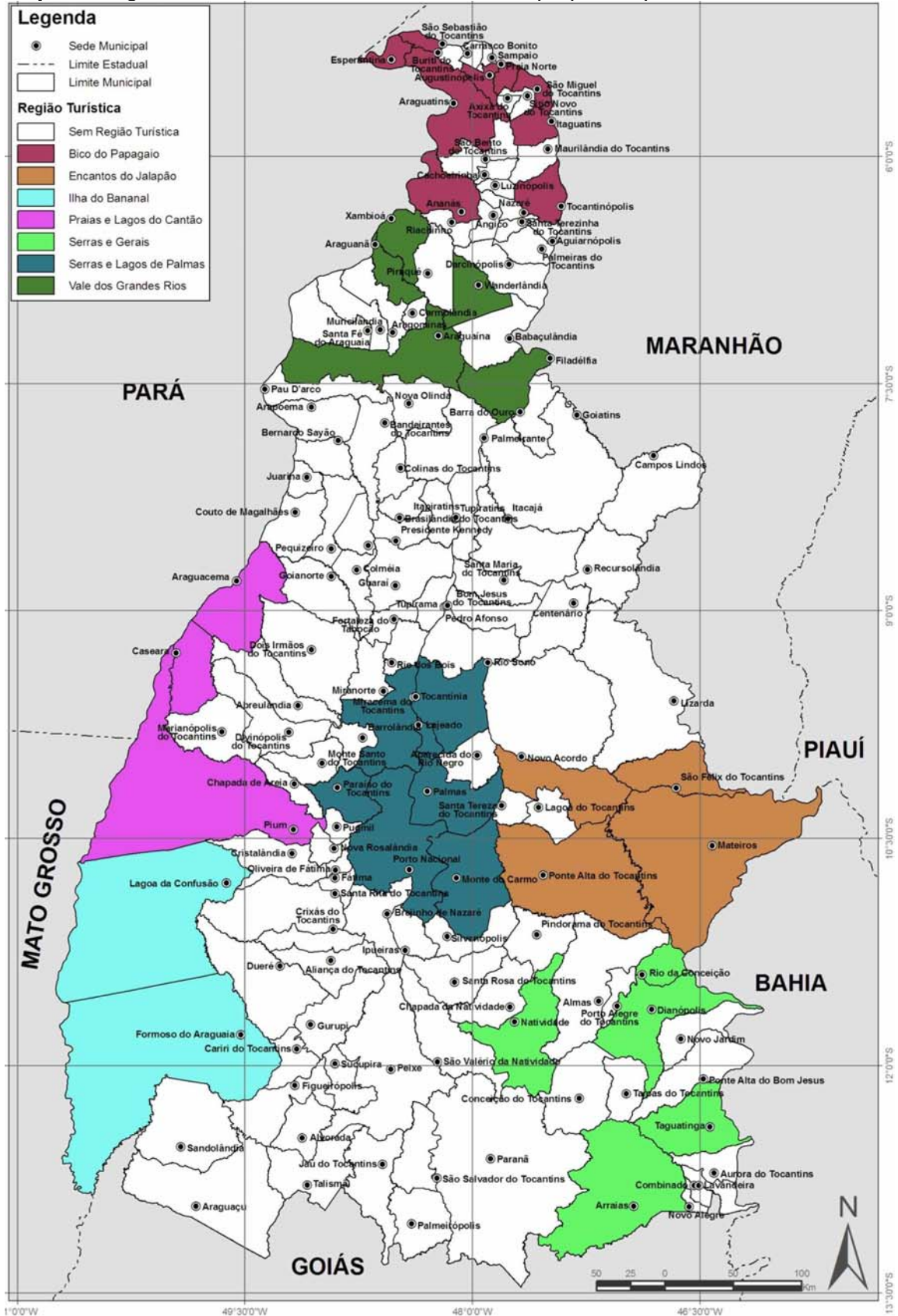
SEPLAN		ADTUR
Bico do Papagaio: – São Sebastião do Tocantins; – Augustinópolis; – Wanderlândia; – Araguaína;	– Filadélfia; Praia Norte; – São Miguel do Tocantins; – Itaguatins; – Tocantinópolis – Ananás.	Vale dos Grandes Rios: – Xambioá; – Wanderlândia; – Araguaína; – Araguanã; – Filadélfia.
Encontro das águas: – Xambioá; – Araguanã; – Araguatins; – Esperantina.		Bico do Papagaio: – Praia Norte; – São Miguel do Tocantins; – Itaguatins; – Tocantinópolis; – Ananás.
Palmas: – Palmas; – Porto Nacional; – Monte do Carmo; – Lajeado; – Miracema do Tocantins; – Tocantínia; – Paraíso do Tocantins.		Serras e Lagos de Palmas: – Palmas; – Porto Nacional; – Monte do Carmo; – Lajeado; – Miracema do Tocantins; – Tocantínia; – Paraíso do Tocantins.
Jalapão: – Mateiros; – Ponte Alta do Tocantins; – Novo Acordo; – São Félix do Tocantins;	– Santa Tereza; – Lizarda; – Rio Sono; – Lagoa do Tocantins.	Encantos do Jalapão: – Mateiros; – Ponte Alta do Tocantins; – Novo Acordo; – São Félix do Tocantins.
Cantão: – Araguacema; – Caseara; – Pium; – Divinópolis;	– Dois Irmãos do Tocantins; – Marianópolis; – Monte Santo; – Chapada de Areia.	Praias e Lagos do Cantão: – Araguacema; – Caseara; – Pium.
Vale do Javaés: – Formoso do Araguaia; – Lagoa da Confusão; – Dueré; – Gurupi.		Ilha do Bananal; – Formoso do Araguaia; – Lagoa da Confusão
Termas e Gerais: – Paranã; – Arraias; – Taguatinga; – Dianópolis;	– Natividade; – Rio da Conceição; – Peixe; – Silvanópolis.	Serras e Gerais: – Arraias; – Taguatinga; – Dianópolis; – Natividade; – Rio da Conceição.

Fonte: SEPLAN, 2000 e ADTUR, 2005.

Mapa 3: Polos Ecoturísticos dos Corredores Turísticos do Araguaia e Tocantins



Mapa 4: Regiões Turísticas do Estado do Tocantins propostas pela ADTUR



O roteiro turístico Cantão/Palmas/Jalapão define as áreas protegidas como potenciais para visitação. No Cantão destaca-se a do Parque Estadual do Cantão com 833 lagos catalogados, dois deles contêm cabana de apoio aos roteiros de canoagem e pesca esportiva, instituídos no plano de uso público da zona de uso intensivo, definida em seu plano de manejo. A unidade conta, também, com centro de atendimento ao turista, estruturas físicas da sede administrativa, trilhas interpretativas e torre de observação. Mesmo com esta infraestrutura, não se operam roteiros no parque, e muitas delas estão abandonadas ou subutilizadas. No final de 2008, o parque iniciou a visitação pública com atividades de educação ambiental direcionadas aos alunos do ensino fundamental e médio.

Palmas conta com o Parque Estadual do Lajeado, a APA Lajeado e a APA Lago de Palmas. Devido ao potencial hídrico da APA Serra do Lajeado, criada, principalmente para proteger os mananciais de abastecimento da capital e a beleza da paisagem formada pelo seu relevo, despontou um interesse pelo desenvolvimento do turismo na área. Os principais atrativos naturais se concentram no distrito de Taquaruçu, cachoeiras propícias à prática do *rappel*, grutas, mirantes e piscinas naturais ideais ao desenvolvimento do turismo de natureza. De início, com a implantação de Palmas, desenvolveu-se espontaneamente o turismo de lazer no vale do Taquaruçu e nas margens do Lago de Palmas, que a cada ano vem aumentando o número de visitas e ocupação do espaço urbano por residências e chácaras de lazer. Não há nestas UCs práticas organizadas de ecoturismo.

No Jalapão, as duas unidades de conservação estaduais têm potencial de visitação, a que possui maior demanda é a do Parque Estadual do Jalapão. Tratar-se a UC, por ser a área em estudo, com mais detalhes no capítulo 4.

O processo de criação de unidade de conservação no Tocantins se intensifica após a Convenção da Biodiversidade, declarada na Eco-92, e, principalmente, a partir da Lei do SNUC de 2000. Antes dela havia apenas duas destas unidades, verificando-se em um prazo de quinze anos a criação de 24 UCs. Do total, onze são federais (2 parques, 1 ESEC, 2 APA, 1 RESEX, 5 RPPN), treze estaduais (3 parques, 1 MN, 9 APA) e dois municipais (RPPN).

Os objetivos das UCs assemelham-se aos da CDB na criação de áreas protegidas. No caso dos parques estaduais insere-se ao seu objetivo a proteção de paisagens belas para o turismo sustentável. Mesmo com a consciência cada vez maior de proteção de ecossistemas importantes, no Tocantins, a beleza cênica ganha destaque entre os motivos de criação, havendo na Lei nº 1.560/05 a inserção do Rio Cênico e a Estrada Parque em sua categoria de manejo.

Dentre os principais grupos de UCs se destaca o Corredor Ecológico Jalapão/Chapada das Mangabeiras, composto por três UCs de proteção integral (1 estadual) e dois de uso sustentável (1 federal e 1 estadual).

A criação dos parques estaduais faz parte de uma estratégia do governo em atrair turistas motivados pela visitação pública nas áreas protegidas. A intenção estadual se motiva pelos investimentos advindos dos programas do governo federal para criação e implantação de UCs. No Tocantins, o principal deles foi o POECOTUR. O programa instaura a criação de Polos Ecoturísticos nos municípios-sede dos parques e seu entorno, produzindo planos estratégicos para o desenvolvimento do ecoturismo, em especial, na criação do roteiro turístico nos três parques Cantão, Lajeado e Jalapão, mas apenas o último atrai turistas nacional e internacional.

Após a criação dos Polos, por meio do programa de regionalização do MTUR, definiram-se regiões turísticas nos municípios em que a atividade turística ocorria de fato. Nessas regionalizações consideraram-se todos os segmentos do turismo, diferenciando-as das outras, por focarem apenas o ecoturismo.

Contudo, o plano de uso público dos planos de manejo dos parques estaduais e os de desenvolvimento do ecoturismo dos polos passaram a ser os instrumentos norteadores para a implantação e o ordenamento da atividade turística nas UCs e seu entorno.



C A P Í T U L O 3

PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO: UC SEDE DO POLO ECOTURÍSTICO DO JALAPÃO

3.1

CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO

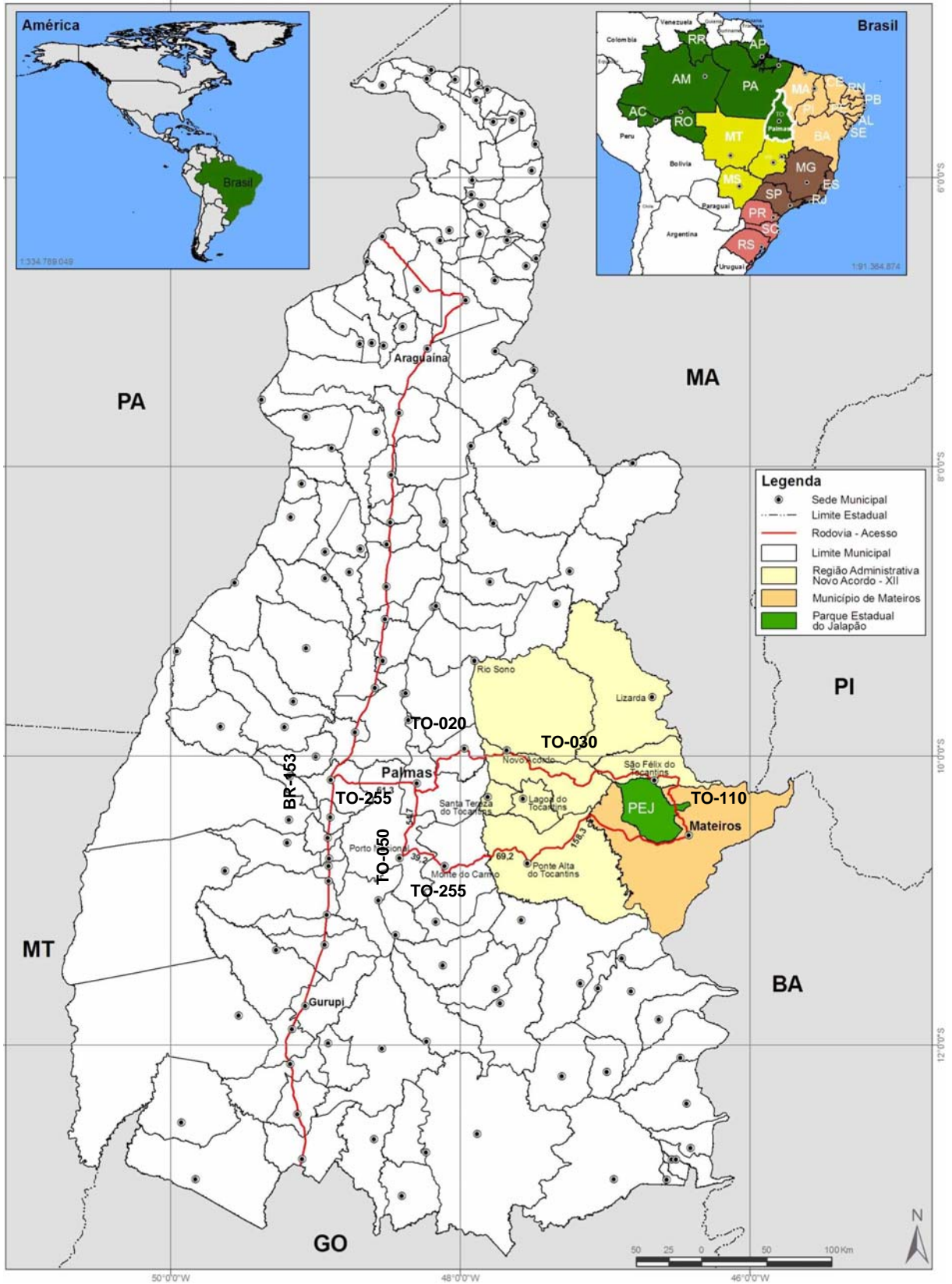
O município-sede do Parque Estadual do Jalapão, Mateiros, é o segundo maior do Tocantins, com 9.591,543km². Com renda *per capita* de R\$ 25.013, Mateiros, localizado a leste do Estado, de acordo com a regionalização da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, pertence à região administrativa XII do Estado, juntamente com os municípios de Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Santa Tereza, Rio Sono e Novo Acordo (município-sede da região). (Mapa 5)

Os oito municípios fazem parte da microrregião do Jalapão. Além deles, os municípios tocantinenses de Barra de Ouro, Campos Lindos, Centenário, Goiatins, Itacajá, Itapiratins e Recursolândia ocupam uma área de 34.113km², o equivalente a 62,77% de toda região. Ao todo, a microrregião do Jalapão possui 53.340km², abrangendo a porção oeste dos estados do Maranhão e Piauí e a porção leste do Tocantins.

A porção tocantinense da microrregião do Jalapão se limita com o noroeste da Bahia, sul do Piauí e sul do Maranhão, notadamente com a Chapada das Mangabeiras, divisor de águas das bacias do rio São Francisco, Parnaíba e Tocantins. A região abrange depressões resultantes de processos de recuo das escarpas da Serra Geral e da Chapada das Mangabeiras, onde se podem observar alguns testemunhos da história natural-regional como as serras da Muriçoca, Estiva, Espírito Santo, Jalapinha, dentre outros.

A partir da capital estadual, Palmas, pode-se fazer o acesso terrestre ao Parque Estadual do Jalapão de duas maneiras: pelo Norte, através das rodovias TO-020, trecho Palmas-Novo Acordo (106km, trecho asfaltado), TO-030, trecho Novo Acordo-São Félix do Tocantins (119km de terra), seguindo-se depois pela rodovia TO-110 entre São Félix do Tocantins e Mateiros (80km de terra), totalizando 305 quilômetros; pelo Sul, o caminho entre Palmas e o Parque Estadual do Jalapão - PEJ percorre trechos de rodovias pavimentadas como a TO-050 até Porto Nacional (63km), que dá acesso à rodovia parcialmente pavimentada TO-255, a qual passa por Ponte Alta do Tocantins (104km, trecho asfaltado) até o município de Mateiros (170km de terra). Apesar de ser mais longo (337km), utiliza-se mais o caminho de acesso por Ponte Alta do Tocantins, por apresentar trechos de estrada com pavimentação asfáltica.

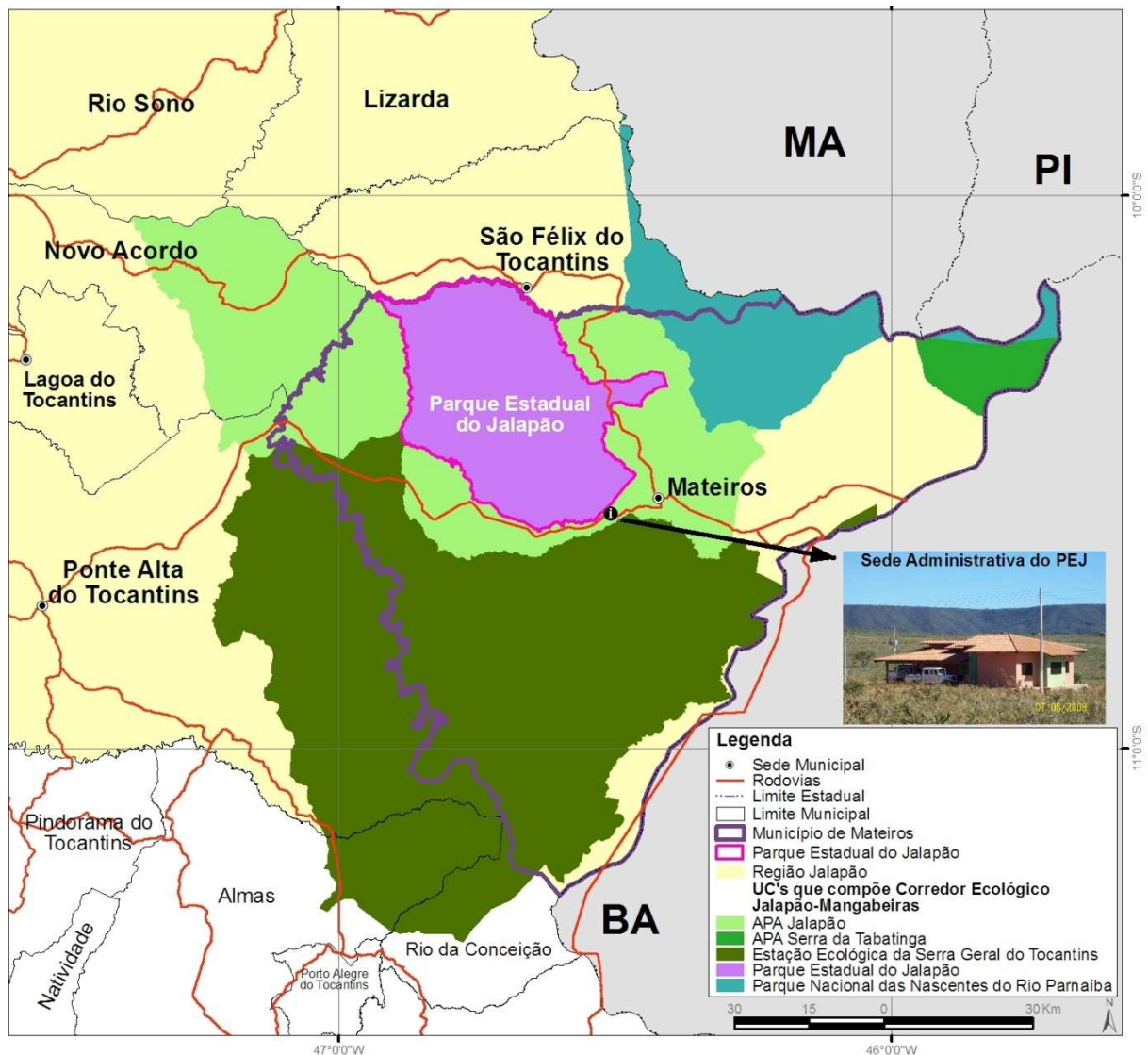
Mapa 5: Localização do município de Mateiros



O Parque Estadual do Jalapão (PEJ), criado pela Lei Estadual nº.1.203, de 12 de janeiro de 2001, objetiva proteger a fauna, a flora e os recursos naturais de forma a garantir o aproveitamento sustentado do potencial turístico na região, fato que restringe suas formas de exploração, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios.

O Parque se insere na área nuclear da região do Jalapão. Os 158.885,5 hectares da área do PEJ se concentram no município de Mateiros e seus limites atingem os marcos divisórios deste com os de Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins e Novo Acordo. As coordenadas geográficas de Mateiros correspondem ao retângulo formado entre os paralelos 10°08'52" e 10°37'01" (latitude sul) e os meridianos 46°24'04" e 46°56'10" (longitude oeste). (Mapa 6)

Mapa 6: Localização do Parque Estadual do Jalapão



De modo geral, o Plano Diretor de Mateiros descreve algumas características do município-sede do PEJ, as quais refletem na proteção ambiental e no desenvolvimento do turismo na região, *in verbis*:¹¹⁰

- As características do solo na maior parte do território não favorecem as atividades agrícolas, que se resumem a pequenas lavouras e à pecuária de subsistência. Tem-se explorado apenas uma pequena parcela do território municipal para a produção de grãos em escala economicamente viável;
- Apesar da preservação ambiental, têm sido frequentes os desmatamentos e queimadas nas áreas de várzeas e veredas, onde a terra mostra-se um pouco mais fértil;
- A grande quantidade de Unidades de Conservação existentes no Município transforma-o em uma grande área ambientalmente protegida e restringe as alternativas de exploração dos recursos naturais;
- As áreas de educação e saúde apresentam deficiências evidentes, tanto em relação à infraestrutura física dos seus equipamentos, quanto ao número e capacitação técnica de seus profissionais;
- Comercialmente, Mateiros mantém com Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional certa relação de dependência. Além da nítida precariedade de abastecimento de Mateiros, a diversidade de estabelecimentos comerciais e os preços praticados nas duas cidades são mais interessantes para os moradores de Mateiros;
- As possibilidades de desenvolvimento do artesanato com o manejo sustentável do capim dourado e do buriti, abundantes na região, podem ampliar a atratividade e gerar oportunidade de trabalho para a população;
- A cidade ainda não tem estrutura adequada para o atendimento à população e a infraestrutura turística e de apoio aos serviços turísticos é absolutamente precária e demanda um esforço coletivo para poder se adequar à demanda potencial observada.

Em relação aos aspectos demográficos do município, a contagem populacional do IBGE de 2007 registrou uma população de 1.737 pessoas, representando uma taxa de crescimento populacional anual no período 200/2007 de 0,80%, bem inferior à do período de 1996/2000 que foi de 2,46%. O censo demográfico de 2000 registrou uma população de 1.642 pessoas no Município, distribuídas entre a área urbana – 636 e a área rural – 1.006.

¹¹⁰ SEPLAN. Plano Diretor de Mateiros. Palmas-TO, 2003, pp. 15-23.

Observa-se um ligeiro predomínio da população masculina, com 841 homens e 801 mulheres.

Segundo a *Conservation Internacional* (2002), há 25 comunidades dentro e ao redor do PEJ, somando 154 casas e uma população igual a 543 habitantes. Destas, algumas têm maior expressividade, como é o caso da Mumbuca e Prata. A primeira está dentro do PEJ, no município de Mateiros, e a segunda se encontra no entorno do Parque, no município de São Félix do Tocantins.¹¹¹ (Mapa 7)

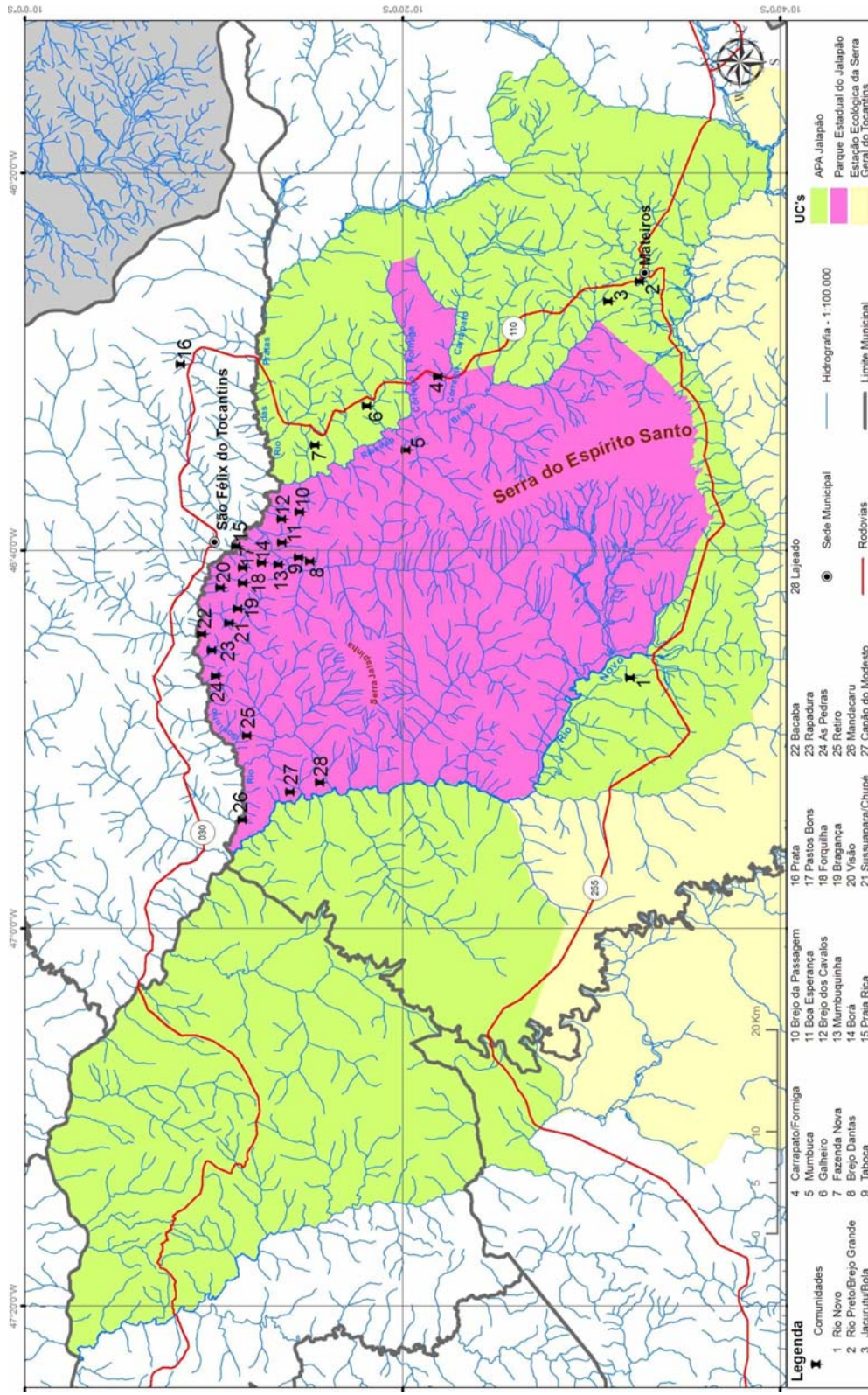
De todas as comunidades, Mumbuca, situada entre o rio Zeado e o Rio Novo, é a mais expressiva e de ocupação mais remota. A escola mais antiga do Município foi a da Mumbuca, originada em 1917. Atualmente, as terras são de propriedade de duas senhoras, viúvas de dois netos do primeiro morador do lugar, Antônio Lambert. A população de Mumbuca é, em sua maioria, composta por descendentes de negros libertos da escravidão, vindos de antigos quilombos da Bahia, que ocupam as margens dos córregos e brejos.¹¹²

DALDEGAN (2007) expõe que as várias populações residentes nas comunidades dentro dos limites das UCs, estabelecidas no Jalapão, estão cada vez mais envolvidas com o artesanato do capim dourado. O que antes era uma atividade na qual predominava a mão-de-obra feminina agora já é afazer de homens, crianças, idosos, já que a renda conseguida com a venda das peças, mesmo que esporádica, é, muitas vezes, maior quando comparada com outras atividades disponíveis.

¹¹¹ DALDEGAN. Gabriel Antunes. Análise da distribuição espacial de áreas de potencial ocorrência de capim dourado na região do jalapão (to) por sensoriamento remoto. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da UnB. Brasília, 2007, pp. 15-16.

¹¹²Idem, Ibdem, pp. 33-34.

Mapa 7: Comunidades residentes no Parque Estadual do Jalapão



RELEVÂNCIA AMBIENTAL DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO

Considerou-se a região do Jalapão como uma das três áreas prioritárias para a conservação do cerrado brasileiro, segundo documento elaborado pela Conservation International, Universidade de Brasília - UnB, Fundação Biodiversitas e Fundação Pró-natureza - Funatura. A região – ainda pouco pesquisada, sob o ponto de vista de seus recursos naturais – concentra uma das maiores extensões de Cerrado ainda bem conservado no Brasil. A região do Jalapão também é considerada um ecótono por causa da transição do ambiente entre o Cerrado e a Caatinga.¹¹³

Antes mesmo de sua criação, o parque era palco de eventos esportivos *off road* do país, o mais expressivo deles era o Rally dos Sertões. Os eventos corroboraram na projeção da região na rota nacional do turismo sobre quatro rodas. A aridez da paisagem mesclada por oásis de águas cristalinas atraía os adeptos do esporte, transformando-a, ao passar dos tempos, no principal destino turístico do Tocantins.

Com isso, a visitação desordenada e excessiva nos pequenos atrativos naturais, os impactos ao meio físico pela visitação e a mídia espontânea foram os principais motivos que levaram o governo do Estado a criar uma UC na área, a fim de proteger a fauna, a flora e os recursos naturais, de modo a garantir o aproveitamento sustentado do potencial turístico da região. A atitude de então revela que o enfoque de formação da área tinha fins turísticos, no intuito de garantir o usufruto às futuras gerações.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, os seus objetivos específicos são:

- Preservar a diversidade biológica e os recursos naturais contidos no mosaico de amostras do Bioma Cerrado, característicos da região do Jalapão.
- Proteger espécies da flora raras e/ou ameaçadas de extinção no âmbito nacional, a exemplo de: *Pau-gonçalo* *Astronium fraxinifolium*, *Aroeira* *Myracrodruon urundeuva*, *Palmeira-babaçu* *Attalea spectabilis*, *Caroba* *Jacaranda praetermissa*, *Abiu-do-cerrado* *Pouteria torta*, *Sucupira-branca* *Acosmium subelegans*, *Angelim* *Andira cordata*, *Visgueiro* *Parkia platycephala*, dentre outras.

¹¹³ SEPLAN. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão. Palmas - TO, 2003, p. 24.

- Proteger espécies da fauna raras e/ou ameaçadas de extinção no âmbito nacional, a exemplo de: Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), Onça-pintada (*Panthera onca*), Suçuarana (*Puma concolor*), Jaguaritica (*Leopardus pardalis*), Tatu-Canastra (*Priodontes maximus*), Tamanduá-Bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), Sussuapara ou Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), Inhambu-carapé (*Taoniscus nanus*), Maria-corruíra (*Euscarthmus rufomarginatus*), Arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), os lagartos (*Iguana iguana*, *Tupinambis duseni* e *Tupinambis quadrilineatus*), as serpentes (*Boa constrictor*, *Corallus hortulanus*, *Epicrates cenchria*, *Eunectes murinus*), o jacaré (*Paleosuchus palpebrosus*), várias espécies de peixes (*Hemigrammus aff. levis*, *Eigenmannia cf. trilineata*, *Hemiodus ternetzi*, *Ancistrus aguaboensis*, *Cynopotamus tocantinensis*, *Hemiodus ternetzi*, *Leporinus tigrinus*, *Steindachnerina amazônica*, *Tometes sp.*), dentre outras, todas atualmente presentes no PEJ.
- Proteger espécies da fauna possivelmente não descritas, a exemplo das seguintes espécies de peixes *Astyanax spn*, *Leporinus spn1*, *Leporinus spn2*, *Moenkhausia spn*, *Hyphessobrycon spn*, *Myleus spn1*, *Myleus spn2*, *Rineloricaria spn* e *Tometes spn*.
- Proteger espécies da flora possivelmente não descritas como *Pleonotoma sp.*, *Ouratea sp.*, *Esenbeckia sp.* e *Vernonia sp.*, dentre outras.
- Contribuir para a proteção de sítios de reprodução e alimentação do Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), espécie rara e ameaçada de extinção.
- Contribuir para a proteção e o conhecimento sobre o uso sustentável dos recursos naturais como os mananciais hídricos e o capim dourado (*Syngonanthus nitens*) para o desenvolvimento da região.
- Assegurar a proteção das características relevantes de natureza geológica e geomorfológica da serra do Espírito Santo, do Porco, da Jalapinha e da região do Jalapão como um todo.
- Proteger as nascentes de tributários do rio do Sono e contribuir para a proteção dos recursos hídricos do ribeirão Brejão, dos córregos Formiga e Carrapato e dos situados à margem esquerda do rio Soninho e à margem direita dos rios Preto e Novo.

- Favorecer e/ou promover a proteção e conservação ambiental e a restauração de ecossistemas degradados, por meio de pesquisas e do desenvolvimento tecnológico.
- Proporcionar os meios e incentivos para implementar as atividades de turismo, educação ambiental, pesquisa científica e monitoramento ambiental.
- Favorecer as condições para a monitoria, o controle e a promoção de atividades turísticas e recreativas.
- Valorizar e direcionar o conhecimento e as atividades tradicionais das comunidades locais (como o artesanato do capim dourado e o uso do fogo), transformando-os em ações de educação e sensibilização ambiental.
- Prezar pelo adequado desenvolvimento em bases ambientalmente sustentáveis das comunidades e dos empreendimentos situados na Zona de Amortecimento do PEJ.
- Contribuir e compartilhar com ações de manejo inseridas no contexto do mosaico de UCs regionais e do corredor ecológico Jalapão/Mangabeiras em acordo com as bases estabelecidas no SNUC.

Pelo exposto, conclui-se que a relevância ambiental da área se insere na preocupação de preservação do Cerrado Brasileiro, a qual não se apresenta degradada pelas atividades agropecuárias e pela ocupação urbana excessiva, e de preservação desse bioma para a prática do turismo sustentável.

De início, para garantir sua proteção no seu Plano de Manejo, deveria ter sido feito um marco lógico das condições físicas da área e propostas, a partir de um zoneamento, às medidas de proteção para cada zona. Por haver discórdia dos órgãos ambientais (estadual e federal) e de instituições de pesquisa quanto à validade das informações do meio físico no Plano de Manejo, abordar-se-á a caracterização ambiental da área¹¹⁴ feita por Silva (2007), Adorno (2008) e um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins.

Portanto, de acordo com os autores, o Parque Estadual do Jalapão possui as seguintes características ambientais:¹¹⁵¹¹⁶

¹¹⁴ Na caracterização ambiental será utilizada a feita por SILVA (2007) que utilizou diferentes classificações, sendo: geologia – projeto Radan Brasil (NUNES; FILHO; LIMA, 1973); geomorfologia e solos – EMBRAPA (1981, apud Tocantins, 2003); cobertura vegetal – Ribeiro e Walter (1998, p. 149); clima MMA (Brasil, 2007) e Atlas do Tocantins (TOCANTINS, 2005).

¹¹⁵ SILVA, Keury Juliana N. Caracterização ambiental de atrativos turísticos no parque estadual do jalapão, município de MATEIROS – TO. Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional. Porto Nacional: UFT, 2007, pp. 24-26.

Geologia - Segundo o levantamento do Projeto Radam (NUNES; FILHO; LIMA, 1973), a geologia da área é do período Cretáceo Superior, com a formação Itapecuru (mesma Urucuia), constituída quase que exclusivamente por arenitos finos de cores diversas, predominando o cinza, róseo e vermelho, argilosos, com estratificação cruzada e silicificações, principalmente no topo. Intercalam-se leitos de siltitos, folhelhos cinza-averdeados e avermelhados. (Mapa 8)

Geomorfologia - A morfoestrutura pertence à Bacia Sedimentar do São Francisco. A morfoescultura se divide em: dissecado em colinas e ravinas, planície fluvial, dunas e escarpa. Na morfologia encontram-se formas erosiva, acumulativa e erosivo-acumulativa. (Mapa 8)

Solos - Os solos encontrados foram: na superfície da escarpa (serra do Espírito Santo), o Latossolo Amarelo (LA1 – LATOSSOLO AMARELO DISTRÓFICO textura média relevo plano e suave ondulado); nas paredes da escarpa o solo Litólico (R2 - associação de solos litólicos pedregosos e concrecionários textura média + LATOSSOLO VERMELHOAMARELO textura média + AREIAS QUARTZOSAS todos DISTRÓFICOS relevo suave ondulado a forte ondulado), e nas demais áreas têm-se Areias Quartzosas (AQ6 – associação de AREIAS QUARTZOSAS relevo suave ondulado + AREIAS QUARTZOSAS HIFROMÓRFICAS relevo plano + GLEI POUCO HÚMICO Tb textura média e argilosa relevo plano, todos distróficos – inclusão “solo ALUVIAL DISTRÓFICO Tb textura indiscriminada”). (Mapa 8)

Cobertura Vegetal – Considerou-se a área desta de acordo com a classificação da chave de identificação dos tipos fitofisionômicos do bioma Cerrado, desenvolvidos por Ribeiro e Walter (1998), cujo domínio pertence ao bioma Cerrado. As tipologias dizem respeito às seguintes formações: florestal, savânica e campestre. As fitofisionomias, identificadas nos pontos de atrativos turísticos, foram: (Mapa 8)

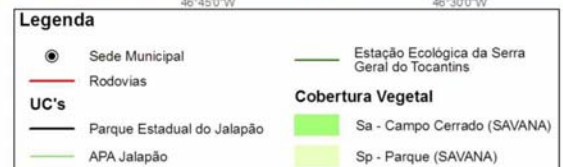
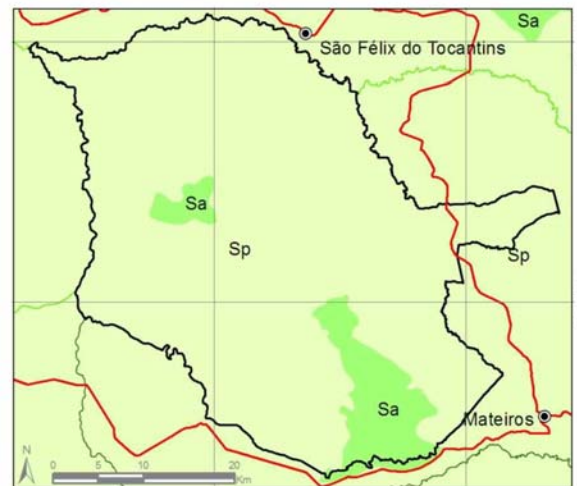
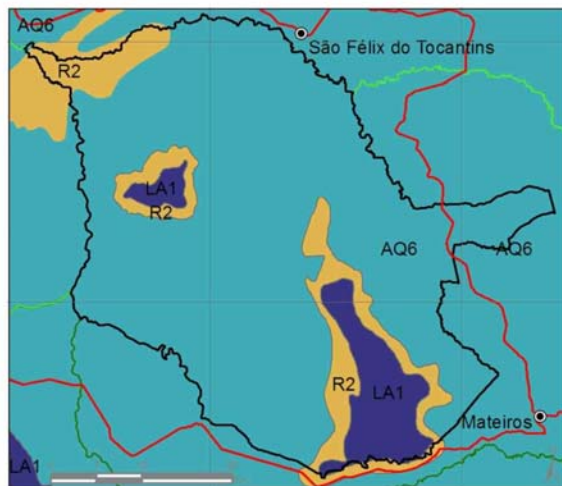
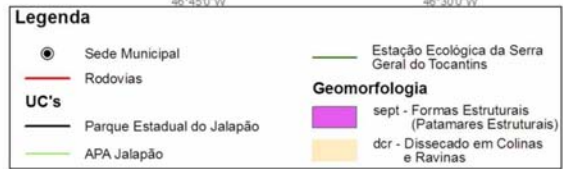
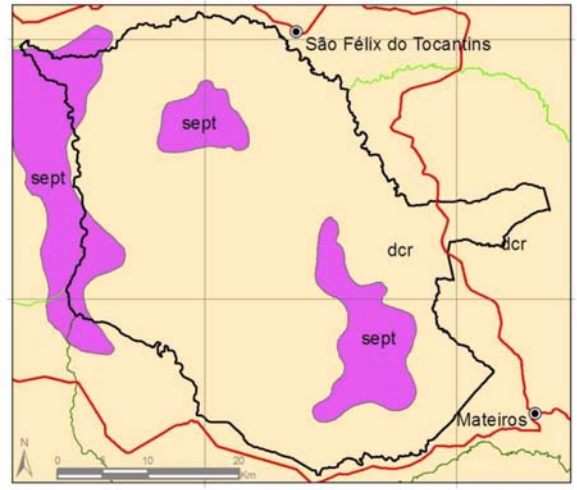
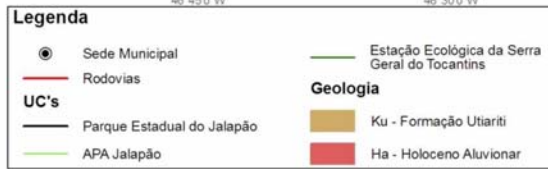
- Mata de galeria inundável – mata onde o lençol freático está próximo ou sobre a superfície do terreno na maior parte dos trechos o ano todo, mesmo na estação seca. Apresenta trechos longos com a topografia plana, e uns poucos locais acidentados. Possui drenagem deficiente. Presença de poucas espécies de leguminosas arbóreas.

¹¹⁶ Adorno, Lúcio Flavo M. Turismo no Parque Estadual do Jalapão: identificação dos usos e proposição de medidas de controle e monitoramento. Núcleo de Estudos Estratégicos de Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável. UFT. 2008. pp. 13-18.

- Cerrado Sentido Restrito, subtipo Cerrado denso – Terrenos bem drenados. Flora arbórea composta por diversas espécies, principalmente dicotiledôneas. Cobertura arbórea de 50 a 70%. Altura média do estrato arbóreo de 5 a 8 metros. Pode formar faixas com dossel contínuo. Estrato arbóreo com indivíduos eretos e tortuosos.
- Cerrado Sentido Restrito, subtipo Cerrado típico – Forma dossel contínuo. Terrenos bem drenados. Cobertura arbórea de 20 a 50%. Estrato arbóreo destacado. Altura média do estrato arbóreo de 3 a 6 metros.
- Palmeiral (“buritizal”) – Os buritis formam um dossel descontínuo e crescem espalhados sobre um campo gramíneo. Cobertura arbórea de 40 a 70%. Os buritis distribuem-se pelo terreno onde não existem linhas de drenagem definidas.
- Campo rupestre - Arbustos crescem diretamente nas fendas de afloramentos de rocha, em trechos com pouco ou nenhum solo. Flora característica com muitos endemismos.
- Campo sujo seco – estrutura de campo. Flora predominantemente herbáceoarbustiva. Cobertura arbórea ausente ou sem destaque. Com arbustos ou umas poucas arvoretas isoladas. Arbustos crescem em áreas com algum solo e não em afloramentos de rocha. Flora com elementos do Cerrado (sentido restrito), somente em terrenos bem drenados.
- Campo limpo seco - estrutura de campo. Flora predominantemente herbáceoarbustiva. Cobertura arbórea ausente ou sem destaque. Sem arbustos ou arvoretas, somente em terrenos bem drenados.

Clima - é subúmido seco com moderada deficiência hídrica (CldA'a'). A precipitação média anual da área está em torno de 1500 a 1600 mm. A temperatura média da região entre 27 e 28°C (TOCANTINS, 2005). As temperaturas máximas anuais do PEJ são próximas a 30° e 32°C, no período de agosto e novembro, devido, em parte, ao fim da seca, quando a fumaça das queimadas no cerrado contribui para o aumento da temperatura, e mínimas de 18° a 19°C nos meses de junho e julho. Durante o ano, existem duas estações bem definidas: a chuvosa (outubro e abril) e a seca (maio a setembro).

Mapa 8: Geologia, geomorfologia, solos e cobertura vegetal do Parque Estadual do Jalapão



Nota: Os temas relacionados equivalem as folhas na escala 1:250.000 da divisão internacional que cobrem o estado do Tocantins, elaboradas pelo DSG e IBGE, além de arquivos síntese na escala 1:1.000.000. Os dados, foram gerados no escopo do Projeto Zoneamento Agroecológico, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Tesouro do Estado do Tocantins. Sendo elaborados e atualizados pela equipe técnica da Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE) da Secretaria do Planejamento (Seplan).

3.3.1 Aspectos turísticos e infraestrutura existente

O Parque Estadual do Jalapão possui atrativos naturais e culturais potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo. Os atrativos se concentram em três grupos distintos: Rio Novo, Serra do Espírito Santo e Mumbuca/Fervedouro/Córrego Formiga. A distância média entre os grupos varia entre 40 a 70 km. A Tabela 3.1 apresenta os três grupos e os atrativos que os compõem. (Mapa 9)

Tabela 3.1: Demonstrativo dos atrativos formadores dos três grupos

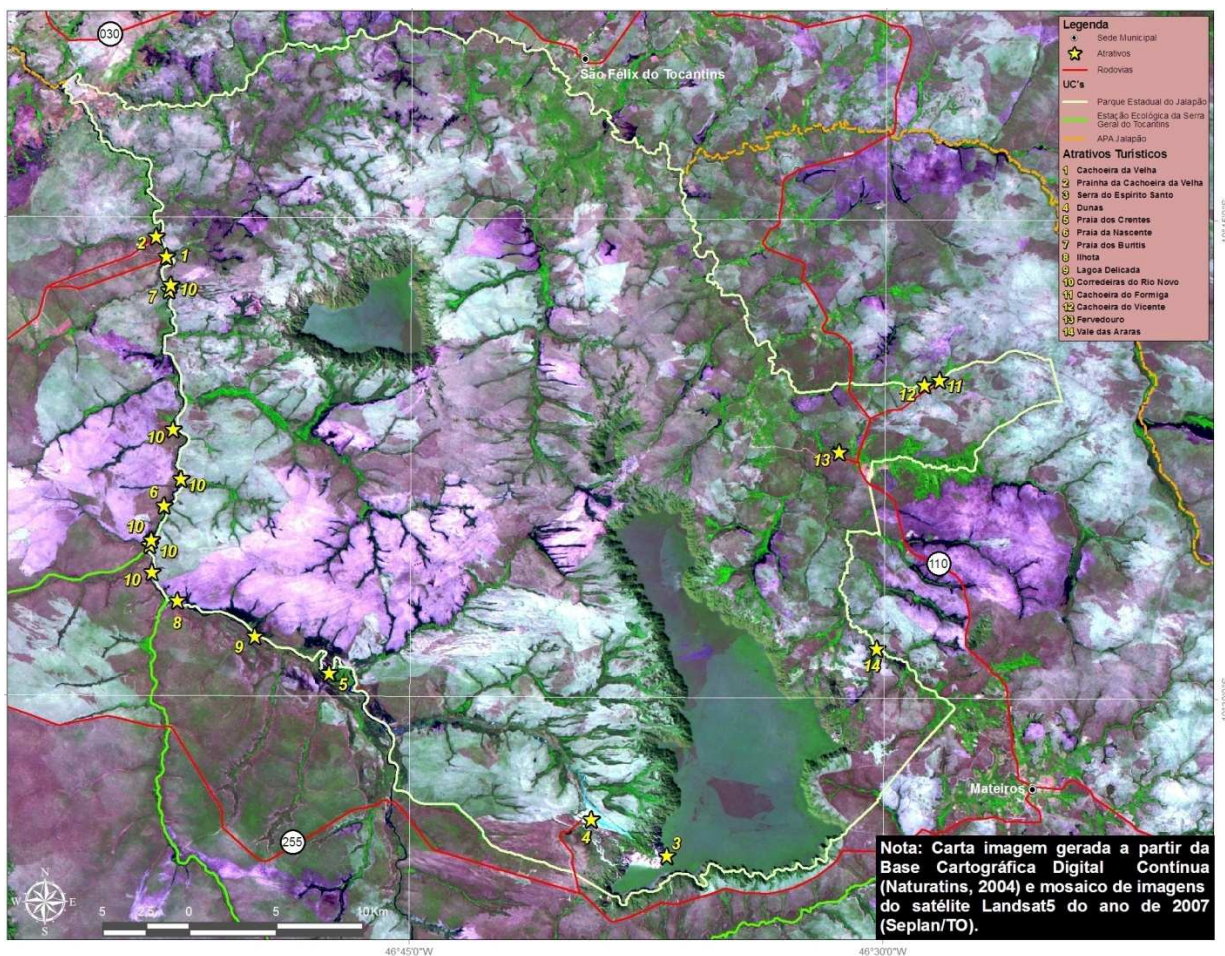
Rio Novo	Serra do Espírito Santo	Mumbuca/Fervedouro/ Córrego Formiga
<ul style="list-style-type: none"> – Cachoeira da Velha; – Corredeiras; – Praias (praias dos crentes, da nascente e dos buritis); – Lagoa encantada. 	<ul style="list-style-type: none"> – Serra do Espírito Santo – Dunas; – Riacho de Areia; – Vereda; – Lagoa. 	<ul style="list-style-type: none"> – Comunidade Mumbuca e seu artesanato; – Fervedouro; – Córrego Formiga e suas quedas d'água.

O primeiro grupo envolve os atrativos do Rio Novo, os mais visitados são a Cachoeira da Velha, as praias ao longo do Rio, as corredeiras e a Lagoa Delicada. As atividades mais praticadas são: o *rafting* de nível três, *traking*, *camping* e o banho de rio.

O segundo grupo se forma pelos atrativos da Serra do Espírito Santo, que envolvem trilha na subida da serra, mirante para observação do processo erosivo que origina as dunas e visitações às dunas, ao Riacho de Areia e vereda e lagoas circundantes às dunas.

E o terceiro, a tríade Mumbuca/Fervedouro/Rio Formiga, possibilita experiências diversificadas, desde o contato com a comunidade Mumbuca que iniciou o artesanato com o capim-dourado até o banho em águas esverdeadas – Córrego Formiga e em nascentes com águas que impedem a pessoa ficar submersa - fervedouro.

Mapa 9: Localização dos principais atrativos e áreas turísticas do Parque Estadual do Jalapão



Schmidt (2005 apud Figueiredo, 2007) expõe que o artesanato de capim-dourado¹¹⁷ se iniciou na comunidade Mumbuca, há cerca de oito décadas, quando um membro da comunidade aprendeu a técnica com índios, possivelmente da etnia Xerente, que por ali passaram. Transmitiu-se tal técnica entre as mulheres das famílias da comunidade, algumas delas já residindo na sede do município, quando se usava o artesanato apenas em utensílios domésticos. Dona Guilhermina Ribeiro da Silva (conhecida como Dona Miúda), Dona Silvéria Pereira Gonçalves (conhecida como Dona Severa) e Dona Inocência Nepomuceno Ribeiro foram as maiores responsáveis pela difusão do artesanato. Com a chegada do turismo e a divulgação do Jalapão e do artesanato de capim dourado pelo governo do estado do Tocantins, em meados de 1990, as vendas passaram a ser significativas, e a atividade tornou-se comum entre os moradores de todo o Jalapão, dentre

¹¹⁷ *Syngonanthus nitens* Bong. Ruhland

alguns homens, inclusive. Atualmente, é-se difícil encontrar uma família do Jalapão em que pelo menos uma pessoa não saiba confeccionar o artesanato de capim-dourado.¹¹⁸

De acordo com Figueiredo (2007), a técnica empregada no artesanato consiste em costurar feixes concêntricos de escapos de capim-dourado com fibra de folhas novas de buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), localmente conhecida como seda. Atualmente, as peças ganham acessórios como botões de semente de jatobá, forros de tecido, zíper e linhas sintéticas. Fazem-se cestos, chapéus, bolsas, sous-plats, mandalas, bijuterias e outras peças.

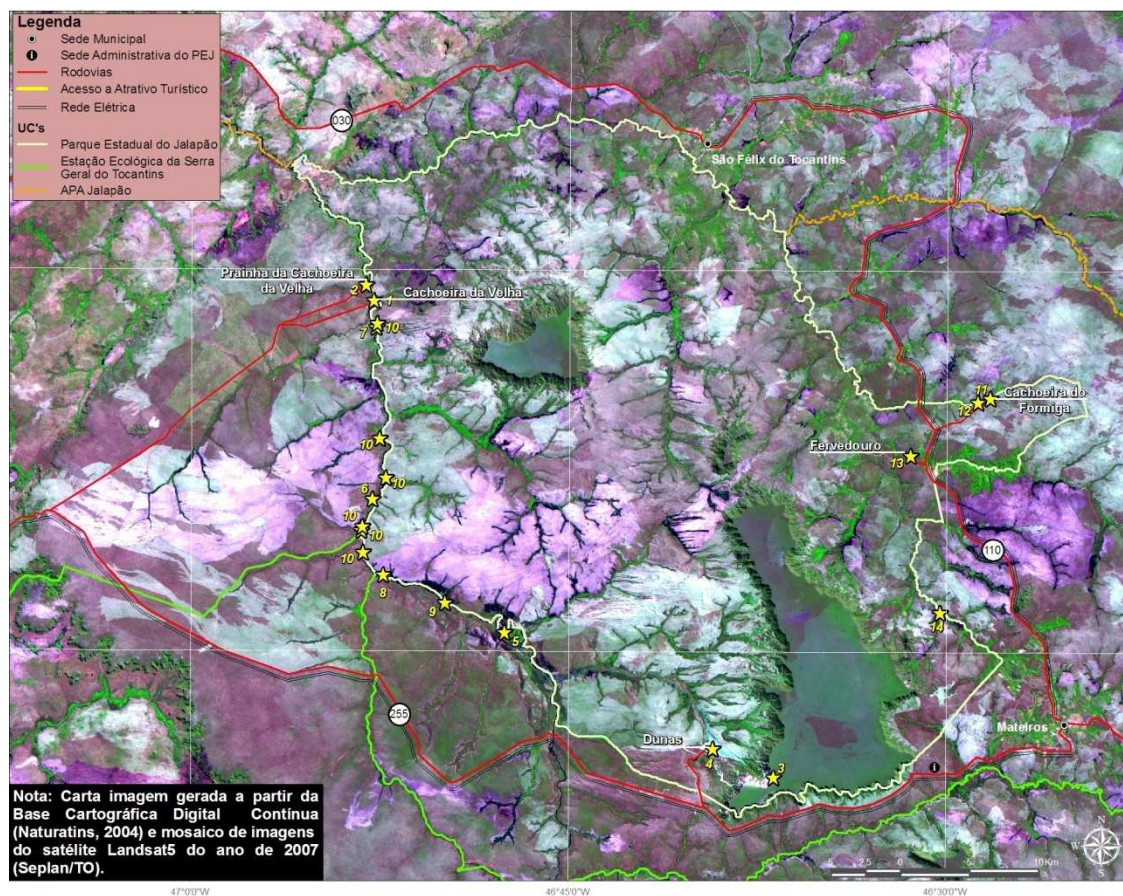
Todavia, mesmo com este conjunto de atrativos paisagísticos, ecológicos e culturais, a visitação no parque ainda não ocorre de forma organizada, limitando-se a ocasionais visitas por parte de aventureiros que utilizam seus próprios veículos e praticam o *camping* selvagem. A dificuldade de acesso à região, que atualmente só pode ser alcançada por estradas parcialmente asfaltadas, a partir de Palmas, é um fator limitante. A rede de estradas vicinais é pequena e de manutenção precária. No período chuvoso, dada a textura arenosa do solo, o tráfego é crítico e se realiza em condições de extrema dificuldade em extensos trechos das rodovias. Adicionalmente, os atrativos da região não possuem infraestrutura turística e sistema de controle e monitoramento implantado.

Inseriu-se o município de Mateiros no Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT do Ministério do Turismo, na tentativa de melhorar o cenário do turismo na região. No âmbito do programa, realizaram-se três fases de oficinas e fundaram o Conselho Municipal de Turismo que, todavia, não opera efetivamente. Além deste, com base nos resultados do Proecotur, selecionou-se o município para receber os investimentos do Prodetur nacional, que financiará a implantação de infraestrutura turística e promoverá a melhoria dos serviços turísticos.

As infraestruturas implantadas no PEJ são: a sede administrativa e os quatro postos de fiscalização. A área da Sede Administrativa, localizada adjacente ao parque, na sua área de amortecimento dentro da APA do Jalapão, possui 585,43ha e está situada a 13km do núcleo urbano de Mateiros e a 157km de Ponte Alta do Tocantins. Os acessos à Sede se dão por Ponte Alta do Tocantins - TO 255 e São Félix do Tocantins - TO 110, rodovias não-pavimentadas, como também aéreo, pela pista de pouso de Mateiros, localizada a 8km. (Mapa 10)

¹¹⁸ FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. Efeito do fogo nas populações de capim dourado (*Syngonanthus nitens* Eriocaulaceae) na região do Jalapão, TO. Dissertação de Mestrado em ecologia do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2007, p. 3.

Mapa 10: Infraestrutura na área do Parque Estadual do Jalapão e entorno



A área almeja sediar a base de pesquisa, controle, fiscalização e monitoramento do Parque Estadual e da APA do Jalapão e se constitui por um conjunto de cinco construções destinadas a abrigar a administração, a garagem, o alojamento de funcionários e a residência da gerência.

Três dos quatro postos de fiscalização, localizados nas principais entradas aos atrativos do Parque, se destinam ao atendimento à visitação pública. Um na TO-110, com acesso à Cachoeira do Rio Formiga, e dois na TO-255, destes, um na chegada às Dunas e o outro antes da ponte do Rio Novo no trajeto Mateiros/Ponte Alta do Tocantins. O outro posto de fiscalização localiza-se no interior do Parque e se destina ao manejo da UC e como base para pesquisadores.

Para atender a visitação, prevê-se a construção do Centro de Atendimento ao Turista das cinco unidades de conservação do Jalapão na área pública municipal entre as avenidas Maranhão e Tocantins na cidade de Mateiros. De acordo com o plano diretor do município, propõe-se transformar a cidade na sede das UCs. A cidade abrigará o Centro de Atendimento ao Turista com estruturas receptivas e interpretativas do bioma protegido. O

centro se compõe de cinco construções: o de capacitação e educação ambiental (único construído), de informação turística, museu, loja de *souvenirs* e lanchonete de produtos regionais.

Dentre os atrativos, a serra do Espírito Santo e a Cachoeira da Velha são os únicos que possuem alguma infraestrutura destinada à visitação. A Serra do Espírito Santo tem uma trilha na subida e mirante para a observação do processo erosivo que origina as dunas. A Cachoeira da Velha possui uma infraestrutura mais completa, com instalações de uma pousada desativada nas adjacências; entrada aos atrativos da Prainha no Rio Novo e cachoeira; trilha interpretativa ligando os dois atrativos; passarela suspensa e mirante sobre a vereda da margem esquerda de acesso ao atrativo. Atualmente, é o único atrativo que possui as instalações concluídas, porém, pela falta de uma política definida de visitação e exploração econômica da área, as instalações, todas de domínio público, estão abandonadas e sofrem as agressões provocadas pelas condicionantes climáticas.

Além destas infraestruturas de obras civis de apoio à gestão do parque, há na UC a malha de estradas vicinais de acesso aos atrativos, a rede de energia que abastece a cidade ao longo das rodovias TO-255 e TO-110 e a pista de pouso de Mateiros.

3.3.2 Perfil da oferta e demanda turística

Mateiros apresenta infraestrutura e serviços turísticos precários e reduzidos. A cidade possui cinco pequenas pousadas mantidas com a mão-de-obra familiar, que, juntas, oferecem 45 unidades habitacionais, representando 125 leitos. Dasquelas, apenas uma é cadastrada no Ministério do Turismo a “Pousada e Restaurante Panela de Ferro” e duas servem refeições aos hóspedes. Além das duas, a cidade conta com mais um estabelecimento que serve refeição, atendendo em condições precárias e servindo comidas para caminhoneiros e viajantes de negócio.¹¹⁹ (Tabela 3.2)

Tabela 3.2: Quantidade total de Unidade Habitacional (UHS) e leitos ofertados pelo meio de hospedagem de Mateiros

Empreendimento	UHS	Leitos
Hotel Cardoso	8	26
Pousada União Tavares	9	22
Pousada Jalapão	5	17
Pousada e Restaurante Vereda Tropical	6	12
Pousada Panela de Ferro	9	26
Pousada dos Buritis*	8	22
Total	45	125

* contabilizada pela autora
Fonte: ADTUR/2008

¹¹⁹ ADTUR. Perfil da demanda turística: uma análise setorial. Palmas-TO. 2007.

O *camping* é o tipo de hospedagem mais expressivo em Mateiros, a empresa Korubo opera passeios ao Jalapão e acomoda seu público em acampamentos estruturados e mantidos pela operadora.

Os proprietários das terras dos atrativos Fervedouro e Córrego Formiga também atuam neste nicho de mercado, cobrando acampamento próximo ao dos atrativos. Nestes lugares não existem áreas para acampamento organizado e com estruturas adequadas. As barracas se amontoam debaixo de árvores maiores da mata ciliar do Córrego Formiga, deixadas para este propósito.

A cidade possui um reduzido número de comércios. Conta com dez estabelecimentos que servem tanto a população como o turismo, sendo: um posto de gasolina, três mercearias, uma panificadora, uma sorveteria e pizzaria e quatro bares estilo cachaça e sinuca.

A pesquisa da demanda turística, iniciada no Parque, ainda é incipiente. Nos anos 2007 e 2008, a ADTUR realizou pesquisa do perfil da demanda turística no estado do Tocantins. Em 2007, das pessoas que frequentaram os atrativos do Parque Estadual do Jalapão 89% eram turistas e 11% visitantes moradores de Mateiros. Do total, 38% vêm do próprio estado, 23% de São Paulo, 11% de Goiás, 8% da Bahia, 6% do Rio de Janeiro e 3% do Distrito Federal. No ano seguinte, percebe-se uma alteração dos estados emissores, o próprio estado passa a contribuir com 76,3% contra 13,8% do Piauí, 6,3% do Distrito Federal e 3,8% de Goiás.

Das pessoas entrevistadas em 2007, 23,5% têm renda individual acima de R\$ 6.080,00 e apenas 4,1% ganham até um salário mínimo. 38,5% viajaram com “amigos” e 33,5% com a família. 50,7% permaneceram de dois a três dias e 36,7% de quatro a sete dias.

No mesmo ano, 67% dos turistas eram do sexo masculino e 33% do sexo feminino; destes, 48% cursaram o nível superior e 26% o ensino médio. Quanto à “Motivação da viagem”, a de turismo-lazer possui o percentual mais expressivo (74%), seguido de 17% que viajaram a “Negócio-trabalho”.

A pesquisa também demonstra que dos turistas entrevistados em 2007, 29% têm “Faixa etária” entre 32 e 40 anos e apenas 3% estão acima de 60 anos, sendo que 62% se hospedaram em “camping” e 23% em “pousadas”.

Entretanto, vale ressaltar que a pesquisa exclui os turistas que visitam o parque pelas operadoras de ecoturismo e aventura. A ADTUR ainda não estruturou um sistema de levantamento de dados da operação do turismo com as operadoras e os hoteleiros. Fazem-

se as pesquisas entrevistando-se os que visitam os atrativos nos feriados prolongados. Com isso, obtém-se um resultado parcial da realidade do turismo na região.

Por isso, nestes dois anos, a pesquisa revela que o turismo no PEJ é regional, escolarizada e com predominância de um público masculino. Este quadro se associa à falta de infraestrutura, um dos limitadores do público feminino e de famílias com crianças.

3.3.3 Os impactos sobre os recursos naturais do Parque Estadual do Jalapão pela prática do Turismo

Realizaram-se alguns estudos para identificar os impactos sobre os recursos naturais da região do Jalapão, incluindo-se o Parque Estadual do Jalapão. Silva (2007) e Adorno (2008) estudaram sobre os impactos do turismo no meio físico; Daldegan (2007) fez uma análise da distribuição espacial de áreas de potencial, ocorrência de capim dourado, por sensoriamento remoto, e Figueiredo (2007) sobre o efeito do fogo nas populações de capim dourado; Figueiredo, Schmidt e Sampaio (2006) sobre a importância do envolvimento de múltiplos atores no manejo sustentável de capim dourado e buriti.

Em 2006, a equipe formada por pesquisadores e acadêmicos da UFT, entre eles Adorno e Silva, identificou os impactos ambientais decorridos no meio físico pela prática do turismo em seis atrativos do Parque Estadual do Jalapão. Na ocasião, descreveram-se onze pontos nos atrativos: Dunas, Serra do Espírito Santo, Fervedouro, Cachoeiras do Formiga e do Vicente e Vale das Araras. Silva (2007) e Adorno (2008) expõem os impactos por atrativo. Veja-se:^{120 121}

DUNAS - Os impactos ambientais naturais das dunas são: erosão eólica, que transporta partículas do solo pela ação do vento, e perceptível na modelagem contínua no relevo das dunas; erosão por sulcos e ravinas, provocadas pela impermeabilidade da água no solo que, ao escoar pela superfície, retira partículas e transporta-as para a planície. Esta erosão pode afetar tanto direta o atrativo, com a retirada da areia que a compõe, como indiretamente, pela ação da chuva que aumenta a velocidade dos cursos d'água e retira muito material, principalmente da parede das dunas, ocasionando a erosão hídrica. Silva, em visita ao Riacho de Areia (corpo hídrico que contribui com o transporte de partículas de areia para a formação das dunas), observou que mesmo em período seco as partículas de areia puderam ser vistas suspensas e carregadas pela água. E, devido ao contato direto com as dunas, as paredes apresentavam marcas de retirada de material das margens, assim como a modelagem da calha do córrego.

¹²⁰ Silva, op. cit., pp. 29-33.

¹²¹ Adorno, op. cit., pp. 22-43.

Os impactos antrópicos se iniciam na retirada da vegetação para o acesso ao atrativo (trilha e estradas), deixando o solo susceptível. A erosão laminar acontece nas dunas não pela ausência de vegetação, mas pela inclinação das paredes e desagregação das partículas pela água da chuva, homogeneizando-se a retirada. Mesmo sem inclinações relevantes nas trilhas deste atrativo, observou-se o início de ravinas por ausência da vegetação e pelo fluxo de visitantes. Além dos impactos no atrativo, surge nas vias de acesso uma preocupação, por haver várias delas e quase paralelas umas das outras. Assim, quanto mais estradas existirem, maior será o impacto no solo revolvido e na vegetação esmagada. A incidência de “atolamento” nas estradas é grande por ser o solo arenoso; como alternativa, opta-se por caminhos intactos de antropismo. Geralmente essa interferência persiste até o atrativo onde os veículos passeiam pelas dunas. Evidenciou-se ligeiramente o lixo por fogueiras, pilhas e papel.

FERVEDOURO - A capacidade estipulada, sem estudo minucioso, para a utilização do atrativo é de seis pessoas, porém a visitação extrapola este valor.

No antigo acesso de veículo, interditado pelo acelerado processo de erosão provocado pelo tráfego intenso sobre o solo frágil, verificaram-se pequenas ravinas oriundas de erosões no início da trilha e duas voçorocas de grandes proporções na metade do caminho. A principal voçoroca mede aproximadamente 282,5m de comprimento, 11,70m de largura e 2,80m de profundidade. Dentro dela existe um filete de água que brota em sua cabeceira, e isso acarreta o aumento de sua extensão e dimensão.

Atualmente, não se permite a entrada de veículo, somente a pé, pelos visitantes na trilha paralela à antiga via. Os técnicos do parque tentam reverter o processo erosivo com o plantio de mudas de buriti.

Além dos impactos na via de acesso, o fervedouro tem sofrido com a capacidade de carga extrapolada. O morador e alguns técnicos relataram que o poço teve suas margens estendidas por ter ocorrido um incidente, este se deveu ao fato de mais de doze pessoas terem entrado ao mesmo tempo. O local também sofre com a insistência do proprietário em retirar a vegetação das margens do atrativo para melhorar a comodidade dos turistas. Essa ação pode acarretar assoreamento do poço e outros danos decorrentes. Aliados a isso, verificaram-se lixos, principalmente latas de cerveja espalhadas nas proximidades do atrativo.

CACHOEIRA DO VICENTE - localizada no Córrego Formiga, teve parte da vegetação de sua margem esquerda retirada para a construção de um bar, do banheiro e da área de acampamento. Mesmo possuindo árvores altas que geram sombra e reduzem o impacto da chuva há uma degradação no solo e na vegetação de pequeno porte. Devido à desproteção

do solo de relevo sinuoso e de inclinação acentuada, com a ação das chuvas, iniciaram-se processos erosivos dos tipos: sulcos e pequenas ravinas, e laminar que desagrega todo o solo descoberto e deixa as raízes das árvores expostas. Esta área também é antropizada pela atividade do acampamento, tornando o solo compactado. Todos os sedimentos desagregados são transportados para o córrego, que pode vir a ser assoreado dependendo da quantidade de material depositado nele. O lixo foi um item que não tem muito destaque, porém o manejo adequado é preciso, para regularizar alguns déficits.

CACHOEIRA DO FORMIGA - A área de preservação permanente do Córrego Formiga na área da cachoeira é quase inexistente. Da cobertura vegetal nas margens do córrego restam aproximadamente 6m na margem direita, a da esquerda foi totalmente removida. O proprietário e outra família residem no lugar a uns 100m do atrativo, sendo o quintal de suas casas a área destinada ao acampamento dos turistas. A ausência de vegetação provoca compactação do solo pelos carros e excursionistas que se instalam no atrativo, por ser o mais escolhido para permanecer no parque.

A erosão por sulcos e ravinas, observada, está entre o acampamento e o lugar do atrativo. No entanto, a erosão laminar se evidencia com a inclinação do terreno às margens da cachoeira onde se deposita o material, e as raízes das árvores se encontram expostas. Na data da visita (período seco) não houve indícios relevantes de erosão hídrica. Deposita-se o lixo, neste atrativo, em recipientes apropriados, porém não se faz uma coleta regular por parte do setor público, tornando-se, assim, um impacto pela incapacidade de o ambiente absorver essas substâncias.

SERRA DO ESPÍRITO SANTO – Necessita-se, para se chegar ao topo da serra, percorrer uma trilha aberta por uma das operadoras do turismo na região. Abriram-na sem adoção de medidas que minimizam os impactos sobre o solo, provocados pelo pisoteio ou ação das chuvas. Em 2007, o governo tentou implantar algumas medidas de proteção, porém ainda insuficientes. A visão panorâmica que se tem do parque em todo o trajeto da trilha é surpreendente. O percurso total desta é de 3.380m, 380m de subida e 3.000m na área plana em cima da serra até o mirante de observação das dunas.

Segundo SILVA (2007) e Adorno (2008), todos os atrativos observados já sofreram com as queimadas de caráter natural ou provocadas. Isso acontece no PEJ por influência externa e interna. Os proprietários das áreas delimitadas pelo parque ainda não foram indenizados. Assim, permanecem em suas propriedades e exercem suas atividades rotineiras. Todavia, o impacto que causam é a utilização do fogo para manejo do plantio e da pastagem natural para a cria de gado. Essas queimas, efetuadas sem controle, acabam por se espalhar depressa, devido ao tipo de vegetação que se incendeia rapidamente e se

alastra com o auxílio do vento. Em 2005, o fogo chegou a invadir mais de 50% da área do parque.

Silva (2007) acrescenta que, além dos impactos negativos já relatados, há um quase imperceptível, o barulho dos turistas, que se dá pela locomoção dos carros e realização da atividade de lazer, isso afeta a harmonia da fauna no seu *habitat* natural, afugentando-a. O atrativo mais atingido é o da Cachoeira do Formiga. A atividade é tão incipiente ainda, que o impacto, mesmo potencial, não se caracteriza um incômodo.

Nem todos os observados são negativos. Surgem, com a implantação do turismo, impactos positivos, todavia de cunho social. O poder aquisitivo dos moradores do PEJ, assim como os da zona de amortecimento, antes do turismo era menor e subsistia da produção agropecuária para o sustento. Os moradores, de forma geral, extraem do turismo renda para a família e comentam que, mesmo pobres, antes do turismo a situação era miserável. Isso se explica mediante a movimentação dos comércios, sobretudo, o artesanato, as taxas de utilização dos atrativos (em cada um destes há um responsável por parte do proprietário), os investimentos públicos, o fluxo de veículos (por serem alternativas de locomoção em uma área tão isolada), oportunidade de emprego e outros. Apesar de o impacto ser potencial, os usuários o desconsideram, principalmente pela atividade turística ainda ser tão incipiente.¹²²

Em continuidade ao estudo feito por Silva, Adorno (2008) utiliza o método de Limite Aceitável de Crescimento – LAC para identificar os impactos negativos da visitação pública nos atrativos do PEJ e estabelecer a capacidade de carga por atrativo. Por meio da aplicação do método, cita os seguintes impactos negativos: acúmulo de lixo, degradação da vegetação, indícios de fogueiras, erosão e compactação do solo, abertura de várias vias de acesso e desvios, desmatamento de Área de Proteção Permanente - APP. O autor relaciona tais impactos à conduta inadequada dos visitantes e dos proprietários de terras das áreas dos atrativos, até então não indenizados.

Adorno recomenda que tal situação possa ser contornada com a regularização fundiária do parque, a aplicação de programa de educação ambiental e o controle do número de visitantes por atrativo, através da regulamentação do sistema de cobrança de entrada na UC com *voucher*. Medidas estas já apontadas nos dois instrumentos de ordenamento da visitação pública no parque e no entorno, o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo (2002) e o Plano de Manejo (2003).

¹²² Idem, Ibdem, p. 33.

Quanto à capacidade de carga, o autor define índices que variam de 28 a 320 visitantes por dia, em quatro a treze grupos constituídos por sete a quarenta visitantes. A tabela 3.3 apresenta os valores de capacidade de carga e o tamanho máximo dos grupos sugeridos por Adorno (2008) para os atrativos do PEJ.

Tabela 3.3: Valores de capacidade de carga, número de visitantes por dia e tamanho máximo dos grupos sugeridos para os atrativos do Parque Estadual do Jalapão

Atrativo	Capacidade de carga (dia)	Número de grupos/dia	Tamanho dos grupos
Cachoeira do Formiga	168	8	21
Cachoeira do Vicente	120	10	12
Cachoeira da Velha	91	13	7
Praia da Cachoeira da Velha	77	11	7
Praia do Rio Novo	70	10	7
Praia dos Crentes	320	8	40
Dunas	147	7	21
Fervedouro	50	10	5
Trilha da Serra do Espírito Santo	28	4	7

Fonte: Adorno (2008)

Rodrigues et al (2008) relata a fala do Sr. Miratan, um dos membros da comunidade Mumbuca, o qual revela que “Mumbuca era muito isolada, mas, com a criação do Estado, ficou ainda um tempo isolada, depois com a vinda do turismo as coisas melhoraram”. Os estudos de Rodrigues demonstram que o índice de qualidade de vida humana (IQV¹²³) da comunidade aumentou com o incremento do turismo, antes era de 0,1833 saltando para 0,390. Este valor, ainda não-satisfatório, é considerado baixo, $0 < IQV < 0,499$. A produção do artesanato com o capim-dourado deixa a comunidade suscetível em relação ao crescimento da qualidade de vida, considerando-se a ameaça de escassez ou extinção deste recurso em função do uso e manejo incorreto.¹²⁴

As matérias-primas do artesanato, o capim-dourado e o buriti (seda do buriti), se encontram nos campos úmidos e nas veredas. Com o aumento da pressão de colheita do capim-dourado, muitos coletores, às vezes uma família toda, para assegurar sua matéria-prima, passaram a realizar a colheita precocemente, em julho, agosto e início de setembro, quando os escapos ainda não estão totalmente maduros. Quando colhidos dessa forma, ainda imaturos, não se soltam facilmente das rosetas, que, muitas vezes, são arrancadas do

¹²³ Índice que aborda aspectos materiais, culturais e sociais que influem na qualidade de vida mensurado por meio dos resultados das condições de moradia, aspectos sanitários, bens de consumo duráveis, acesso aos meios de comunicação e lazer, saúde, educação e emprego e renda.

¹²⁴ RODRIGUES, W. et al. Perspectivas de suscetibilidade e potencial de desenvolvimento local: a comunidade de Mumbuca e o estabelecimento do turismo na região do Jalapão. Acessado em http://www.pequi.org.br/Santos_et_al.pdf em 20 de outubro de 2008.

solo, resultando na morte do indivíduo adulto. Além disso, utilizam o fogo para garantir o florescimento do capim-dourado na estação reprodutiva do ano seguinte. No Jalapão há uma dependência do fogo para viabilizar as duas maiores fontes de renda da população, o artesanato e a pecuária, além da agricultura de subsistência. Isso provoca grande conflito de interesses entre extrativistas, criadores de gado e órgãos ambientais, que possuem visões muito distintas sobre a importância e o papel do fogo na vegetação e no funcionamento dos ecossistemas do Cerrado.¹²⁵

¹²⁵ Figueiredo, op. cit., p. 11

O Parque Estadual do Jalapão localiza-se no município de Mateiros, pertencente à região do Jalapão que juntamente com a Região da Chapada das Magabeiras possuem uma relevância ambiental na conservação do cerrado e do ecótono cerrado-caatinga.

Além do PEJ, quatro UCs ocupam dois terços do território de Mateiros. O município tem como característica básica a baixa produção agrícola devido às condições do solo, desmatamento e queimada provocados pela criação de gado bovino em pastagem natural, alta dependência econômica de Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional e infraestrutura turística escassa.

Há 25 comunidades dentro e em derredor do PEJ, somando uma população de 543 habitantes. Destas, a Mumbuca e a Prata são as mais expressivas. Das duas, a Mumbuca é a que se localiza dentro do PEJ, nela se iniciou a produção do artesanato com o capim-dourado a qual disseminou para toda a região do Jalapão.

Aliada ao artesanato, a atividade turística conta com o potencial de atração à visitação e os recursos naturais do PEJ nos três grandes grupos Rio Novo, Serra do Espírito Santo e Mumbuca/Fervedouro/Rio Formiga.

As visitas a estes locais, mesmo havendo instrumento de ordenamento da atividade turística, ocorrem de maneira desorganizada, recebendo principalmente turistas com veículo próprio que se acomodam em camping selvagem. O acesso é precário; e a infraestrutura, deficiente. As infraestruturas implantadas atendem a administração da UC e pontualmente aos atrativos da Serra do Espírito Santo e da Cachoeira da Velha.

Quanto ao perfil do turismo, este é regional, escolarizado e com predominância masculina. Este tipo de turismo gera alguns impactos negativos provocados pelo uso excessivo dos atrativos e acessos (degradação ambiental) e alguns relacionados às atividades de suporte como a queimada para o manejo de pastagem e do capim-dourado e a redução da população deste pela colheita desenfreada. Contudo, um dos impactos positivos é a geração de divisas econômicas e o aumento do IQV de 0,1833 para 0,390.



C A P Í T U L O 4

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DO TURISMO E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE DO JALAPÃO

4.1

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DO POLO DO JALAPÃO

4.1.1 Inventário turístico de Mateiros

O Plano de desenvolvimento do ecoturismo do Polo do Jalapão, elaborado em 2002, tem como produtos intermediários, inventário e diagnóstico dos recursos naturais e culturais de Mateiros e dos aspectos urbanos, que dão suporte ao desenvolvimento do turismo.

Os recursos naturais de Mateiros inventariados são as cachoeiras da Velha, do Formiga e do Vicente, as praias dos Crentes, da Nascente e dos Buritis, a Prainha da cachoeira da Velha, a Ilhota, a Lagoa Delicada, as corredeiras do Rio Novo, as dunas, o Fervedouro e outros. Para facilitar a análise das proposições do plano de uso público, a sua descrição seguirá a mesma divisão por áreas, compostas por grupos de atrativos de proximidade relativa, formando as áreas da Cachoeira da Velha, praias e corredeiras do Rio Novo, Serra do Espírito Santo - dunas e Carrapato-Formiga. Dos recursos culturais citam-se: a produção artesanal da comunidade Mumbuca, a culinária e as festas populares. Em termos de infraestrutura turística, em 2002, havia em Mateiros uma pousada, um hotel, dois *campings* e dois restaurantes. No período, a infraestrutura turística era utilizada por aventureiros de todo o Brasil, esporadicamente, pelos participantes do Rally dos Sertões e por visitantes regionais.

Dentre os atrativos culturais de Mateiros, destacam-se os hábitos e costumes da comunidade Mumbuca, principalmente, da produção do artesanato com o capim-dourado. Ela é uma comunidade de afro-descendentes, instalada na região do Jalapão desde o início do século XX. Cerca de cinquenta famílias, quase todas praticantes da religião evangélica, vivem da pecuária, agricultura de subsistência e da venda de artesanato de capim-dourado. Devido à ausência de escolas e empregos, grande parte dos jovens migra às cidades para estudar e trabalhar. O povoado, a cerca de trinta quilômetros da sede do município, permaneceu sem o acesso de automóveis até o final dos anos 80, mas atualmente é considerado um ponto turístico do Jalapão e recebe visitantes a procura do artesanato pioneiro.¹²⁶

¹²⁶ Figueiredo, op. cit., p. 16.

Tabela 4.1: Síntese das características dos atrativos naturais do Parque Estadual do Jalapão

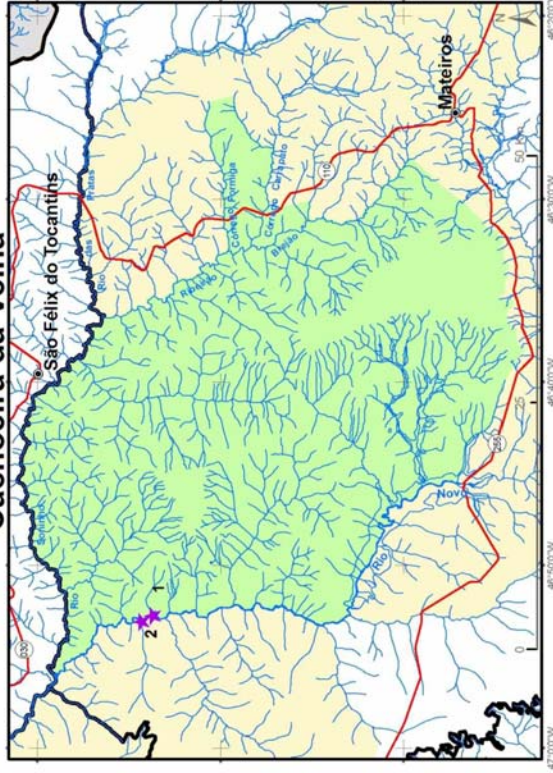
Identificação da área	Características dos atrativos
Cachoeira da Velha (Mapa 11)	<p>Cachoeira da Velha: Distância da sede municipal: 152km. Localiza-se no Rio Novo a dez quilômetros da Fazenda Triago. Com aproximadamente 15 metros de desnível, a cachoeira impressiona pelo volume de água e pelo formato em ferradura dupla de aproximadamente 100 metros de comprimento.</p> <p>Praia da Cachoeira da Velha: Distância da sede municipal: 151km por via terrestre. Praia fluvial localizada à jusante da Cachoeira da Velha. Acesso à praia feito por escadaria de madeira e pilares de concreto. Sanitários na parte alta, próximos ao estacionamento. O período de visitação ocorre no período de seca, entre os meses de maio a outubro.</p>
Praias e corredeiras Rio Novo (Mapa 12)	<p>Praia dos Crentes: Distância da sede municipal: Aproximadamente 71km. Localizada às margens do Rio Novo, a aproximadamente 21km do centro do município, a cachoeira tem acesso feito por uma estrada de 10km que se origina na TO-255, próximo à casa do Sr. Liliu. O atrativo consiste em praia fluvial com águas cristalinas, areias finas, mata ciliar e extensão aproximada de 600 metros. Utiliza-se o local como retiro espiritual, possui, também, uma construção de alvenaria para essa finalidade, além de receber excursionistas com bastante frequência. Destaca-se, ainda, o fato de ser um dos poucos pontos de acesso com carro até a margem do Rio Novo, possibilitando a prática de atividades como rafting, aquataid ou boia cross. A visitação ocorre no período de seca, entre os meses de maio a outubro.</p> <p>Praia da Nascente: Distância da sede municipal: Aproximadamente 80km. O local consiste em praia de areias finas e avermelhadas no Rio Novo com a presença de um pequeno veio d'água ao fundo. Localizado a aproximadamente 20km de distância da Praia dos Crentes, possui acesso feito exclusivamente por via fluvial através da prática de rafting. A visitação ocorre no período de seca, entre os meses de maio a outubro.</p> <p>Praia dos Buritis: Distância da sede municipal: Aproximadamente 96km. A Praia dos Buritis é fluvial, de beleza singular, localizada a aproximadamente 36km rio abaixo da Praia dos Crentes. Na margem oposta pode-se ver uma pequena praia com vários buritis. Destaca-se a forte presença de avifauna, com inúmeras araras sobrevoando no amanhecer e entardecer. O acesso se dá exclusivamente por via fluvial através da prática de rafting. A visitação ocorre no período de seca, entre os meses de maio a outubro.</p> <p>Ilhota: Distância da sede municipal: Aproximadamente 72km. A paisagem se compõe de uma ilhota fluvial, corredeiras, praias de areias finas e pequena formação de areias em formato de dunas. O local é cercado por mata de galeria e vegetação de cerrado. Acesso exclusivo via fluvial através da prática de rafting. O período de visitação se veicula ao regime de chuvas, ocorrendo principalmente entre os meses de maio a outubro em razão do nível mais baixo das águas, o que possibilita o surgimento das praias fluviais.</p>

	<p>Lagoa Delicada: Distância da sede municipal: Aproximadamente 68km. O atrativo consiste em uma lagoa de águas extremamente cristalinas com presença de flora subaquática e peixes de pequeno porte. Acesso, tão-somente, via fluvial através da prática de rafting. Há grande presença de fauna detectada por meio de pegadas de diversos animais, de onça, inclusive. Paisagem de grande beleza natural que também chama a atenção pela aparente fragilidade e singularidade. Possibilitada a visitação apenas no período de seca, entre os meses de maio a outubro.</p> <p>Corredeiras do Rio Novo: Localização: (S10°26,177', W46°53,166'); (S10°25,316', W46°53,248'); (S10°25,170', W46°53,198'); (S10°23,247', W46°52,260'); (S10°21,699', W46°52,517'); (S10°17,335', W46°52,679'); (S10°17,172', W46°52,623')</p> <p>Distância da sede municipal: Variável. Entre 70 e 100km.</p> <p>Todas as coordenadas listadas acima se referem aos trechos do Rio Novo onde as águas adquirem maior velocidade devido ao estreitamento das margens ou à existência de obstáculos como pedras ou pequenas ilhotas. Formam-se ondas e corredeiras que proporcionam bastante emoção aos praticantes de rafting. Aliam-se a estas paisagens selvagens e belas da região, reforçando a singularidade do atrativo.</p>
<p>Serra do Espírito Santo-dunas (Mapa 11)</p>	<p>Serra do Espírito Santo Distância da sede municipal: Aproximadamente 45km. Da serra do Espírito Santo se tem uma vista panorâmica de parte do Parque Estadual do Jalapão, da APA do Jalapão, a Estação Ecológica da serra Geral do Tocantins e o processo erosivo da serra, responsável pela formação das dunas. O local definido para escalar a escarpa da Serra do Espírito Santo era uma antiga trilha de caçadores. Eles a utilizaram para caçar animais de grande porte na parte plana da serra.</p> <p>Dunas Distância da sede municipal: Aproximadamente 58km. As dunas se originaram por uma parte susceptível da escarpa da Serra do Espírito Santo, cujas partículas do solo foram transportadas por erosão eólica e hídrica. Formaram-se na baixa altitude, próximo à serra, acumulações deste sedimento, composto por elevada porcentagem de areia. Há trechos da área cobertos por uma vegetação rasteira, porém o atrativo das dunas é apenas solo. Pode-se explicar essa ausência da cobertura pelo curso d'água paralelo ao acúmulo de areia. Subentende-se que as partículas usaram o canal do córrego para se moverem, sendo depositada quando a água perde sua força. (Silva: 2007, 29) Do topo das dunas tem-se uma visão panorâmica da região. O local tem sido amplamente visitado, sendo comum a montagem de acampamentos próximos ao ponto de estacionamento de veículos. Embora se possa visitá-lo durante todo o ano, o acesso é bastante precário. Nota-se que a vegetação no caminho para as dunas vem-se destruindo pelos carros, em decorrência da abertura de várias estradas paralelas para se evitar os atoleiros.</p>
<p>Carrapato-formiga (Mapa 13)</p>	<p>Cachoeira do Formiga: Distância da sede municipal: 31,5km. O rio do mesmo nome dá origem à queda d'água que se destaca pela cristalinidade das águas em tons verde-azulados. Pode-se visitá-la durante todo o ano, porém, no período das chuvas, as vias de acesso ficam ainda mais comprometidas. Localizada em propriedade particular, tem ingresso fixado ao preço de R\$ 5,00 por pessoa e recebe um grande fluxo de turistas. O acesso é feito por seis quilômetros de estrada precária a partir da TO-110, a aproximadamente 25km de Mateiros, e a vegetação nestas estradas, próximas ao atrativo, encontra-se degradada devido à abertura de vias paralelas pelo cerrado, para se evitar os atoleiros. O poço para banho tem aproximadamente oito metros</p>

	<p>de diâmetro e as margens do rio junto ao poço estão erodindo, dificultando, assim, o acesso. Em época de feriado, os proprietários chegam a receber até 140 barracas no camping e o local não oferece condições de infraestrutura adequadas para esse número de pessoas.</p> <p>Cachoeira do Vicente: Distância da sede municipal: 30km. Localizada próximo à Cachoeira do Formiga e originada pelo mesmo rio, a pequena cachoeira nada mais é do que uma queda d'água do Córrego Formiga. Batizada assim porque o atrativo se encontra na propriedade do senhor Vicente, sua residência está a aproximadamente 100m das margens do córrego. Há uma rústica estrutura construída para um bar, banheiro e área de acampamento. (Silva: 2007, 31) O local é muito agradável com área para camping e pequenos poços para banhos nas águas de temperatura mais elevada que as dos demais rios da região.</p> <p>Fervedouro Distância da sede municipal: 22,5km. Fervedouro é o nome dado à água que brota do solo formando uma piscina, cuja submersão não é possível. Tal fenômeno se torna possível se o lençol freático surge repentinamente, ou se houver um canal direto com reservatórios subterrâneos. (Silva: 2007, 30) O local é uma nascente de águas cristalinas que formam um poço com aproximadamente seis metros de diâmetro por onde afloram as águas em meio a areias extremamente finas. A pressão da água impede que as pessoas afundem; um fenômeno chamado "ressurgência da água". No vale vivem cinco espécies diferentes de araras. Ele se localiza no pé da Serra do Espírito Santo, região de Jacarutu. O lugar é um santuário de araras que, combinado ao espetáculo natural destas aves em vôo sobre a vereda de buritis, proporciona uma vista impressionante.</p>
<p>Vale das Araras (Mapa 13)</p>	<p>Fonte: SEPLAN (2002), pp. 91-103.</p>

Mapa 11: Atrativos: Cachoeira da Velha e Serra do Espírito Santo-Dunas

Cachoeira da Velha



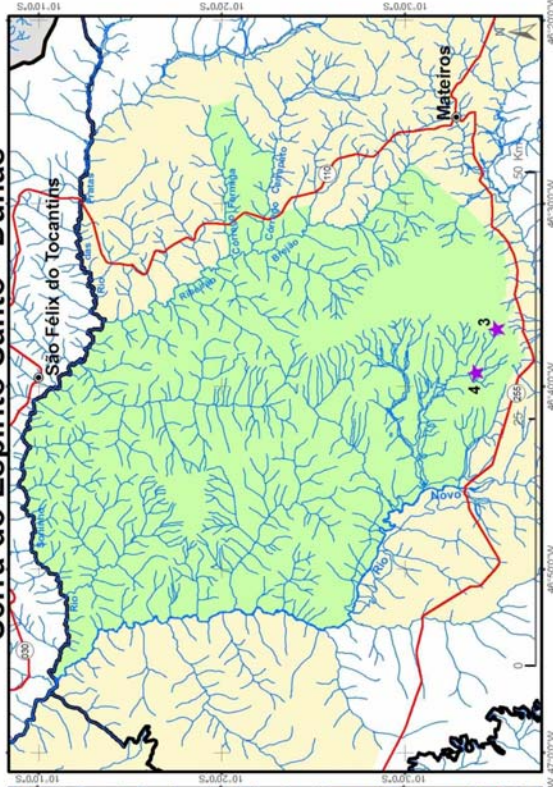
1 Cachoeira da Velha



2 Prainha da Cachoeira da Velha



Serra do Espírito Santo - Dunas



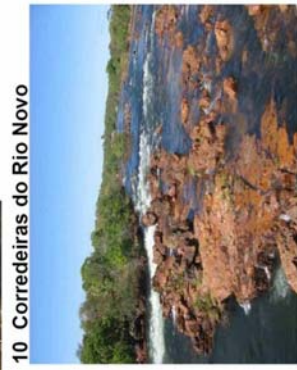
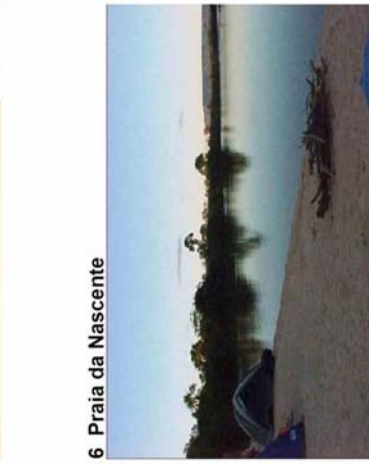
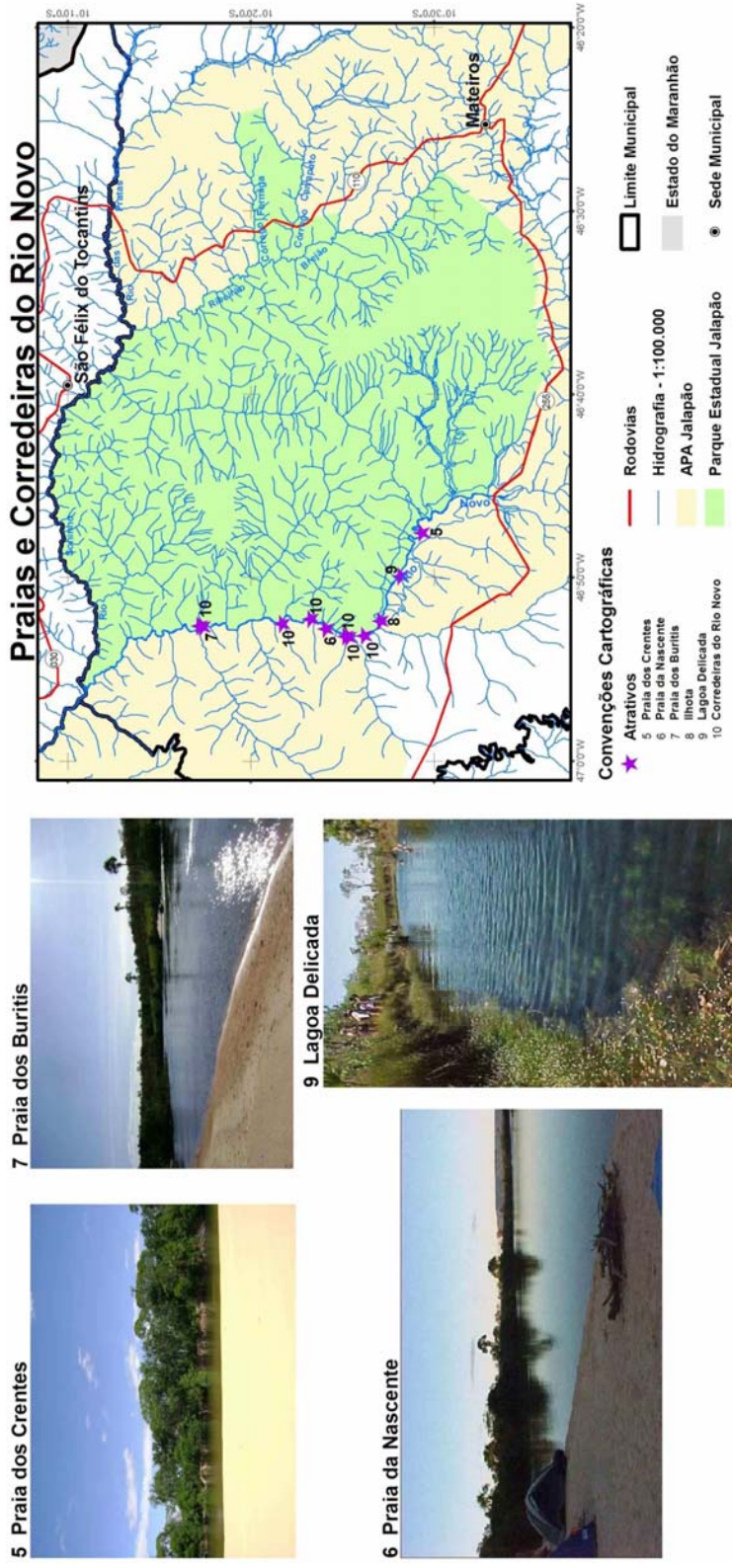
3 Serra do Espírito Santo



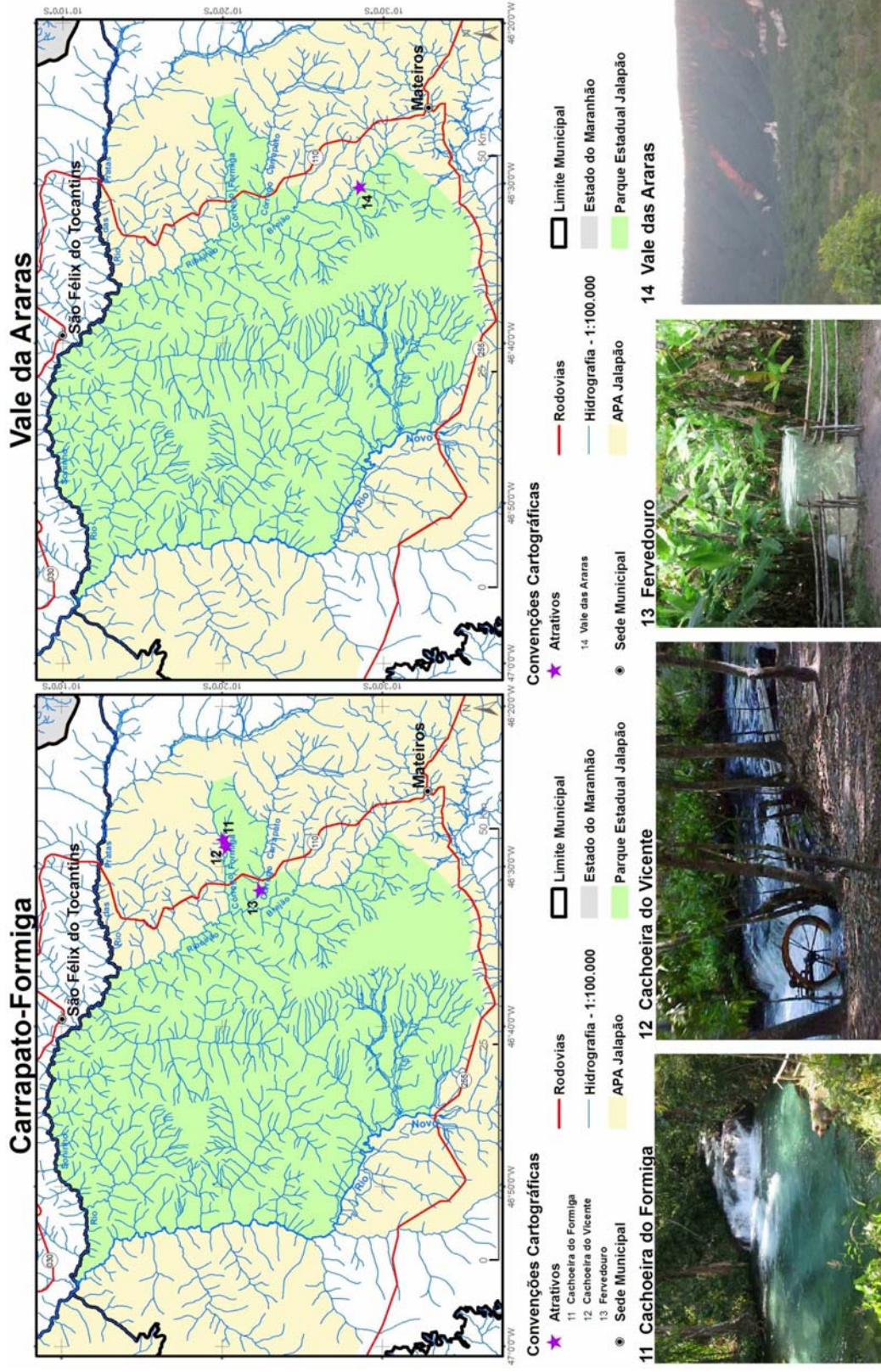
4 Dunas



Mapa 12: Atrativos do Rio Novo



Mapa 13: Atrativos: Córregos Carrapato-formiga e Vale das Araras



4.1.2 Estratégias propostas

As recomendações do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo do Jalapão se aplicam aos quatro municípios, Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo, identificados como prioritários. De acordo com o instrumento, o município de Mateiros se destaca em relação aos demais por possuir o maior número de atrativos, porém é o que apresenta, seguido de São Félix do Tocantins, as piores infraestruturas, instalações e equipamentos para atendimento ao turismo.

No documento, apresentaram-se as proposições em sete eixos temáticos que será exposto, de modo geral, o conteúdo de cada um deles. Veja-se:

- Apoio Institucional;
- Capacitação profissional;
- Envolvimento das comunidades receptoras;
- Medidas mitigadoras de impactos;
- Ordenamento espacial;
- Infraestrutura básica;
- Meios de hospedagem e equipamentos turísticos.

Apoio institucional - se refere ao fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais, responsáveis pelo desenvolvimento do turismo na região. No estado, ainda não se têm políticas públicas com vistas ao ordenamento do setor, sendo, portanto, sugeridos pelo plano:¹²⁷

- O fortalecimento da gestão e articulação institucional, por meio da formação de um grupo gestor, capaz de coordenar os órgãos de planejamento, meio ambiente e turismo, o setor privado, as ONGs, as universidades e as comunidades locais;
- A definição de mecanismos que possibilite o repasse de parte dos benefícios econômicos do ecoturismo aos órgãos encarregados da administração e conservação das áreas protegidas, mediante esquemas tarifários diferenciados (cobrando mais dos turistas e não cobrando ingresso dos visitantes residentes nas localidades e a aplicação de concessões ao setor privado que fornece os serviços e equipamentos turísticos);

¹²⁷ SEPLAN. Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo do Pólo do Jalapão. Palmas-TO, 2002, p. 17

- Fortalecer os órgãos estaduais de fomento ao turismo e de proteção ambiental, instituindo-se departamentos de planejamento, pesquisa e desenvolvimento do ecoturismo em cada um deles.

Capacitação profissional – adoção de programa de melhoria na qualidade da oferta turística, por meio do desenvolvimento de ações específicas para informação, qualificação, formação e sensibilização dos diversos segmentos da sociedade (população tradicional, técnico operacional, empreendedor e gestores), respeitando-se os interesses e as funções a serem desempenhadas por cada um.¹²⁸

Envolvimento das comunidades receptoras – as comunidades receptoras constituem um segmento importante no processo produtivo do (eco)turismo, estimulando o seu envolvimento, seja como empresários – de micro ou pequeno porte, seja como operadores de nível técnico e básico da atividade. Então, apostam que a comunidade terá um controle significativo da atividade, um envolvimento com a implantação e a gestão da atividade e uma garantia de que uma parcela significativa dos rendimentos permaneça na localidade.¹²⁹

Medidas mitigadoras de impactos - sugerem que o controle ambiental requer um programa de educação para informar, sensibilizar, educar, capacitar e treinar os atores envolvidos – empresários, autoridades, trabalhadores, população local e turistas. E apresentam medidas mitigadoras dos impactos da visitação ao meio físico, na fauna silvestre, de caráter sanitário e na cultura local. Sendo os principais relativos ao tráfego de veículos dentro das áreas protegidas, a concentração de turistas nos atrativos, a retirada de material para manutenção das estradas, a disposição de resíduos sólidos, controle da poluição hídrica por lançamento de efluentes, a retirada de plantas exóticas ao vandalismo, à alimentação de animais silvestres, e a inclusão e o respeito aos valores culturais das comunidades tradicionais.¹³⁰

Ordenamento espacial – este tem o propósito de interligar os quatro municípios e seus atrativos por meio de um sistema de acessos rodoviário e aeroportuário e de serviços que atendam a visitação. O eixo rodoviário que corta os quatro municípios (TO-255, TO-110 e TO-030), além de ligar as principais cidades e atrativos da região, atravessa locais de grande beleza cênica, o que sugere que a alça, inicia-se em Novo Acordo e termina em Ponte Alta (ou o inverso). Neste trecho propôs-se a construção de uma *estrada cênica*, com

¹²⁸Idem, pp.18-19

¹²⁹Idem, pp.21-23

¹³⁰Idem, pp.24-28

características diferenciadas que permitam ao turista usufruir plenamente das paisagens, mesmo durante os deslocamentos entre destinos. Eis as idéias apresentadas para tal:¹³¹

- Melhorar as condições de tráfego das rodovias, por meio da implantação e recuperação destas, adequação ambiental das obras de modo a evitar os processos erosivos e o impacto da circulação de veículos sobre a fauna, implantação de sinalização rodoviária, direcional e turística;
- Implantar infraestrutura turística destinada ao apoio aos roteiros turísticos, por meio da implantação de pontos de apoio ao turista, fixação de mirantes, belvederes, equipamentos de lazer, pontos de parada com concessão de serviços de alimentação, posto de gasolina e outros;
- Inserir portal no início e fim do trecho que cruza o parque estadual;
- Estabelecer novo trajeto de ligação aos atrativos da região, com o intuito de facilitar o acesso ao Rio Novo pelos municípios de Novo Acordo e São Félix do Tocantins e contribuir com a implantação de roteiros de *rafting*.
- Implantar aeroporto regional em Mateiros, por ser o município que concentra mais atrativos.

Infraestrutura básica - as diretrizes e recomendações para a melhoria da infraestrutura básica dos municípios incluídos nos roteiros foram sugeridas com vistas a melhorar as condições da qualidade de vida dessas populações e preparar as localidades para o aumento do fluxo de visitantes, o que poderá ocasionar impactos sobre a qualidade das águas da região, constituídas por:¹³²

- Melhoria dos serviços de saneamento básico, através de estudo sobre o potencial das fontes superficiais e subterrâneas de cada local para o abastecimento de água, e de sua susceptibilidade a problemas como poluição, redução de volume etc.; e do tratamento adequado dos efluentes e dos resíduos sólidos;
- Melhoria dos sistemas de telecomunicações, muito precário em todos os municípios, principalmente, Mateiros e São Félix do Tocantins.

Infraestrutura e equipamentos urbanos - as intervenções urbanas previstas visam melhorar a qualidade de vida de suas populações e ainda aumentar a atratividade e as opções de lazer para os visitantes, que deverão hospedar-se nas cidades onde se concentra boa parte dos equipamentos e serviços turísticos da região. Nesse diapasão, ressaltou-se que o modo de vida das populações locais constitui um atrativo complementar aos atrativos

¹³¹ Idem, pp.93-99

¹³² Idem, p.100

naturais, o que gera bastante interesse entre ecoturistas. O sentido das intervenções, portanto, é o de criar condições para que este contato ocorra, e também de evidenciar os aspectos pitorescos do modo de vida local a partir do resgate da cultura regional, sendo, assim, definidos:¹³³

- Recuperação de praças e espaços públicos – contribuindo como fator dinamizador das relações socioeconômicas locais, estimulando o surgimento de novos equipamentos privados, como bares, restaurantes, lojas de artesanato e outros;
- Tratamento e restauração das fachadas de casas, estabelecimentos comerciais e públicos voltados para as ruas e passeios, a partir de elementos tais como pequenos reparos, pintura, arborização e paisagismo, de maneira a valorizar o conjunto urbano esteticamente;
- Implantação de centros de recepção aos visitantes para cada uma das quatro cidades prioritárias, sugerindo-se que os locais devam ser determinados de maneira a se integrarem aos espaços públicos recuperados, como praças e passeios à beira-rio, servindo como ponto de referência para os visitantes que poderão obter informações sobre os atrativos, serviços turísticos, e contratar guias para acompanhamento nos roteiros;
- Transformação da cidade de Mateiros em uma vila de ecoentretenimento, concentrando centros de pesquisa e de reintrodução de animais silvestres, museu, local de eventos, feira de artesanato e exposições de artistas lugareiros, locais para degustação de comida típica, viveiros de mudas medicinais e terapêuticas. O acesso aos atrativos se dará a partir da vila por meio de guia e controlado por *vouchers*.

Meios de hospedagem e outros equipamentos – sugeriu-se que a implantação de meios de hospedagem, alimentação e outros equipamentos e serviços turísticos deve partir da iniciativa privada, sendo atribuído ao poder público o fomento ao desenvolvimento dessas atividades, por meio de: determinação de critérios adequados para a maneira como deve acontecer; disponibilização de instrumentos facilitadores à inserção das comunidades e de empreendedores no processo; recomendações de melhores práticas na implantação física dos equipamentos e de programas de conscientização e capacitação de mão-de-obra

¹³³ Idem, pp.101-105

que permitam elevar o nível da qualidade do atendimento ao visitante. Dentre os instrumentos de estímulo à implantação de equipamentos turísticos, citaram-se:¹³⁴

- Suporte técnico;
- Sistema de microcrédito a pequenos empreendedores;
- Controle das intervenções, através de mecanismos descentralizados que podem ter o caráter de licenciamento das atividades, de novas construções etc., devendo seguir critérios exclusivamente técnicos;
- Recomendações de melhores práticas na implantação de equipamentos turísticos.

Somando-se as proposições aos sete eixos temáticos, tanto para controlar o acesso aos atrativos e minimizar o impacto da visitação, como reverter os benefícios do fluxo de visitantes às comunidades locais, recomendou-se, no Plano, que a visitação se condicione à presença de guias locais, que teriam, nos centros de recepção, uma base de operações. No documento, a localização destes centros nas cidades existentes favoreceria o seu desenvolvimento e evitaria, ainda, a implantação de receptivos nos acessos a cada atrativo - onerosa e indesejável - do ponto de vista ambiental e de manutenção do aspecto selvagem destes.

4.1.3 Indicadores de análise revelados no plano de desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão

A partir das categorias de análise da convergência e divergência dos instrumentos políticos públicos de proteção ambiental e do ecoturismo, apresentados na tabela 1.7, expor-se-ão as proposições do plano de desenvolvimento do ecoturismo da região do Jalapão. A compilação das proposições do plano tem em vista a análise comparativa com as proposições do de uso público do plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão, a ser apresentada no item 4.2 e em seguida analisada no capítulo 5.

Na compilação, consideraram-se as proposições apresentadas no item 4.1, especificamente, as mostradas nos sete eixos temáticos. Entretanto, vale ressaltar que se expuseram as proposições destes, apresentados anteriormente, de modo sistemático, mas tão-somente com os elementos centrais tratados no instrumento analisado. No caso, objetiva-se salientar as diretrizes norteadoras de cada eixo temático, em especial, aos que tratam da infraestrutura e meios de hospedagem do plano, por serem uma das principais preocupações quanto à operacionalização de qualquer destino, destacando-se apenas os elementos principais que têm caráter de uma diretriz geral.

A Tabela 4.2 sintetiza ainda mais estas proposições e apresenta, resumidamente, a sua idéia central. Neste momento, o intuito é o de mostrá-las e, reforçando o já mencionado,

¹³⁴ Idem, Ibdem

de compará-las no capítulo 5 com as diretrizes indicadas na tabela 1.6 e as proposições do plano de uso público do plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão.

Tabela 4.2: Apresentação das proposições do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão por categoria de análise

PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Transformar a região do Jalapão em destino para o Ecoturismo.
<p>Recursos naturais protegido-explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Oito recursos naturais: Cachoeira da Velha, praias no Rio Novo, corredeiras do Rio Novo, Dunas, Serra do Espírito Santo, Fervedouro, Cachoeiras do córrego Formiga, Vale das Araras.
<p>Medidas de proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Controle ambiental por meio da definição de medidas mitigadoras dos impactos da visitação ao meio físico, à fauna silvestre, de caráter sanitário e à cultura local; – Recuperar as estradas vicinais de modo a reduzir as trilhas alternativas para os atrativos.
<p>Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – A ser estabelecido na medida mitigadora dos impactos
PROTEÇÃO AOS RECURSOS CULTURAIS
<p>Recursos culturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Comunidade Mumbuca
<p>Medidas de proteção dos recursos culturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não definidos.
<p>Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não definidos.
USO DOS RECURSOS NATURAIS
<p>Destinação de áreas específicas para visitação pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Os oitos recursos naturais explorados.
<p>Tipos de atividades permitidas ou sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atividades relacionadas ao ecoturismo, destacando-se o rafting no Rio Novo.
<p>Controle de uso por atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Visitação guiada e capacidade de carga.
<p>Medidas de redução de impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Adoção de melhores práticas na implantação física dos equipamentos, licenciamento das atividades e implantação de um programa de educação ambiental.
GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS
<p>Sistema de cobrança e condição de exploração econômica:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Implantação de bilheteria nos portais de acesso e centro de atendimento ao turista.

... continuação da tabela 4.2

GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS
Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios: <ul style="list-style-type: none">– Repasse de parte dos benefícios econômicos do ecoturismo aos órgãos encarregados da gestão das áreas protegidas, mediante esquemas tarifários diferenciados.
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
Objetivo do programa de educação ambiental: <ul style="list-style-type: none">– Adoção de programa de melhoria na qualidade da oferta turística;– Implantação de programas de conscientização e capacitação de mão-de-obra;– Controle ambiental da visitação pública.
Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública: <ul style="list-style-type: none">– Estabelecimento do programa de educação ambiental como medida de controle ambiental da visitação pública.
Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários): <ul style="list-style-type: none">– Informação, qualificação, formação e sensibilização dos diversos segmentos da sociedade.
PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL E DOS ATORES ENVOLVIDOS
Universo da população local e atores envolvidos: <ul style="list-style-type: none">– <i>Trade</i> turístico (composto também pelo microempresário da comunidade receptora) e poder público.
Meios de participação: <ul style="list-style-type: none">– Controle da atividade;– Envolvimento com a implantação e gestão da atividade;– Visitação condicionada à presença de guias locais;– Disponibilização de instrumentos facilitadores à inserção das comunidades e de empreendedores no processo, por meio do suporte técnico e sistema de microcrédito a pequenos empreendedores.
Temporalidade da participação: <ul style="list-style-type: none">– Contínuo.
Delegação de papéis por universo da população: <ul style="list-style-type: none">– <i>Trade</i> Turístico – na oferta turística;– Poder público – na articulação institucional, no controle e ordenamento da atividade.
COOPERAÇÃO E APOIO INSTITUCIONAL
Medidas de articulação institucional: <ul style="list-style-type: none">– Formação de um grupo gestor.
Meios de cooperação e apoio institucional: <ul style="list-style-type: none">– Institucionalização de departamentos de planejamento, pesquisa e desenvolvimento do ecoturismo nos órgãos estaduais de fomento ao turismo e de proteção ambiental.

4.2

PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO

O plano de uso público é parte integrante do plano de manejo de UC. De acordo com o Guia do Chefe do IBAMA, o programa tem o fito de ordenar, orientar e direcionar o uso da UC pelo público, promovendo o conhecimento do meio ambiente como um todo. O mesmo documento estabelece, para o caso dos parques nacional-estaduais, dois subprogramas, um de Recreação e outro de Interpretação e Educação Ambiental. O primeiro visa estabelecer e ordenar as atividades de recreação e lazer que o público pode desenvolver na UC, com vistas ao enriquecimento das experiências de caráter ambiental, e o segundo, organizar e executar serviços para transmitir aos visitantes conhecimentos e valores do patrimônio natural-cultural da UC.

O plano de Uso Público do Parque Estadual do Jalapão apresenta o relatório técnico referente ao diagnóstico e às propostas para o uso público no PEJ, estabelecendo normas, que devem presidir o manejo, e incluindo propostas para a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão das atividades de visitação, pesquisa, conscientização ambiental e relações públicas na unidade.

Contudo, de acordo com a Lei do SNUC (9.985/2000), por meio do zoneamento definido no Plano de Manejo, definem-se as áreas destinadas ao plano de uso público.

4.2.1 Zonas de uso

O plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão, entre outras coisas, instituiu, de acordo com a Lei do SNUC (9.985/2000), o seu zoneamento. O documento também propõe a redução da área do parque e estabelece oito zonas de manejo distinto. A proposta de redução dos limites do parque se baseia nas reivindicações das comunidades residentes em seu interior, acarretando, como sugestão por parte do plano, na modelagem do parque que consiste na transformação da área destas comunidades em Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

O zoneamento¹³⁵ proposto se estende por toda área atual do PEJ, sem desconsiderar a nova modelagem, compreendendo as seguintes zonas: (Mapa 14)

- intangível;
- primitiva;

¹³⁵ De acordo com o Plano de Manejo do PEJ, o zoneamento é a definição e delimitação de setores ou zonas no PEJ com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os seus objetivos possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

- de uso extensivo;
- de uso intensivo;
- de uso especial;
- de ocupação temporária;
- de uso conflitante;
- de amortecimento.

Zona intangível – engloba parte da área da Serra da Muriçoca, situada na interface da Serra do Jalapão a oeste do PEJ; a Serra da Jalapinha a oeste do PEJ; a Serra do Espírito Santo ao sul do PEJ e os fervedouros do Ribeirão Brejão (Soninho), desde o seu delta com o Córrego da Formiga até o delta com o Córrego Canafista, a leste-nordeste do PEJ. Na zona, a primitividade da natureza deve permanecer a mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já se permitem atividades humanas regulamentadas. A zona intangível tem como objetivo garantir a proteção integral dos ecossistemas e recursos genéticos e naturais nela contidos, o monitoramento ambiental e a pesquisa com restrições, sendo proibida a degradação ambiental; o tráfego de veículos; o acesso de pessoas sem autorização; a instalação de infraestrutura, e assegurar a proteção dos ecossistemas, da primitividade dos ambientes e da qualidade dos recursos hídricos.

Zona primitiva – localiza-se na transição entre a Zona Intangível e a de Uso Extensivo, sendo aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, com espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. A zona objetiva favorecer a proteção e preservação da zona intangível correspondente e a pesquisa científica em ambientes bem protegidos; possibilitar a realização de atividades de uso público bastante restritivas e controladas, que não promovam alterações ambientais significativas, além de pesquisas e fiscalização. Ela se localiza numa faixa ao redor da zona intangível das serras da Muriçoca, Jalapinha e do Espírito Santo e os fervedouros do Ribeirão Brejão. Não se permitem quaisquer instalações de infraestrutura e tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais e voltadas à proteção do PEJ.

Zona de uso extensivo – localiza-se na transição entre a Zona Primitiva e a de Uso Intensivo, constitui-se em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração antrópica. O intuito da zona é o de manter um ambiente natural com mínimo impacto humano, oferecendo acesso às atividades de turismo controlado, proteção, pesquisa, monitoramento e educação ambiental. A zona atinge todo o perímetro do Parque e envolve todas as zonas intangíveis e primitivas, além das demais a serem descritas adiante. Alguns atrativos turísticos estão inclusos nesta zona, como a região das Dunas.

Permitir-se-á, nela, a instalação de equipamentos e infraestrutura simples para recreação e interpretação dos recursos naturais e o trânsito de veículos de baixa velocidade (máximo de 40km/h).

Zona de uso intensivo – constitui-se de três áreas naturais ou alteradas pelo homem. Os ambientes devem-se manter o mais próximo possível do natural, devendo conter centro de visitantes, museus, facilidades e serviços. A primeira área ocorre ao longo das estradas e das instalações da Fazenda Triago (antiga Pousada Jalapão) envolvendo a sede e a infraestrutura existentes na Cachoeira da Velha e Prainha do Rio Novo. A segunda se relaciona à região ao redor da ponte do Rio Novo na rodovia TO-255, cujas margens abrigam praias intensamente visitadas e utilizadas para o *camping* e a recreação, tais atividades necessitam de controle e fiscalização. A terceira envolve a estrada Mateiros-São Félix (TO-110) no trecho que atravessa o PEJ e toda a região do Carrapato e Formiga que dá acesso às cachoeiras do Formiga e do Vicente e ao Fervedouro. O objetivo da zona é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio. Nela, a instalação e utilização de infraestrutura subordinar-se-ão à capacidade de suporte estabelecida para si. As atividades devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza, todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente. O trânsito de veículos será feito a baixas velocidades (máximo de 40km/h), os esgotos deverão receber tratamento suficiente, priorizando o uso de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental, e os resíduos sólidos gerados deverão ser acondicionados separadamente, recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para tanto, fora da UC.

Zona de uso especial - engloba as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Destina-se a centralizar a administração e os serviços do PEJ, comportando sede administrativa, residências e alojamentos para receber funcionários e pesquisadores; centralizando, também, todas as atividades de pesquisa e monitoramento, além dos aceiros que circundam todo o PEJ e portarias e postos de fiscalização sugeridos para o Parque.

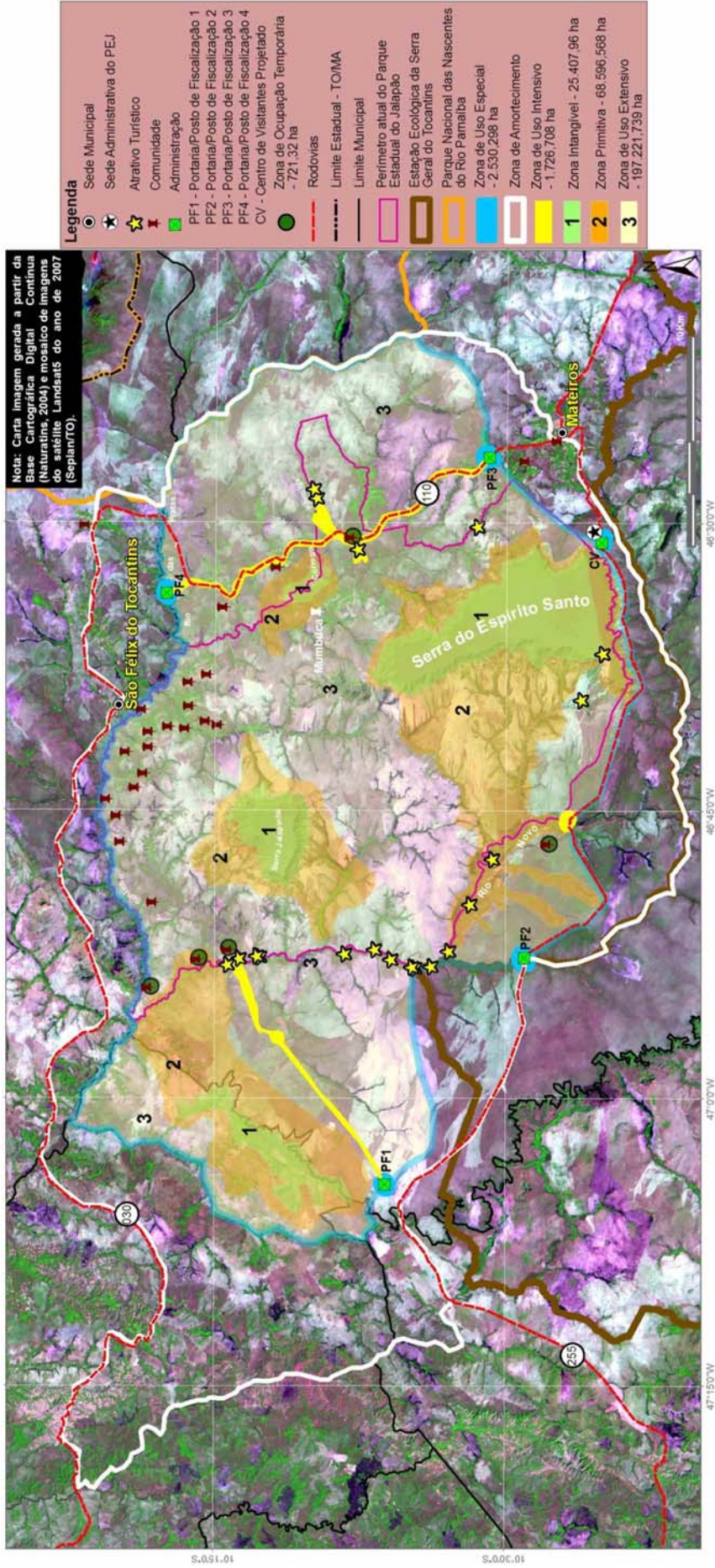
Zona de ocupação temporária – há, no PEJ, áreas onde se concentram populações humanas residentes e as de uso dos povoados Mandacaru, Capão do Modesto, Lajeado, Rio Novo (ponte) e Carrapato. Uma vez remanejada a população, aquela área incorporar-se-á a uma das Zonas Permanentes, a destinada às atividades de fiscalização, proteção, educação ambiental e de uso sustentável pelas populações residentes, conforme normas específicas.

Zona de uso conflitante – localiza-se na unidade de conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação do PEJ, conflitam com os objetivos de

conservação da área protegida, ocupadas por empreendimentos de utilidade pública como linhas de transmissão, antenas, estradas e outros. Os objetivos desta zona são os de contemporizar as situações existentes, estabelecendo-se procedimentos que suavizem os impactos sobre o PEJ, e de minimizar o impacto da implantação ou o desenvolvimento das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da UC. Esta zona consiste em uma faixa de 50 a 100m de largura que acompanha as estradas e suas respectivas faixas de domínio e as linhas de transmissão de energia que seguem os mesmos percursos.

Zona de amortecimento - Segundo a lei do SNUC, em seu art. 2º, todas as atividades humanas da zona de amortecimento de uma UC se sujeitam às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre si. A zona se estabeleceu acompanhando as estradas TO-110 e TO-255, o PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba e algumas ocorrências geográficas como o Rio das Pratas, e a Serra da Muriçoca (falha de Lizarda), cuja área engloba parte de três municípios, Mateiros, São Félix e Novo Acordo. Consoante esta delimitação, o perímetro da ZA teria 272,5km e sua área seria de 404.077 hectares.

Mapa 14: Zoneamento do Parque Estadual do Jalapão



4.2.2 Proposta de uso público

O plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão possui uma proposta de ordenamento da visitação pública na unidade, por meio do plano de uso público. A proposta estabelece ações gerenciais em áreas específicas do parque que se constituem por um grupo de atrativos com vocação para as ações de conscientização ambiental, visitação, recreação e lazer, sujeitas à intervenção e implantação de infraestrutura e serviços turísticos. Ao todo, identificaram-se oito áreas estratégicas, sendo três externas, localizadas nas cidades de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros e São Félix do Tocantins, e cinco internas, nos atrativos. (Mapas 19 e 20)

As ações gerenciais gerais definidas para as áreas estratégicas são voltadas para o estabelecimento das diretrizes que deverão orientar as ações de manejo do uso público, elas se estabeleceram conforme as características dos turistas, a sazonalidade da atividade turística, bem como pela análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades do turismo, identificados nas oficinas de planejamento do processo de elaboração do plano de manejo. Na tabela 4.3 pode-se perceber que os cinco tipos de turistas identificados visitam o parque no período de estiagem das chuvas, que ocorre nos meses de junho a setembro, e nos feriados prolongados.

Tabela 4.3: Características dos visitantes e período de visitação

Características do visitante	Período de visitação
Visitantes com carros 4X4 - vêm ao Jalapão em busca de aventuras <i>off-road</i> e frequentam os atrativos.	No período de estiagem das chuvas e nos feriados prolongados.
Visitantes regionais - utilizam normalmente veículos sem tração e se concentram às margens do Rio Novo, nas imediações da estrada.	No período de estiagem das chuvas e nos feriados prolongados.
Visitantes que vêm em ônibus e moto (mochileiros).	No período de estiagem das chuvas e nos feriados prolongados.
Turistas realizando viagens tipo “safári fotográfico” organizadas pela Korubo Expedições.	Durante todo o ano com predominância no período de estiagem das chuvas.
Praticantes de rafting no Rio Novo - circulam pelo Jalapão em transporte da empresa 4 Elementos, realizam a descida do Rio Novo até a Cachoeira da Velha em três dias, com pernoite em camping selvagem à margem do rio.	No período de estiagem das chuvas, iniciando na segunda quinzena de maio e terminando no feriado de 7 de setembro.

Fonte: SEPLAN (2004), pp. 12-13.

Em análise aos pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças apresentadas no plano de uso público (descritos na Tabela 4.4), no parque, a diversidade e a singularidade de atrativos, aliados à densidade populacional e à inserção em polos estratégicos para o desenvolvimento do turismo se apresentam como ponto favorável ao desenvolvimento da visitação pública na UC. Contudo, os seus atrativos ainda não estão preparados para atender os visitantes, pois não possuem infraestrutura e mão-de-obra adequada. O Parque, por se inserir na região do Jalapão e concentrar os principais testemunhos naturais e culturais no seu interior e entorno, apresenta-se como um potencial

para atração de visitantes. Aglutina-se a isso a atuação do poder público estadual e de algumas operadoras na promoção do turismo na região. Mesmo com atuações ainda incipientes, estes dois atores atraem turistas por meio da mídia e corroboram com a visitação desordenada, considerada uma das principais ameaças às características naturais do PEJ.

Tabela 4.4: Análise dos fatores internos e externos do turismo no Parque Estadual do Jalapão

Análise dos fatores internos		Análise dos fatores externos	
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade e singularidade de atrativos turísticos; - Capacidade de promover desenvolvimento regional; - Singularidade de atributos especiais; - Constitui-se em um importante polo turístico do estado, reconhecido e inserido num planejamento regional e integrado a outros polos (Palmas e Cantão); - A baixa densidade demográfica e o fluxo ainda incipiente de turistas dão ao Jalapão a aura de ambiente selvagem e inexplorado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência de infraestrutura para visitação e pesquisa; - Insuficiência de mão-de-obra qualificada para gestão do uso público; - Falta de informação e orientação aos visitantes; - Desconhecimento e dúvidas em relação aos limites do Parque; - Baixo aproveitamento do potencial de uso público; - Educação ambiental deficiente; - Inexistência de políticas para concessão de serviços de uso público; - Grandes distâncias entre os principais atrativos; - Inexistência de estudos sobre capacidade de carga para exploração dos atrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do potencial dos atrativos turísticos; - Crescimento e valorização do turismo como negócio nos municípios do entorno; - Fluxo de visitantes em crescimento, com predominância de visitantes com boa escolaridade e nas faixas superiores de renda; - Distância e diversidade entre atrativos: exige-se permanência na região e favorece o desenvolvimento de alternativas de renda para os municípios no setor de serviços; - Consciência e interesse do poder estadual do potencial da região para o desenvolvimento de atividades turísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação desordenada; • Sistema de transportes e acessos ao Parque deficientes; • Ordenamento e qualificação da oferta turística nos municípios deficientes; • Ausência de programas de educação ambiental; • Falta de capacidade empreendedora da população local; • Perda de identidade cultural das populações do entorno; • Aumento na divulgação das unidades na mídia sem a estrutura adequada para visitação; • Desenvolvimento ecoturístico sem a prévia solução dos problemas de saneamento básico, tanto nos atrativos como nos centros urbanos.

Fonte: SEPLAN (2002), pp. 31-33.

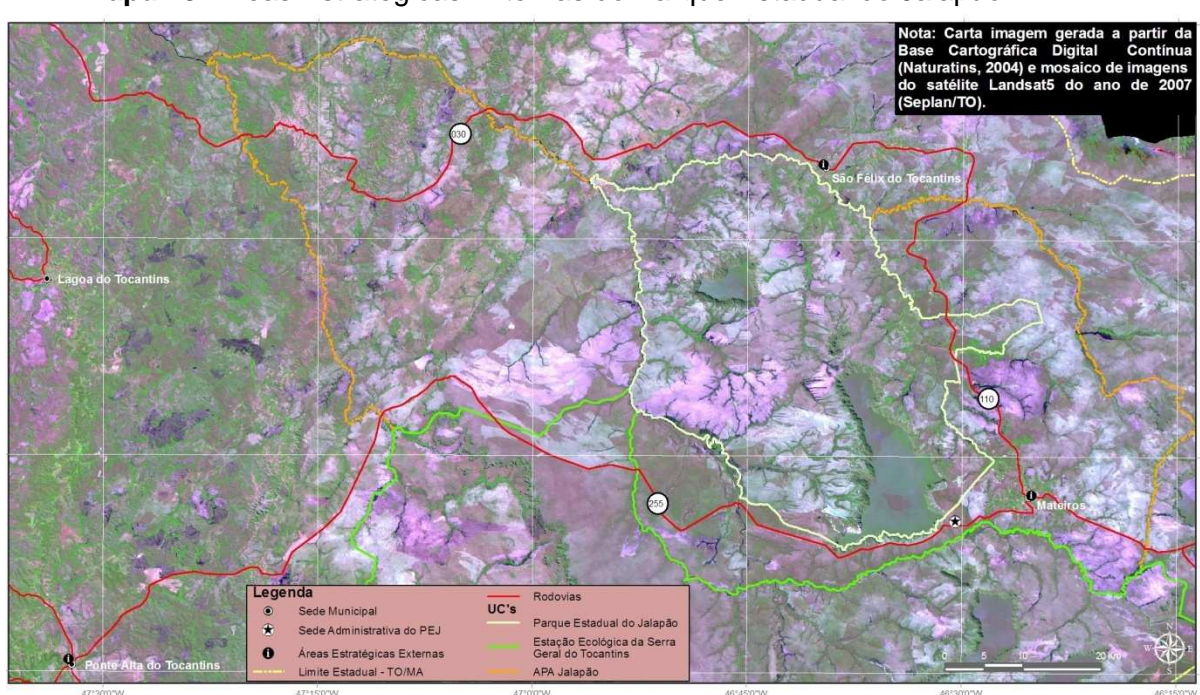
Como resultado da análise dos fatores internos e externos da visitação pública, construíram-se diretrizes no intuito de aproveitar melhor as oportunidades oferecidas pela prática do turismo no parque e enfrentar ou neutralizar os conflitos no uso dos seus recursos naturais, são elas:

- Diversificação de opções e qualificação de serviços e produtos para Uso Público e de Educação e Interpretação Ambiental;
- Capacitação de fornecedores de serviços e produtos para Uso Público;
- Informação interpretativa, orientadora e sinalizadora para Uso Público no entorno, nas áreas estratégicas e região de influência;
- Realização de parcerias para implementação de Uso Público;
- Normatização e regulamentação do serviço de condutores dentro do Parque e das atividades de Uso Público (capacidade de carga, programação etc.);
- Diversificação de opções e parcerias para a realização de atividades de Educação e Interpretação Ambiental no Parque;
- Apoio à divulgação e parcerias para incentivar o empreendedorismo local no entorno do parque;
- Divulgação de oportunidades de negócios compatíveis no interior e entorno dos Parques;
- Produção e distribuição de material didático-ambiental para comunidades do entorno e estímulo à organização e ao associativismo;
- Desenvolvimento conceitual para estrutura e equipamentos de apoio à Educação Ambiental no entorno (Centros Temáticos);
- Plano de Concessões (com atratividade/viabilidade e contrapartidas definidas: Infraestrutura de Uso Público e outros) e terceirização de operação do Uso Público;
- Implementação e fortalecimento do Conselho Consultivo;
- Implantação de estrutura para pesquisadores através de convênios com instituições de pesquisa;
- Contrapartida das pesquisas voltadas para programas de divulgação científica (palestras, conteúdo para mídia de divulgação científica etc.); monitoramento (desenvolvimento de metodologias, dados etc.); Educação Ambiental; etc.;
- Implementar Banco de Dados com sistema de monitoramento;
- Priorizar pesquisas voltadas para avaliar impactos ambientais do uso público.

Áreas estratégicas

Identificaram-se as áreas estratégicas, supramencionadas, em externas e internas. Aquelas se referem aos centros temáticos a serem construídos nas cidades de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros e São Félix do Tocantins, consideradas cidades receptoras. (Mapa 15)

Mapa 15: Áreas Estratégicas Externas do Parque Estadual do Jalapão



De acordo com o plano de uso público, os Centros Temáticos consistem em centros de interpretação ambiental (atributos naturais e histórico-culturais da região), capazes de receber os turistas ainda no entorno do Parque, preparando-os para um melhor aproveitamento da visita e direcionando-os aos atrativos, roteiros e atividades disponíveis pelo plano de uso Público. Os centros contribuirão para estimular o desenvolvimento de serviços e produtos turísticos ambientalmente amigáveis, concentrando o acesso direto ou indireto aos fornecedores (transporte, hospedagem, alimentação, condução interpretativa e/ou especializada, reservas, produtos locais e/ou de apoio, estacionamento permanente e outros serviços), funcionando, também, como plataforma para treinamento, capacitação e educação ambiental.¹³⁶

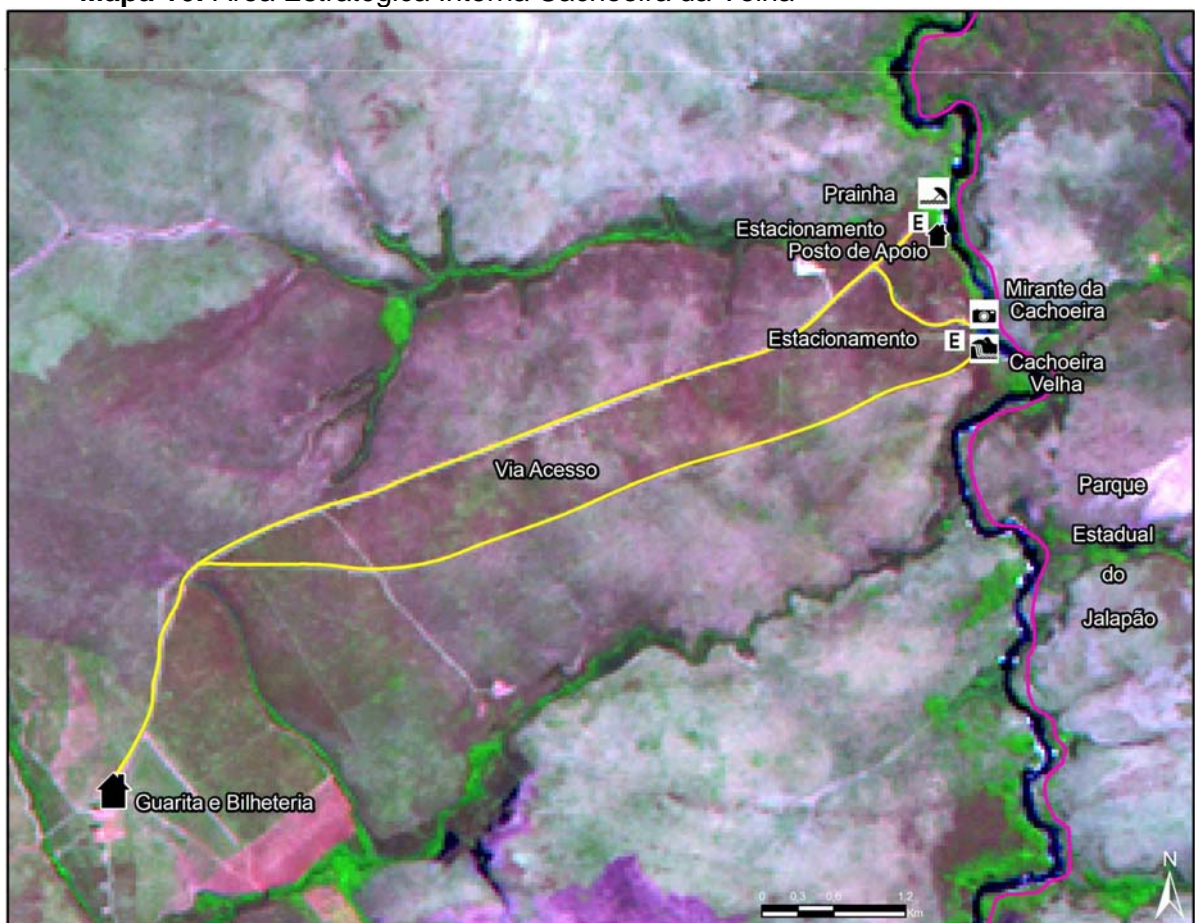
As áreas estratégias internas do Parque Estadual do Jalapão localizam-se nos principais atrativos turísticos da unidade de conservação: Cachoeira da Velha, Rio Novo, Serra do Espírito Santo, Dunas, Córregos Carrapato e Formiga e Vale das Araras. Com o

¹³⁶ Seplan: 2004, p. 90.

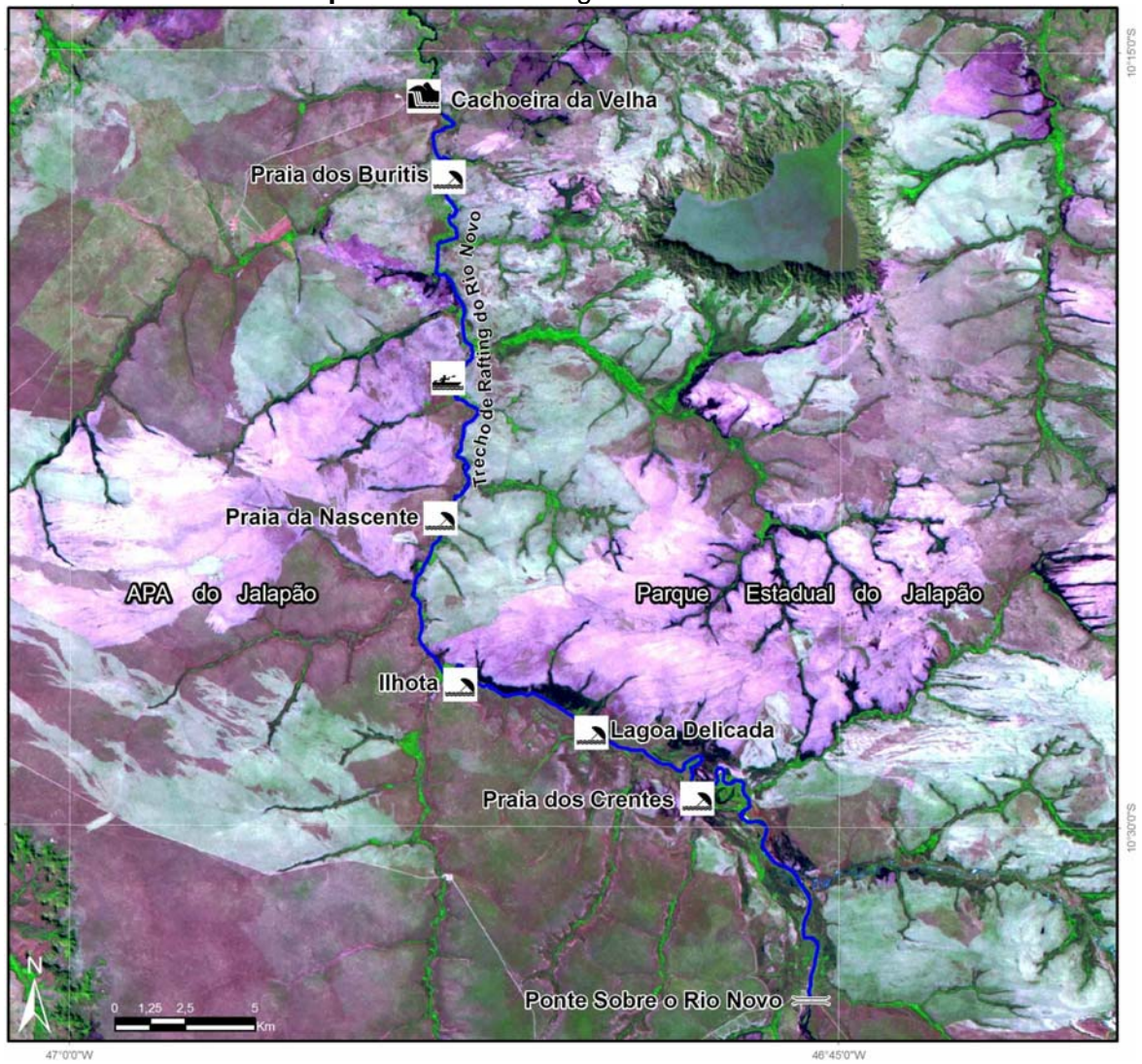
intuito de formar produtos distintos para a visitação no parque, reuniram-se estes atrativos em cinco grupos, desta forma:

- O primeiro se situa na zona de uso intensivo, sendo formado pelos atrativos do Rio Novo nas imediações da Cachoeira da Velha; (Mapa 16)
- O segundo se refere às atividades interligadas ao *rafting* no Rio Novo situado em uma pequena parte na zona de uso intensivo, na zona de uso primitivo e na de uso extensivo; (Mapa 17)
- O terceiro, aos atrativos conjugados da Serra do Espírito Santo e das Dunas. A serra está dentro das zonas de uso intangível e primitiva e as Dunas na zona primitiva; (Mapa 18)
- O quarto, aos atrativos compreendidos entre os Córregos Carrapato e Formiga, que envolvem a Cachoeira do Formiga e o Fervedouro, inseridos na zona de uso intensivo; (Mapa 19)
- O quinto, ao vale das Araras nas proximidades da Serra do Espírito Santo na zona de uso extensivo. (Mapa 20)

Mapa 16:  rea Estratégica Interna Cachoeira da Velha



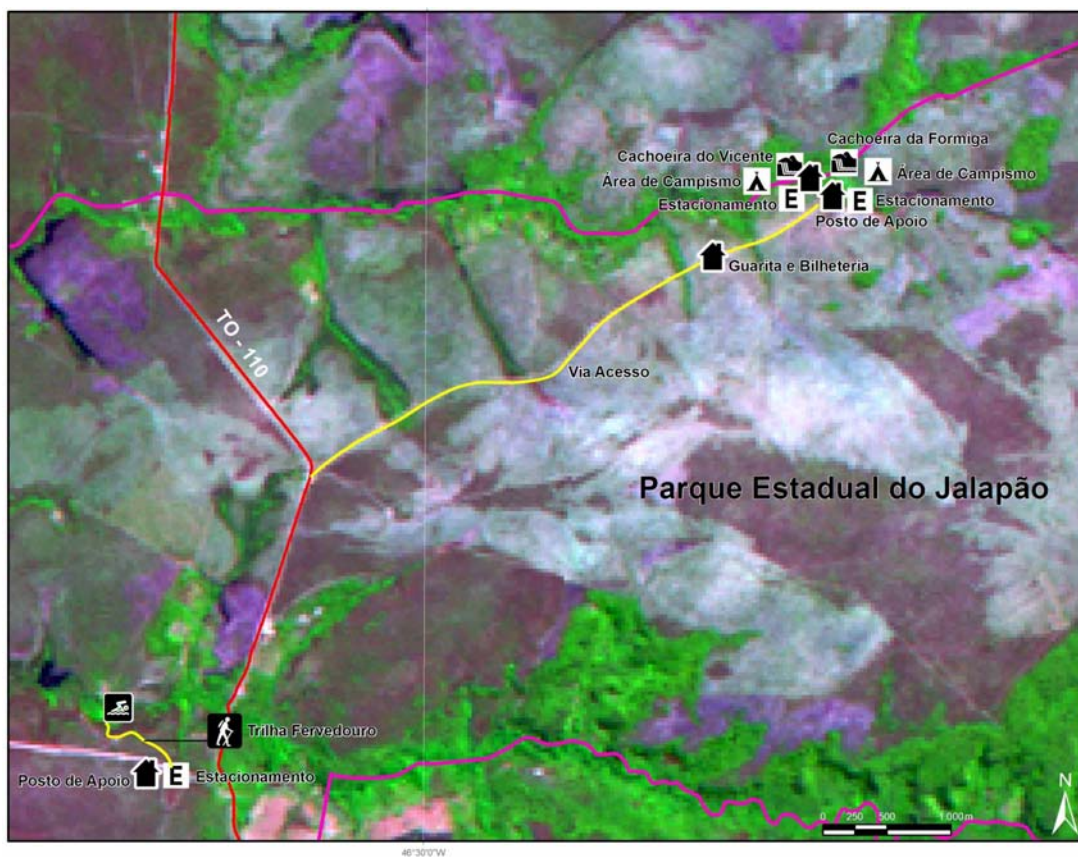
Mapa 17: Área Estratégica Interna Rio Novo



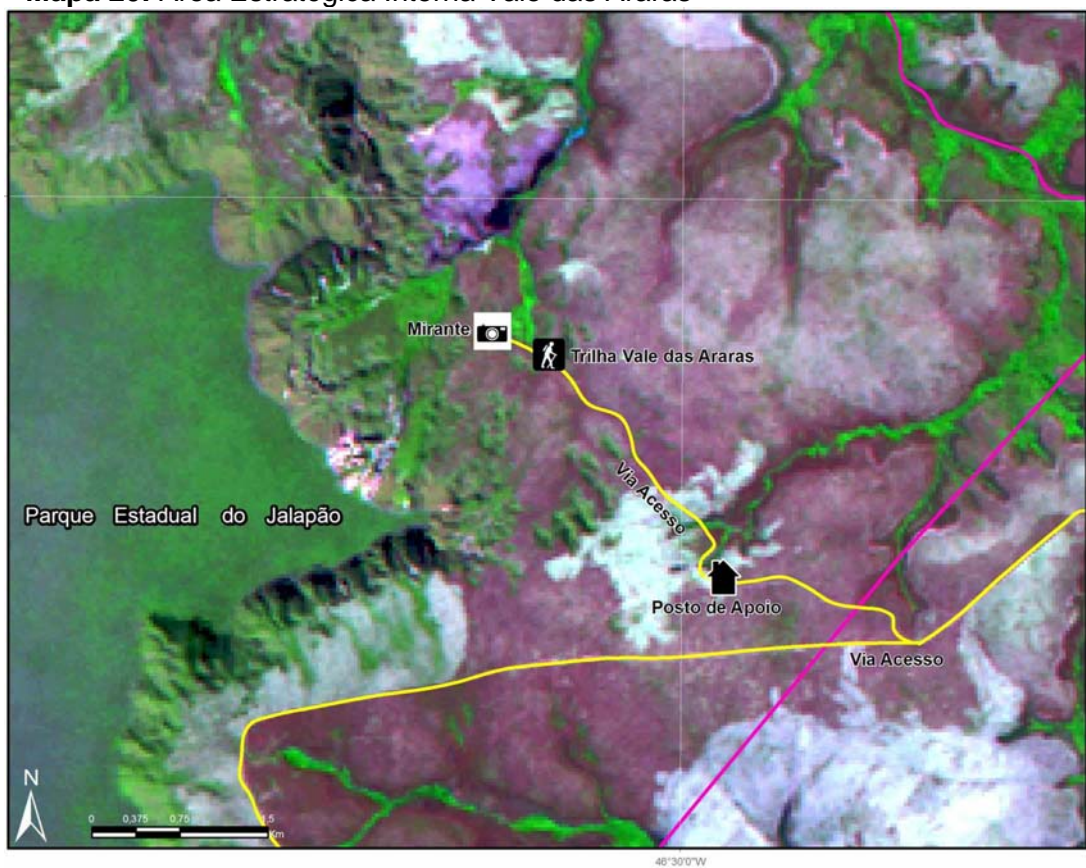
Mapa 18: Área Estratégica Interna Serra do Espírito Santo-Dunas



Mapa 19: Área Estratégica Interna Córregos Carrapato-Formiga



Mapa 20: Área Estratégica Interna Vale das Araras



Devido à distância entre elas, entre 40 a 70km, as três áreas estratégicas Cachoeira da Velha, Espírito Santo – Dunas e Carrapato e Formiga foram consideradas unidades de manejo independentes com estrutura definida para tal, sendo previstas:

- A construção de portaria de entrada com guarita, para o controle de entrada e saída dos usuários e com a implantação de Sistema de Cobrança de Ingresso, integrado ao restante do PEJ;
- A construção de posto de apoio com sanitários, atendimento, lanchonete e áreas de piquenique;
- A realização de estudos de viabilidade para a realização de concessão da operação das atividades de Uso Público na área, de acordo com as orientações previstas nas ações gerenciais;
- A implantação de sistema de comunicação, das vias de acesso, do estacionamento, das áreas de descanso e contemplação e de sistema de sinalização;
- A disposição de informação para o atendimento ao turista.
- O plano de uso público estabelece que se façam estudos específicos, com definição da capacidade de carga e localização específicas das estruturas complementares, previstas para cada área, sugerindo para:
 - Área Estratégica Cachoeira da Velha: adequação da sede da antiga Fazenda Triagro e Pousada Jalapão como Centro de Apoio à fiscalização, ao turismo e à pesquisa no PEJ; e implantação do circuito Cachoeira da Velha, incluindo-se a trilha desta, a área de descanso, o mirante da Cachoeira, a trilha da Margem do Rio Novo e a Ponte da Vista Incrível;
 - Área Estratégica Rio Novo: implementação, sob o regime de concessão, do circuito do rafting no Rio Novo.
 - Área Estratégica Espírito Santo – Dunas: implantação do Circuito Dunas do Espírito Santo, com a realização de estudos específicos para a portaria e bilheteria, a via Dunas, o estacionamento, a área de descanso e as trilhas das Dunas e dos Buritis.
 - Área Estratégica Carrapato-Formiga: implantação da trilha na Mata Ciliar.
 - Área estratégica do Vale das Araras: implantação da trilha do Vale das Araras e do Mirante das Araras.

Estratégias propostas

Conforme comentado acima, as ações gerenciais se dividem em internas e externas e se apresentam no plano de uso público em subgrupos de atividades definidas para o manejo e ordenamento da visitação pública. As ações gerenciais internas se referem às áreas estratégicas internas e as ações gerenciais externas às áreas estratégicas externas.

As ações gerenciais gerais internas se subdividem em seis componentes: visitação, educação e interpretação ambiental, relações públicas, operacionalização, proteção e manejo, e pesquisa e monitoramento. E as ações gerenciais gerais externas em cinco componentes: infraestrutura e equipamento, cooperação institucional, integração externa, educação ambiental, incentivo a alternativas de desenvolvimento. Em cada um dos componentes estão definidas as sugestões de manejo do uso público para as áreas estratégicas internas e externas, apresentadas nas tabelas 4.5 e 4.6 e sintetizadas nos seguintes tópicos:

- Integração e diversificação das atividades de uso público e educação ambiental;
- Capacitação, qualificação e treinamento dos atores envolvidos, de modo a contribuir na conscientização para a preservação ambiental e na qualidade dos serviços e produtos turísticos ofertados;
- Elaboração de material promocional (informativo e educativo) para vários meios de veiculação;
- Controle de acesso dos visitantes com obrigatoriedade da condução por guias cadastrados e serviços de cobrança;
- Controle aos riscos de acidentes nas práticas de esportes de aventura;
- Implantação da sinalização interpretativa e informativa;
- Estabelecimento de parcerias com as comunidades do entorno, instituições, centros de pesquisa e ONGs;
- Desenvolvimento de programa, parcerias e campanhas de educação ambiental e sensibilização de formas participativas, sob a coordenação de gestor público capacitado;
- Estabelecimento de sistema de cobrança, normatização e regulamentação dos serviços prestados por concessão, terceirização e parcerias;
- Realização de revisão e manutenção periódica das instalações e monitoração dos impactos da visitação e as condições de uso da infraestrutura do parque;
- Planejamento e implementação de sistema de informação, segurança, fiscalização e monitoramento das atividades de uso público;

- Desenvolvimento de pesquisa para definição da capacidade de carga e divulgação das demais pesquisas realizadas no parque;
- Criação e implementação de estratégia específica para comunicação social com as comunidades do entorno;
- Estimulação à organização, ao associativismo, ao cooperativismo e ao empreendedorismo das comunidades do entorno;
- Promoção de parcerias entre o Conselho Consultivo do Parque e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP (promover sua criação) na gestão das atividades turísticas e recreativas no Jalapão.

Tabela 4.5: Indicações das ações gerenciais gerais internas por componentes

Componentes	Ações Gerenciais propostas para as áreas estratégicas internas
Visitação	<ul style="list-style-type: none"> – Integrar as atividades de visitação definidas nas Áreas Estratégicas Internas (AEI) e Externas (AEE); – Elaborar um guia de procedimentos para as atividades de visitação realizadas no interior dos Parques, contemplando os servidores, funcionários conveniados e condutores; – Promover a capacitação para servidores, funcionários conveniados, condutores de visitantes e concessionários; – Determinar o sistema de cadastro dos condutores de visitantes do PEJ; – Firmar a obrigatoriedade de acompanhamento de condutores de visitantes em todos os atrativos do PEJ; – Exercer rigoroso controle e manejo sobre as atividades de risco exercidas dentro da unidade (rafting, boia-cross, ciclismo, balonismo etc.); – Realizar parcerias e/ou convênios de cooperação técnica para controle e fiscalização das práticas de atividades de risco; – Elaborar e implantar projeto de sinalização indicativa, interpretativa e orientadora de forma integrada e complementar, para uso público no PEJ, conforme as necessidades especificadas nas AEI; – Preparar folheteria de uso público para os visitantes do PEJ; – Organizar e implementar, em parceria, as atividades de uso público subsidiado para as comunidades organizadas nos municípios do entorno do Parque: Mateiros, São Felix do Tocantins, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins; – Estabelecer e implementar sistema de venda de ingressos e pacotes para o Parque, contemplando o que segue.
Proteção e manejo	<ul style="list-style-type: none"> – Planejar e implementar um Sistema de Informações de Uso Público a ser incorporado ao banco de dados da unidade – Projetar e implantar o sistema de fiscalização dos setores de uso público, priorizando áreas com maior fluxo de visitantes e com maior vulnerabilidade ambiental; – Criar um sistema de segurança e monitoramento para o rafting.
Relações Públicas	<ul style="list-style-type: none"> – Elaborar conteúdo para a construção da página do PEJ no site da NATURATINS.
Educação e Interpretação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Dotar o PEJ de um técnico responsável pela coordenação da educação ambiental; – Desenvolver o Programa de Educação Ambiental e as atividades de educação e interpretação ambiental definidas nas Áreas Estratégicas Internas (AEI) e Externas (AEE) de forma integrada; – Elaborar campanhas de educação e orientação específicas para as épocas com maior risco de incêndio; – Oferecer cursos de treinamento, capacitação e reciclagem sobre temas ambientais para técnicos do NATURATINS, da rede escolar e dos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e educação; – Firmar parcerias para a realização de atividades de Educação e Sensibilização Ambiental nas Unidades; – Criar um guia de procedimentos para as atividades de educação e interpretação ambiental no interior do PEJ; – Construir de forma participativa o projeto de educação e interpretação ambiental subsidiadas às comunidades dos municípios do entorno dos Parques, para atuar na interpretação Ambiental, recepção e condução de visitantes; – Organizar calendário de eventos e palestras para moradores do entorno, com a finalidade de despertar a consciência ambiental de cada pessoa, de forma a torná-la um fiscal da natureza; – Desenvolver campanhas para sensibilizar a população local no sentido de colaborar com a gestão do Parque por meio de denúncias telefônicas sobre qualquer tipo de contravenção ambiental observada no PEJ ou na sua Zona de Amortecimento.

... continuação da Tabela 4.5

Componentes	Ações Gerenciais propostas para as áreas estratégicas internas
Pesquisa e monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar parceria com os pesquisadores que desenvolverem pesquisas na área do PEJ e entorno para envolvimento em atividades e disponibilização de informações para programas de: divulgação científica (palestras, conteúdo para mídia de divulgação científica etc.); monitoramento (desenvolvimento de metodologias, fornecimento de dados etc.) e educação ambiental (palestras, cursos, material impresso etc.); - Desenvolver pesquisa para definição da capacidade de carga de cada atrativo (trilhas, mirantes etc.) e infraestruturas de apoio (centro de visitantes, centros de apoios etc.); - Incorporar ao Sistema de Informações de Uso Público do PEJ as pesquisas relacionadas às atividades turísticas e recreativas e seus resultados, com sistema de monitoramento que permita identificar lacunas de conhecimentos importantes para os objetivos específicos do Plano de Uso Público; - Propiciar cursos de treinamento para o pessoal, destinado a efetuar a coleta de dados para monitoramento; - Integrar todos os dados levantados ao Sistema de Informações de Uso Público; - Monitorar os impactos decorrentes da visitação pública, fiscalização e pesquisa; - Monitorar as áreas abertas à visitação, observando os períodos do ano, os dias e/ou horas de pico de visitação; - Monitorar as condições de uso, estado de conservação das infraestruturas de apoio nos Parques (Centros de visitantes, Centros de Apoio, Portarias, Estacionamentos etc.); - Implantar uma estratégia de Monitoramento da Visitação, incluindo-se perfil e grau de satisfação do visitante; - Proceder à pesquisa para identificação de possibilidades de implementação futura de trilhas de longa duração para trekking ou hiking no interior do PEJ.
Operacionalização	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar a complementação do quadro de funcionários da unidade com um Coordenador de Uso Público e Técnicos de Apoio ao Uso Público e à Educação Ambiental, mediante redistribuição de pessoal da NATURATINS, contratação ou cessão de serviços, para formação do Setor de Uso Público; - Realizar estudos específicos para a definição do sistema e de valores para cobrança do ingresso no PEJ e definição oficial do sistema de isenção (com estabelecimento das normas e especificações para o ingresso de isentos); - Efetuar a normatização e regulamentação de todos os serviços de concessão, terceirização, parcerias e outras cooperações; - Criar Programa de Concessões detalhado para os serviços previstos neste Plano; - Providenciar revisão e manutenção periódicas das instalações e equipamentos do PEJ, principalmente das estruturas de apoio ao visitante; - Realizar a revisão e manutenção de instalações e equipamentos de responsabilidade da administração dos Parques; - Avaliar periodicamente, através de auditoria independente regular, os serviços previstos nos contratos de terceirização e concessão, observando-se a performance de pessoal e serviços. Deverão ser avaliadas as falhas no cumprimento dos contratos, procedendo-se às medidas corretivas estabelecidas nos Programas de Concessão e Terceirização, quando couber; - Manter relatórios periódicos de atividades de Uso Público do PEJ, através da criação do Sistema de Informações de Uso Público; - Exigir relatórios periódicos de atividades dos concessionários e terceirizados conforme contratos de Concessão e Terceirização e Cronograma; - Viabilizar a implantação de infraestrutura e equipamentos de uso público especificados nas AEI, incluindo-se os previstos nos Programas de Concessão e Terceirização; - Desenvolver e implementar um Programa de Voluntariado para as Unidades, respeitando a legislação vigente que trata do assunto; - Buscar parcerias com universidades para possibilitar o estágio de estudantes nas áreas relacionadas ao uso público. - Buscar parcerias com ONGs e instituições, no intuito de trabalhar com pessoas ligadas à área de Educação e Informação Ambiental; - Articular a realização de intercâmbio ou troca de experiências com instituições de pesquisa, governamentais e não-governamentais, e outras entidades ligadas; - Articular e estabelecer parcerias com instituições privadas, públicas e não governamentais para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, conforme as Ações Gerenciais Gerais previstas neste plano.

Tabela 4.6: Indicações das ações gerenciais gerais externas por componentes

Infraestrutura e equipamento	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar a sinalização padronizada no exterior da Unidade.
Cooperação institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar parcerias com entidades, instituições, comunidades organizadas, empresas e atores sociais do entorno.
Integração Externa	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar e promover o programa subsidiado de visitação para as comunidades organizadas do entorno da Unidade; - Planejar e implementar a divulgação de oportunidades de negócios ambientalmente compatíveis no entorno da Unidade; - Apoiar a divulgação de iniciativas de empreendedorismo responsável no entorno do PEJ como: produtos e serviços que utilizam práticas de conservação de energia e recursos naturais, que têm responsabilidade social etc.; - Firmar parcerias para a divulgação e informação orientadora e sinalizadora na região de influência da Unidade e dos principais polos turísticos do estado e/ou da EMBRATUR; - Apoiar a divulgação de atividades e eventos de valorização cultural, para promover o envolvimento comunitário; - Promover concurso nos municípios e região do entorno para criação da logomarca da Unidade; - Criar e implementar estratégia específica para comunicação social com as comunidades do entorno, no intuito de fornecer, quando necessário, esclarecimentos relacionados a: Etapas/atividades de execução do Plano de Manejo; - Utilizar as rádios locais como ferramenta de divulgação e educação e informação ambiental do PEJ, através de programas periódicos; - Elaborar conteúdo para a construção da página do PEJ no site da NATURATINS.
Educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar áreas, elaborar projetos e implantar, através de parcerias, os Centros Temáticos nas sedes dos municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins, conforme as especificações abaixo: - Realizar parcerias para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nas comunidades do entorno do PEJ; - Efetuar parcerias com rádios locais dos municípios do entorno para desenvolver programas de comunicação com enfoque educativo-ambiental, relacionado ao PEJ; - Articular parcerias para produzir e distribuir materiais didático-ambientais para as comunidades do entorno dos Parques; - Promover, em parceria, cursos de capacitação para professores e multiplicadores em educação ambiental nas comunidades do entorno da Unidade; - Desenvolver atividades educativas e preventivas de incêndios nas áreas contíguas ao PEJ; - Promover campanhas com os produtores rurais do entorno do PEJ, prevenindo danos ambientais; - Solicitar aos órgãos responsáveis, controle e fiscalização efetiva no comércio e uso de agrotóxicos; - Desenvolver, no entorno, campanha de aproveitamento dos resíduos orgânicos oriundos das culturas; - Estimular a implantação da cultura orgânica na Zona de Amortecimento; - Desenvolver campanha de reciclagem do lixo; - Produzir campanhas (folhetos, cartilhas, placas, sinalização etc.) sobre a proibição da caça, coleta e extrativismo de recursos naturais como capim dourado no interior do PEJ; - Realizar reuniões periódicas com as comunidades do entorno e com os municípios que constituem a Zona de Amortecimento, abordando temas específicos de interesse do PEJ e de relação com as pessoas nela residentes; - Desenvolver campanhas sobre a importância do PEJ para a qualidade ambiental e de vida do entorno, com foco nas relações de interdependência; - Divulgar o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão nas comunidades da Zona de Amortecimento.
Incentivo às alternativas de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar parcerias para o incentivo ao empreendedorismo responsável no entorno do Parque; - Promover, em parceria, cursos de capacitação para a população interessada nos municípios do entorno do PEJ, com atrativos identificados e potencial para o ecoturismo, incluindo-se os temas: Empreendedorismo; Noções básicas de turismo; - Qualificar os serviços; e Manejo de trilhas e técnicas de mínimo impacto; - Identificar, divulgar e apoiar oportunidades de negócios relacionados ao uso público no entorno da Unidade, incluindo-se o incentivo à implantação de: <i>campings</i>, passeios a cavalo, "hospedaria domiciliar" nas áreas rurais, e empreendimentos de serviços de apoio no entorno, como locação de bicicletas e outros equipamentos: estacionamentos, hospedagem, alimentação, entretenimento cultural etc.; - Incentivar e apoiar iniciativas de desenvolvimento econômico, compatíveis no entorno do PEJ, com agregação de valor, inclusive; - Incentivar e apoiar a articulação de assessoria técnica para elaboração de projetos de estruturação e adequação dos atrativos turísticos do entorno da Unidade.

... continuação da Tabela 4.6

Incentivo às alternativas de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> – Articular a integração de roteiros e atividades turísticas e culturais externas ao uso público no Parque; – Estimular a organização, o associativismo e o cooperativismo no entorno, objetivando o desenvolvimento de ações compatíveis ao PEJ; – Promover, em parceria, a qualificação de serviços e produtos turísticos no entorno; – Administrar e incentivar com as prefeituras e iniciativa privada do entorno a criação de um sistema de transporte externo ligado ao Parque, com transporte entre atrativos, inclusive; – Ministar com o Conselho Consultivo do Parque a criação de instância executiva articuladora, captadora e impulsionadora das atividades turísticas e recreativas no Jalapão; – Formar a estrutura organizacional por um Conselho Deliberativo, presidido pelos membros do Conselho Consultivo do Parque, e ainda por um representante da NATURATINS, um da SEPLAN e um da SICTUR. Criar, também, uma estrutura executiva, com uma pequena equipe técnica, contratada para as funções de articulação, representação, negociação, captação e execução das ações acordadas com o conselho; – Elaborar e implantar um plano de investimentos, através da OSCIP, no entorno do PEJ, integrado aos Subprogramas de Relações Públicas e de Alternativas de Desenvolvimento (Programa de Integração Externa).
---	--

Fonte: SEPLAN (2004)

4.2.3 Indicadores de análise

Da mesma forma como o apresentado na tabela 4.2, os indicadores de análise do plano de uso público do plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão partem das categorias de análise da convergência e divergência dos instrumentos políticos públicos de proteção ambiental e do ecoturismo, mostrados na tabela 1.7.

Seguindo a mesma estrutura de análise, construiu-se a Tabela 4.7 com a compilação das proposições do plano de uso público e, em alguns casos, referente ao zoneamento, com o que fora proposto no plano de manejo para a zona onde estão locadas as áreas estratégicas internas.

Tabela 4.7: Apresentação das indicações do plano de uso público por categoria de análise

PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estabelecer normas que devem presidir o manejo e incluir propostas para a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão das atividades de visitação, pesquisa, conscientização ambiental e relações públicas na unidade.
<p>Recursos naturais protegido-explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Os recursos hídricos da bacia do rio Tocantins, principalmente os tributários do rio Sono; – O cerrado (fauna e flora) especificamente, as veredas, o capim-dourado (<i>Syngonanthus nitens</i>) e os sítios de reprodução do pato-mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>); – As rochas sedimentares (formações areníticas do mesozóico-cretáceo).

... continuação da Tabela 4.7

PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS
Medidas de proteção aos recursos naturais: <ul style="list-style-type: none">– Definição de zonas de uso e áreas específicas ao uso público;– Fiscalização;– Implantação de programa de educação ambiental.
Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais: <ul style="list-style-type: none">– Não especificado (o monitoramento ambiental é sugerido, porém não se definiram os instrumentos e o modo como se deve fazer o monitoramento).
PROTEÇÃO AOS RECURSOS CULTURAIS
Recursos culturais explorados: <ul style="list-style-type: none">– Não definidos.
Medidas de proteção dos recursos culturais explorados: <ul style="list-style-type: none">– Não definidos.
Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais: <ul style="list-style-type: none">– Não definidos.
USO DOS RECURSOS NATURAIS
Destinação de áreas específicas para visitação pública: <ul style="list-style-type: none">– Cinco áreas naturais: Cachoeira da Velha, praias e corredeiras do Rio Novo, Dunas - Serra do Espírito Santo, cachoeiras dos córregos Carrapato e Formiga/Fervedouro, Vale das Araras.
Tipos de atividades permitidas: <ul style="list-style-type: none">– Recreação em contato com a natureza, pesquisa, educação e interpretação ambiental, de acordo com a compatibilidade de cada zona.
Controle de uso por atividade: <ul style="list-style-type: none">– Visitação guiada por condutores locais;– Normatização da visitação por meio do estudo da capacidade de carga,– Sistema de informações de uso público e fiscalização para o controle e monitoramento;– Controle do ingresso nos atrativos do PEJ, de acordo com a capacidade de carga;– Pesquisa – autorização prévia, apresentação dos relatórios parciais e finais e disponibilização do resultado final para o PEJ;– Sistema de voluntariado e estagiário no manejo do PEJ, nos estudos e nas atividades de uso público;– Estabelecimento de programa de educação e interpretação ambiental direcionado às áreas estratégicas.

... continuação da Tabela 4.7

USO DOS RECURSOS NATURAIS
Medidas de redução de impactos¹³⁷: <ul style="list-style-type: none">– Não-instalação de infraestrutura na zona primitiva, permitindo-se a visitação moderada;– Visitação controlada com infraestrutura implantada em harmonia com a paisagem e controle de tráfego de veículo e embarcações na zona de uso extensivo;– Na zona de uso intensivo, a instalação e utilização da infraestrutura se subordinam à capacidade de carga, aquela deve integrar-se ao meio ambiente e adotar melhores práticas e tecnologias alternativas;– Revisão e manutenção periódica das instalações;– Monitoramento ambiental das atividades de uso público.
GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS
Sistema de cobrança e condição de exploração econômica: <ul style="list-style-type: none">– Regulamentar o sistema de cobrança e os serviços prestados por concessão, terceirização e parcerias.
Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios: <ul style="list-style-type: none">– Não especificado (aponta a necessidade de se fazer um estudo para definição do sistema de cobrança de ingresso).
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
Objetivo do programa de educação ambiental: <ul style="list-style-type: none">– Contribuir com a gestão e manejo da UC de modo a dotar os envolvidos de consciência ambiental acerca dos recursos naturais protegidos no parque e sua importância ambiental.
Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública: <ul style="list-style-type: none">– O programa é a base para a implantação das atividades de uso público, a integração da população com as ações de proteção da UC, direcionada às campanhas educativas e de sensibilização nas épocas com maior risco de incêndio.
Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários): <ul style="list-style-type: none">– Organização de um calendário de eventos e palestras para formação de um cidadão fiscal da natureza;– Campanhas para sensibilização da população local;– Atividades de educação e sensibilização ambiental;– Treinamento e capacitação técnica e profissional dos profissionais da UC, instituições de ensino e órgãos públicos, estadual e municipal.

¹³⁷ As medidas de redução de impacto se referem às zonas, e não especificamente às áreas estratégicas.

... continuação da Tabela 4.7

PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL E DOS ATORES ENVOLVIDOS
Universo da população local e atores envolvidos: <ul style="list-style-type: none">– População afetada geograficamente com a criação do parque;– Comunidade no entorno da UC;– Poder público federal, estadual e municipal;– Instituições de ensino;– Ongs e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).
Meios de participação: <ul style="list-style-type: none">– Conselho consultivo do parque, parcerias estabelecidas, fóruns e reuniões.
Temporalidade da participação: <ul style="list-style-type: none">– Criação da UC;– Processo de planejamento;– Execução de atividades com parcerias estabelecidas.
Delegação de papéis por universo da população: <ul style="list-style-type: none">– População local e atores envolvidos por meio da representatividade no Conselho Consultivo do Parque, atuando no momento das reuniões, em manifestações ou ações desenvolvidas em parceria com este universo.
COOPERAÇÃO E APOIO INSTITUCIONAL
Medidas de articulação institucional: <ul style="list-style-type: none">– Parceria com entidades, instituições, comunidades organizadas, empresas e atores sociais.
Meios de cooperação e apoio institucional: <ul style="list-style-type: none">– Concessão dos serviços;– Articulação e integração de roteiros turísticos;– Qualificação dos serviços e produtos turísticos.

4.3

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O plano de desenvolvimento do ecoturismo da região do Jalapão, com base no inventário dos seus recursos, enquadra nos seus sete eixos temáticos (apoio institucional, capacitação profissional, envolvimento das comunidades receptoras, medidas mitigadoras de impactos, ordenamento espacial, infraestrutura básica e meios de hospedagem e equipamentos turísticos) as proposições para a região do Jalapão como um todo. Mesmo elegendo o Parque Estadual do Jalapão como destino motivacional do turismo na região, as proposições são abordadas de um modo geral.

O caráter “geralístico” do plano o torna um instrumento pouco aplicável na prática, por isso, há recusa do órgão de turismo estadual em adotá-lo. Devido sua pouca aceitação, as proposições do plano não passaram por revisão ou adequação, nem tampouco se deu um tratamento específico às suas indicações. Esta postura, também, é sustentada pelo

Ministério do Turismo que desacredita nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do PROECOTUR, descartando-os no momento que passa a financiar os Planos de Desenvolvimento do Turismo Integrado como subsídio para os apontamentos dos recursos financeiros do PRODETUR Nacional na região amazônica.¹³⁸

Com referência ao plano de uso público do plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, em análise às ações gerenciais gerais, conclui-se tratar de uma lista de procedimentos aplicáveis ao início da implantação da infraestrutura e da operação da visitação pública. O parque por não possuí-las, necessita, a princípio, definir qual é o seu produto turístico. Constam, nas Tabelas 4.3 e 4.4, indicações de um modo geral sobre as parcerias, responsabilidades e competência para operação, controle e monitoramento das atividades recreativas, de educação ambiental e de pesquisa. Todas as indicações seguem um receituário cabível a qualquer unidade de conservação, havendo uma reduzida indicação específica para o parque. Além disso, existe pouca distinção entre as ações gerenciais gerais internas e externas, confundindo o que realmente se pretende nas áreas definidas como estratégicas dentro e fora dos limites da unidade de conservação.

Não há integração entre as propostas baseadas nos princípios da sustentabilidade, o que impossibilita a garantia da proteção ambiental pela prática do turismo e o retorno econômico para a unidade e para as populações envolvidas. Mesmo existindo indicações para o estímulo ao associativismo e ao empreendedorismo comunitário, em nenhum momento é quantificada ou indicada uma taxa de participação da comunidade nas atividades propostas, como ocorre na Costa Rica, onde se instituiu uma taxa de 75% do emprego da mão-de-obra local na operação dos serviços turísticos dentro do parque.

Perante as atividades propostas, o plano de uso público foi pouco ousado e, de certa forma, omissivo, estabelecendo apenas trilhas, áreas de piquenique e de contemplação. Isso diferencia a realidade da visitação no Parque, que atrai turistas pelo seu potencial hídrico, de águas limpas e transparentes o ano todo, permite algumas práticas de esporte de aventura e o *camping* selvagem nas praias do Rio Novo e nas margens do Córrego Formiga; e pela observação de fenômenos naturais que é o caso do fervedouro e do processo erosivo da Serra do Espírito Santo, responsável pela formação das dunas.

Ao ignorar a existência destas atividades, o programa não tomou nenhum posicionamento de proibição ou controle de visitação, facultando para a gestão decidir qual o melhor procedimento, deixando-os à margem das negociações com a comunidade e parceiros. E mais, não há uma sinergia entre o zoneamento e as áreas estratégicas

¹³⁸ Afirmação da própria autora sustentada pela sua experiência como membro do Fórum de Turismo do Estado do Tocantins e do Núcleo de Trabalho para implantação do PROECOTUR no período de 2000 a 2007 e pela sua atuação profissional na assessoria técnica de planejamento da ADTUR no período 10/2008 a 02/2009.

internas, sendo que as da Serra do Espírito Santo-Dunas estão na zona primitiva, a do Rio Novo, nas de uso primitivo e extensivo, e a do Vale das Araras, na de uso extensivo. O recomendado seria que se desenvolvessem nas zonas: especial, de uso intensivo; histórico-cultural, e de amortecimento.

Também é visível a pouca distinção entre diretrizes e ações propostas pelo plano de uso público. Aquelas se confundem com as ações gerenciais revelando pouca sinergia com o planejamento regional estratégico, pautado em construção de diretrizes orientadoras para a formulação de ações.

Portanto, os dois instrumentos, se analisados isoladamente, refletem uma fraqueza na construção de suas estratégias, contemplando proposições de grandes abrangências. O esperado era que contivessem indicações plausíveis, construídas com o intuito de enfrentar os desafios do uso público em unidade de conservação.



C A P Í T U L O 5

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

5.1

ANÁLISE COMPARATIVA

A estrutura de análise proposta para a investigação da convergência e divergência entre os instrumentos de regulamentação das políticas públicas de proteção ambiental na categoria parque e de promoção do ecoturismo, para o caso do Tocantins, se apoia nas categorias de análise, estabelecidas no quadro teórico apresentado no capítulo 1. Esta estrutura permite uma organização mais clara dos elementos abordados nos dois instrumentos.

Alguns estudos realizados no Parque Estadual do Jalapão enfatizam os impactos ao meio físico, provocados pelo turismo. No caso do Jalapão, destacam-se os seguintes: ao meio físico, provocados pelo uso do fogo no manejo do gado e do capim-dourado, à população de capim-dourado, pela colheita precoce da matéria-prima para a confecção de artesanato, e os da visitação pública sobre os atrativos do parque.

Conforme o exposto nos capítulos 1 e 4, far-se-á a comparação entre os princípios de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo, o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão. Além destes dois instrumentos, o município de Mateiros possui seu plano diretor. Em continuação ao já citado no capítulo 2, nele, o principal apontamento quanto à questão da proteção ambiental e do ecoturismo é a transformação da cidade em sede das cinco unidades de conservação, tornando-a receptora, com serviços de atendimento ao turismo desenvolvido nas unidades de conservação. Mesmo sendo um instrumento importante para o ordenamento do território do município, na pesquisa, analisar-se-ão, tão-somente, os dois instrumentos citados, por definirem estratégias de proteção e uso dos recursos naturais do Parque Estadual do Jalapão.

A priori, examinar-se-ão os dados apresentados nas tabelas 1.6, 4.2 e 4.7 por categoria de análise. Para facilitar o entendimento construir-se-á uma tabela única (Tabela 5.2) com informações das tabelas mencionadas. A seguir, far-se-á a comparação entre os princípios de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo, classificados, respectivamente, como grupos “A” e “B”, entre o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão, como grupos “C” e “D”, entre os princípios de proteção

ambiental e o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e entre os princípios de promoção do ecoturismo e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão. Portanto, têm-se os seguintes grupos de análise:

- **A** – Princípios de proteção ambiental para a categoria parque;
- **B** – Princípios de promoção do Ecoturismo;
- **C** - Plano de uso público do Plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão (PUP PEJ);
- **D** - Plano de desenvolvimento do ecoturismo da região do Jalapão (PDEC).

Na comparação entre os grupos “A-B” e “C-D” observar-se-ão as similaridades entre um e outro, a fim de checar a convergência e divergência entre eles, entendidas como:

- **Convergência** – similaridade ou complementaridade entre os princípios e as medidas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo contidos nos instrumentos analisados;
- **Divergência** - disparidade entre os princípios e as medidas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo contidos nos instrumentos analisados.

Já, entre “A-C” e “B-D”, comparar-se-á a proporção que “C” atende “A” e “D” atende “B”, também com a mesma finalidade. Isso se dará entre as categorias de análise que passaram a ser identificadas como:

- **CA 1** – Proteção aos recursos naturais;
- **CA 2** – Proteção aos recursos culturais;
- **CA 3** – Uso dos recursos naturais;
- **CA 4** – Geração de benefícios;
- **CA 5** – Consciência ambiental;
- **CA 6** - Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos;
- **CA 7** – Cooperação e apoio institucional.

Após, construir-se-á uma matriz de classificação do grau de convergência e divergência entre “A-B”, “C-D”, “A-C” e “B-D”, adotando-se as classificações alta, média, baixa e nula para indicá-lo. Nas relações entre “A-B” e “C-D” a convergência será alta quando forem totalmente compatíveis; média quando atender a metade dos princípios; baixa quando atender um ou quase um princípio, e nula quando não atender a nenhum. Nas relações “A-C” e “B-D” a convergência será alta quando “C” atender totalmente “A”, e “D” atender totalmente “B”; média quando “C” atender a metade dos princípios de “A”, e “D” a de “B”; baixa quando “C” atender um ou quase um princípio de “A”, e “D” a de “B”; nula quando não atender a nenhuma.

Obter-se-á o grau de convergência ou divergência após a interpretação e análise contidos nos instrumentos e os estabelecidos nos princípios. Considerar-se-á total a convergência quando houver entendimento comum entre as abordagens por categorias, ou seja, quando o previsto em um contiver ou esteja contido no outro. A convergência será nula quando nenhum elemento de um grupo está contido (contemplado) no outro. A divergência será total quando a convergência for nula, e a divergência será nula quando a convergência for total.

A tabela 5.1 apresenta a matriz de classificação da convergência e da divergência entre os grupos analisados, de acordo com as categorias.

Tabela 5.1: Matriz de classificação da convergência e divergência entre os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para categoria parque e de promoção do ecoturismo

		CATEGORIAS DE ANÁLISE						
		CA 1	CA 2	CA 3	CA 4	CA 5	CA 6	CA 7
GRUPOS DE ANÁLISE	A-B							
	C-D							
	A-C							
	B-D							

Alta
 Média
 Baixa
 Nula

Por fim, os resultados obtidos serão apresentados e comentados, destacando-se as considerações finais quanto à convergência e divergência dos instrumentos analisados.

Tabela 5.2: Apresentação dos dados das tabelas 1.6, 4.2 e 4.7

<p>PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE</p>	<p>ECOTURISMO</p>	<p>PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO</p>	<p>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO</p>
<p>PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS – CA 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; - Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional; - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; - Cuidar das paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; - Resguardar as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; - Socorrer e recuperar recursos hídricos e edáficos; - Reabilitar ou restaurar ecossistemas degradados; - Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfatizar a natureza; - Assegurar que nas operações de ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis aplique-se não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas, ou seja, assegurar práticas sustentáveis; - Não degradar os recursos e desenvolvê-los de maneira ambientalmente correta; - Minimizar os impactos ambientais na implantação e operação; - Assumir compromisso com a conservação da natureza; - Aceitar os recursos tais como são e reconhecer os seus limites. 	<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer normas que devem presidir o manejo e incluir propostas para a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão das atividades de visitação, pesquisa, conscientização ambiental e relações públicas na unidade. <p>Recursos naturais protegidos-explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os recursos hídricos da bacia do rio Tocantins, principalmente os tributários do rio Sono; - O cerrado (fauna e flora) especificamente, as veredas, o capim-dourado (Syngonanthus nitens) e os sítios de reprodução do pato-mergulhão (Mergus octosetaceus); - As rochas sedimentares (formações areníticas do mesozóico-cretáceo). <p>Medidas de proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de zonas de uso e áreas específicas ao uso público; - Fiscalização; - Implantação de programa de educação ambiental; 	<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transformar a região do Jalapão em destino para o Ecoturismo. <p>Recursos naturais protegidos-explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oito recursos naturais: Cachoeira da Velha, praias no Rio Novo, corredeiras do Rio Novo, Dunas, Serra do Espírito Santo, Fervedouro, cachoeiras do córrego Formiga, Vale das Araras. <p>Medidas de proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controle ambiental por meio da definição de medidas mitigadoras dos impactos da visitação ao meio físico, à fauna silvestre, de caráter sanitário e à cultura local; - Recuperar as estradas vicinais, de modo a reduzir as trilhas alternativas para os atrativos.

...continuação da tabela 5.2

<p>PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE</p>	<p>ECOTURISMO</p>	<p>PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO</p> <p>Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não especificado (o monitoramento ambiental é sugerido, porém não se definiram os instrumentos e o modo como se deve fazer o monitoramento). 	<p>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO</p> <p>Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A ser estabelecido na medida mitigadora dos impactos.
<p>PROTEÇÃO AOS RECURSOS CULTURAIS – CA 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteger as características culturais relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfatizar os valores culturais autênticos. 	<p>Recursos culturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não definidos. <p>Medidas de proteção dos recursos culturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não definidos. <p>Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não definidos. 	<p>Recursos culturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunidade Mumbuca. <p>Medidas de proteção dos recursos culturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não definidos. <p>Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não definidos.

...continuação da tabela 5.2

PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE	ECOTURISMO	PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO
<p>USO DOS RECURSOS NATURAIS – CA 3</p> <ul style="list-style-type: none"> – Garantir para o grupo de UCs de proteção integral que o território destas seja de posse e domínio público; – Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; – Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; – Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; – Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; – Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> – Propiciar atividades de lazer em contato com a natureza. 	<p>Destinação de áreas específicas para visitação pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Cinco áreas naturais: Cachoeira da Velha, praias e corredeiras do Rio Novo, Dunas - Serra do Espírito Santo, cachoeiras dos córregos Carrapato e Formiga/Fervedouro, Vale das Araras. <p>Tipos de atividades permitidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Recreação em contato com a natureza, pesquisa, educação e interpretação ambiental de acordo com a compatibilidade de cada zona. 	<p>Destinação de áreas específicas para visitação pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Os oito recursos naturais explorados. <p>Tipos de atividades permitidas ou sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atividades relacionadas ao ecoturismo, destacando-se o rafting no Rio Novo. <p>Controle de uso por atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Visitação guiada
		<p>Controle de uso por atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Visitação guiada por condutores locais; – Normatização da visitação por meio do estudo da capacidade de carga, Sistema de informações de uso público e fiscalização para o controle e monitoramento; – Controle do ingresso nos atrativos do PEJ, de acordo com a capacidade de carga; – Pesquisa – autorização prévia, apresentação dos relatórios parciais e finais e disponibilização do resultado final para o PEJ. 	

...continuação da tabela 5.2

PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE	ECOTURISMO	PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO
		<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de voluntariado e estagiário no manejo do PEJ, nos estudos e nas atividades de uso público; - Estabelecimento de programa de educação e interpretação ambiental, direcionado às áreas estratégicas. <p>Medidas de redução de impactos¹³⁹:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não-instalação de infraestrutura na zona primitiva, permitindo-se a visitação moderada; - Visitação controlada com infraestrutura implantada em harmonia com a paisagem e controle de tráfego de veículo e embarcações na zona de uso extensivo; - Na zona de uso intensivo, a instalação e utilização da infraestrutura se subordinam à capacidade de carga, e devem se integrar ao meio ambiente e adotar melhores práticas e tecnologias alternativas; - Revisão e manutenção periódica das instalações; - Monitoramento ambiental das atividades de uso público. 	<p>Medidas de redução de impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de melhores práticas na implantação física dos equipamentos, licenciamento das atividades e implantação de um programa de educação ambiental.

¹³⁹ As medidas de redução de impacto se referem às zonas, e não especificamente às áreas estratégicas.

...continuação da tabela 5.2

PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE	ECOTURISMO	PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÁO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÁO
<p>GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS – CA 4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reverter os benefícios econômicos para a implementação, manutenção, gestão e regularização fundiária da própria UC ou de outras da mesma categoria; - Assegurar a sustentabilidade econômica das UCs; - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar benefícios para a comunidade local; - Trazer benefícios, em longo prazo, aos recursos naturais e culturais, à comunidade e às indústrias locais (tais benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica). 	<p>Sistema de cobrança e condição de exploração econômica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regularizar o sistema de cobrança e os serviços prestados por concessão, terceirização e parcerias. <p>Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não especificado (aponta a necessidade de se fazer um estudo para definição do sistema de cobrança de ingresso). 	<p>Sistema de cobrança e condição de exploração econômica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação de bilheteria nos portais de acesso e centro de atendimento ao turista. <p>Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Repasse de parte dos benefícios econômicos do ecoturismo aos órgãos encarregados da gestão das áreas protegidas, mediante esquemas tarifários diferenciados.
<p>CONSCIÊNCIA AMBIENTAL – CA 5</p> <ul style="list-style-type: none"> - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; - Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> - Difundir a consciência ecológica, por meio da educação ambiental; - Envolver a educação entre todas as partes <ul style="list-style-type: none"> - comunidades locais, governos, organizações não-governamentais, indústria e turistas; - Incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos. 	<p>Objetivo do programa de educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir com a gestão e manejo da UC, de modo a dotar os envolvidos de uma consciência ambiental acerca dos recursos naturais protegidos no parque e sua importância ambiental. <p>Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O programa é a base para a implantação das atividades de uso público, a integração da população com as ações de proteção da UC, direcionada às campanhas educativas e de sensibilização nas épocas com maior risco de incêndio. 	<p>Objetivo do programa de educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de programa de melhoria na qualidade da oferta turística; - Implantação de programas de conscientização e capacitação de mão-de-obra; - Controle ambiental da visitação pública. <p>Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento do programa de educação ambiental como medida de controle ambiental da visitação pública.

...continuação da tabela 5.2

PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE	ECOTURISMO	PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO
<p>– Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.</p>	<p>– Possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;</p> <p>– Promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, podendo-se incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);</p> <p>– Promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos.</p>	<p>Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Organização de um calendário de eventos e palestras para formação de um cidadão fiscal da natureza; – Campanhas para sensibilização da população local; – Atividades de educação e sensibilização ambiental; – Treinamento e capacitação técnica e profissional dos profissionais da UC, instituições de ensino e órgãos públicos: estadual e municipal. 	<p>Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Informação, qualificação, formação e sensibilização dos diversos segmentos da sociedade.
<p>PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL E DOS ATORES ENVOLVIDOS – CA 6</p> <p>– Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.</p>	<p>– Possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;</p> <p>– Promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, podendo-se incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);</p> <p>– Promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos.</p>	<p>Universo da população local e atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – População afetada geograficamente com a criação do parque; – Comunidade no entorno da UC; – Poder público federal, estadual e municipal; – Instituições de ensino; – Ongs e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). 	<p>Universo da população local e atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Trade turístico (composto também pelo microempresário da comunidade receptora) e poder público.

...continuação da tabela 5.2

<p>PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE</p>	<p>ECOTURISMO</p>	<p>PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO</p> <p>Meios de participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho consultivo do parque, parcerias estabelecidas, fóruns e reuniões. 	<p>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO</p> <p>Meios de participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controle da atividade; - Envolvimento com a implantação e gestão da atividade; - Visitação condicionada à presença de guias locais - Disponibilização de instrumentos facilitadores à inserção das comunidades e de empreendedores no processo por meio do suporte técnico e sistema de microcrédito a pequenos empreendedores.
		<p>Temporalidade da participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação da UC; - Processo de planejamento; - Execução de atividades com parcerias estabelecidas. 	<p>Temporalidade da participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contínuo.
		<p>Delegação de papéis por universo da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> - População local e atores envolvidos por meio da representatividade no Conselho Consultivo do Parque, atuando no momento das reuniões, em manifestações ou ações desenvolvidas em parceria com este universo. 	<p>Delegação de papéis por universo da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trade Turístico – na oferta turística; - Poder público – na articulação institucional, no controle e ordenamento da atividade.

...continuação da tabela 5.2

PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE	ECOTURISMO	PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO
COOPERAÇÃO E APOIO INSTITUCIONAL – CA 7 <ul style="list-style-type: none"> - Buscar apoio e cooperação de organismos não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisa científica, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das UCs; - Criação e gestão das UCs integradas com as demais políticas; - Disponibilização de Conselho consultivo aos parques; - Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento da proteção ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com a política conservacionista; - A participação de Ongs no desenvolvimento, gestão e operação do ecoturismo; - Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento no turismo. 	Medidas de articulação institucional: <ul style="list-style-type: none"> - Parceria com entidades, instituições, comunidades organizadas, empresas e atores sociais. 	Medidas de articulação institucional: <ul style="list-style-type: none"> - Formação de um grupo-gestor.
		Meios de cooperação e apoio institucional: <ul style="list-style-type: none"> - Concessão dos serviços; - Articulação e integração de roteiros turísticos; - Qualificação dos serviços e produtos turísticos. 	Meios de cooperação e apoio institucional: <ul style="list-style-type: none"> - Institucionalização de departamentos de planejamento, pesquisa e desenvolvimento do ecoturismo nos órgãos estaduais de fomento ao turismo e de proteção ambiental.

5.1.1 Análise comparativa entre os princípios da proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo – Grupos “A” e “B”

Conclui-se que, quando os princípios destes dois grupos são analisados comparativamente a partir das categorias de análise apresentadas, nota-se uma diferenciação das abordagens tratadas por eles. A priori, percebe-se:

a) Para o caso da proteção ambiental a **proteção aos recursos naturais** de um modo geral é vista como reserva de patrimônio natural com fins de proteção e manutenção de espécies, de ecossistemas e da diversidade biológica. O intuito da proteção é de contribuir com o equilíbrio ecológico em uma determinada porção do território. Já para o ecoturismo a proteção dos recursos naturais é vista como conservação e manutenção de uma porção geográfica para a permanência da prática do turismo. A proteção tem fim econômico e o recurso natural dá suporte ao desenvolvimento do ecoturismo.

b) Quanto à **proteção aos recursos culturais** o primeiro se refere em manter determinada cultura e o segundo de explorar os valores culturais de modo a garantir sua sustentabilidade.

c) Para o primeiro o **uso dos recursos naturais** está voltado ao equilíbrio entre uso sustentável dos recursos naturais e proteção dos recursos, utilizando-se da pesquisa científica, da educação e interpretação ambiental e da recreação em contato com a natureza, que no caso dos parques devem ser garantidos por meio da posse e domínio público do território protegido. Já na conceituação do ecoturismo o uso se refere ao modo de exploração comercial da natureza como forma de atração deste segmento turístico.

d) A questão da **geração de benefícios** é tratada pela proteção ambiental como forma de contribuir economicamente com o seu financiamento e pelo ecoturismo em reverter os benefícios econômicos à comunidade local e à manutenção dos recursos de suporte (naturais, culturais e da própria indústria do turismo). Ambos enfocam a partilha dos benefícios econômicos.

e) Quanto à **consciência ambiental**, há um consenso de que a educação ambiental deve ser promovida para a sua formação. Para o caso da proteção ambiental, a atividade de educação ambiental, visa dar suporte para que a proteção ambiental aconteça juntamente com os demais tipos de usos permitidos; e para o caso do ecoturismo, a atividade de educação ambiental é vista como uma garantia a conservação dos recursos explorados por ele.

f) Para o caso da proteção ambiental a **participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos** se referem a da população local, sendo contínua em três momentos distintos: criação, implantação e gestão das UC's. Na gestão conta-se, também, com o conselho consultivo constituído por representantes do poder público

municipal e estadual, instituições, ONGs e comunidade civil organizada afetadas com a criação da UC. Para o caso do ecoturismo o processo de participação não tem um tempo definido. Há uma preocupação em assegurar o envolvimento e a participação dos atores envolvidos (população local, *trade* turístico, poder público, ONGs, meio acadêmico, turistas e mídia) em prol do desenvolvimento do ecoturismo, garantindo assim a sustentabilidade preconizada. Porém, atrela ao poder público o papel de articulador entre os demais grupos, podendo também ser desenvolvidos por outras instituições, conselho, organizações ou entidades representativas;

g) Na questão da **cooperação e apoio institucional**, ambos esperam uma sinergia entre ONGs e poder público no desenvolvimento, gestão e operação de atividades que visam o uso dos recursos naturais. Além de uma integração entre as políticas públicas.

Tabela 5.3: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “A” e “B”

		Convergência	Divergência
CATEGORIAS DE ANÁLISE	CA 1	Conservação da natureza.	Visão da proteção (ambiental x econômico).
	CA 2	Ressalta os valores culturais.	Manutenção x valorização.
	CA 3	Primícias voltadas à sustentabilidade.	Equilíbrio entre proteção e uso.
	CA 4	Reversão à proteção ambiental.	Reversão à população, <i>trade</i> turístico e demais atores.
	CA 5	Suporte à proteção e ao uso.	_____
	CA 6	Universe da população, podendo o <i>trade</i> turístico fazer parte da população interessada pela proteção.	Temporalidade da participação e os papéis.
	CA 7	Total	_____

5.1.2 Análise comparativa entre o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão – Grupos “C” e “D”

Na análise comparativa entre o Plano de Uso Público (PUP) do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo (PDEc) da região do Jalapão, conclui-se que:

a) Na **proteção aos recursos naturais**, o PUP estabelece normas para o manejo e gestão adequada ao uso público, abrangendo não só o trato com os visitantes motivados pela prática do ecoturismo como com os pesquisadores e nas relações públicas. De acordo com o Plano de Manejo, os recursos hídricos e o cerrado (principalmente, as veredas, o capim-dourado e o pato-mergulhão) são os atributos naturais estratégicos da UC. Diante disso, no PUP foram definidas “áreas específicas” para o uso público localizadas nas zonas estabelecidas pelo Plano de Manejo, valendo-se da “educação ambiental” e “fiscalização”

para o seu controle e monitoramento. Porém, não foi observada a destinação da visitação pública nas zonas primitivas localizadas ao longo do rio Novo, na serra do Espírito Santo e Dunas. O plano de uso público mantém as atividades já em operação nestes atrativos, como por exemplo, o *rafting*, *treking* e o montanhismo, demandando a instalação de infraestrutura para o camping, vias de acesso de veículo e de apoio as atividades. O PDEc a relaciona ao uso pela visitação pública. As medidas adotadas por este grupo visam, por meio do “controle ambiental”, monitorar o impacto da atividade aos meios físicos e bióticos e da definição de um “único acesso aos atrativos” de modo a reduzir a quantidade de trilhas alternativas de acesso de veículo automotor aos atrativos (impacto da circulação de veículo automotor sobre o solo e a fauna).

b) Na **proteção aos recursos culturais**, ambos não deram a importância devida aos recursos culturais. O PUP por estar dentro da área do parque a desconsidera totalmente, porém o plano de manejo propõe a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS na área de concentração das comunidades. Não sendo, portanto, mencionada a cooperação destas comunidades no desenvolvimento integrado do ecoturismo nas duas UC's. O PDEc, mesmo destacando a comunidade Mumbuca com os seus costumes e seu artesanato com o capim-dourado e o buriti como o principal atrativo cultural da região, não aponta medidas para sua proteção e monitoramento.

c) No **uso dos recursos naturais**, o PUP indica um rol de atividades ecoturísticas para as áreas definidas. O PDEc não estabelece as atividades de ecoturismo a serem desenvolvidas, destacando apenas o *rafting* no rio Novo. Os dois grupos selecionaram as mesmas áreas, priorizam os instrumentos de capacidade de carga e educação ambiental na operação da visitação pública e atrelam o seu controle por meio do acesso com guia local e na redução dos impactos na adoção de melhores práticas na implantação física dos equipamentos turísticos. As melhores práticas estão relacionadas ao uso de tecnologias construtivas alternativas e o uso de fontes renováveis de energia e no reaproveitamento de águas da chuva e servidas. O PUP cita, também, o controle e o incentivo à pesquisa, ao voluntariado e à concessão de estágios.

d) Na **geração de benefícios**, o PDEc indica a cobrança nos portais de entrada e centro de atendimento ao turista das quatro cidades e sugere a destinação de parte dos recursos a gestão da UC. O PUP indica a necessidade de regulamentação, porém, não estabelece.

e) Na **consciência ambiental**, o PUP e o PDEc consideram a formação da consciência ambiental por meio do Programa de Educação ambiental - PEA, base para operacionalização do uso público na UC e do ecoturismo na região, sendo constituído por

campanhas educativas e de sensibilização, informação, treinamento e capacitação técnica e profissional dos atores envolvidos e *trade* turístico, o último sugerido pelo PDEc. O PUP sugere que o PEA seja realizado por meio de um calendário de eventos.

f) Na **participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos**, o universo da participação é distinto para os dois grupos. O PUP considera população afetada diretamente: as comunidades do entorno, o poder público, ONG's, OSCIP e instituições de ensino, sendo que participam no momento da criação da UC, no processo de planejamento e controle do UP e após sua criação, na execução de atividades com parcerias estabelecidas e por meio de conselho consultivo. O PDEc a participação contínua do *trade* turístico e poder público, sendo que o *trade* é responsável pela oferta turística e o poder público na articulação institucional, no controle e ordenamento da atividade.

g) Na **cooperação e apoio institucional**, o PUP sugere que se realize por meio de parcerias com os atores envolvidos na concessão de serviços, articulação e integração de roteiros e qualificação dos serviços e produtos turísticos. Já o PDEc, por meio de um conselho gestor formado por representantes dos atores envolvidos, possui o papel de articular com os departamentos de planejamento, pesquisa e desenvolvimento do ecoturismo a serem instituídos nas instituições públicas, estadual e municipal de fomento ao turismo e proteção ambiental.

A tabela 5.4 demonstra, sinteticamente, os itens relativos à **convergência** e **divergência** entre os grupos **“C”** e **“D”** destacados em cada categoria de análise.

Tabela 5.4: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “C” e “D”

		Convergência	Divergência
CATEGORIAS DE ANÁLISE	CA 1	Controle ambiental.	Objetivos; recursos protegidos x explorados; fiscalização; monitoramento de impacto.
	CA 2	_____	Reconhecimento de que a comunidade Mumbuca é um recurso cultural.
	CA 3	Mesmas áreas; visitação guiada; capacidade de carga; melhores práticas; educação ambiental.	Definição de atividades; licenciamento e monitoramento ambiental.
	CA 4	_____	Localização dos pontos de venda de ingresso e repasse dos benefícios.
	CA 5	Programa de educação ambiental: controle ambiental; informação, qualificação e sensibilização dos atores envolvidos.	Qualidade da oferta turística; Base para implantação do UP.
	CA 6	Poder público.	Universo da população, temporalidade da participação descontínua x contínua; participação por meio de conselho consultivo.
	CA 7	_____	Articulação pelo conselho gestor; Estabelecimento de parcerias na concessão de serviços, articulação e integração de roteiros e qualificação dos serviços e produtos.

5.1.3 Análise comparativa entre os princípios da proteção ambiental para a categoria parque e o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão – Grupos “A” e “C”

Na análise comparativa entre os princípios da proteção ambiental para a categoria parque e o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, conclui-se que:

a) Na **proteção aos recursos naturais**, no grupo “A” sobressai a preocupação com a proteção e no grupo “C”, mediante o objetivo de proteger seus recursos naturais estratégicos e o uso pela visitação turística, estabelece áreas específicas a serem fiscalizadas e monitoradas.

b) Na **proteção aos recursos culturais**, o grupo “A” indica a proteção das características culturais relevantes, porém, o grupo “C”, no caso do parque onde as comunidades residem em seu interior, foi sugerido a criação de uma RDS em suas áreas.

c) No **uso dos recursos naturais**, dentre os princípios do grupo “A”, a questão fundiária foi a única não tratada no PUP.

d) Na **geração de benefícios**, o grupo “C” estabelece que devem ser regulamentados um sistema de cobrança de ingresso e os serviços prestados por

concessão, terceirização e parcerias, porém não indica como estes ganhos econômicos serão revestidos para a UC.

e) Na **consciência ambiental**, o grupo “C” estabelece o programa de educação ambiental como ferramenta primordial para a consciência ambiental e a gestão do UP no parque, tal como fora preconizado no grupo “A”.

f) Na **participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos**, o grupo “A” estabelece que a participação efetiva da população local seja assegurada, estando no grupo “C” os meios de participação, a temporalidade e os papéis tanto da população referida no grupo “A” e os demais atores envolvidos.

g) Na **cooperação e apoio institucional**, dentre o estabelecido no grupo “A” não foi atendido a criação e gestão da UC integrada com as demais políticas, sendo que o grupo “C” trata o parque como uma unidade isolada.

A tabela 5.5 demonstra, sinteticamente, os itens relativos à **convergência** e **divergência** entre os **grupos “A” e “C”** destacados em cada categoria de análise.

Tabela 5.5: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “A” e “C”

		Convergência	Divergência
CATEGORIAS DE ANÁLISE	CA 1	Proteção.	_____
	CA 2	_____	Proteção das características culturais relevantes.
	CA 3	Similaridade entre os demais.	Questão fundiária.
	CA 4	Sistema de cobrança de ingresso.	Mecanismo de reversão dos benefícios econômicos.
	CA 5	Total	_____
	CA 6	Total	_____
	CA 7	Busca apoio e cooperação com os diversos atores; conselho consultivo; contribuição do setor público.	Medidas isoladas; Integração com as demais políticas.

5.1.4 Análise comparativa entre os princípios de promoção do ecoturismo e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão – Grupos “B” e “D”

Na análise comparativa entre os princípios de ecoturismo e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão, conclui-se que:

a) Na **proteção aos recursos naturais**, o grupo “D” se distancia do grupo “B” quando deixa de assumir compromisso com a conservação da natureza, mesmo sugerindo o controle ambiental com o propósito de minimizar os impactos ambientais da atividade. A medida visa apenas a área afetada, desconsiderando um propósito maior com a conservação de outras áreas de suporte ou não.

b) Na **proteção aos recursos culturais**, o grupo “D” ao assumir a comunidade Mumbuca como recurso cultural, enfatiza os valores culturais, porém não estabelece medidas e mecanismos de controle da exploração deste recurso.

c) No **uso dos recursos naturais**, dentre os princípios do grupo “B” o grupo “D” contempla-as de forma geral.

d) Na **geração de benefícios**, o grupo “D” estabelece um sistema de cobrança onde os benefícios devem ser repassados a gestão do PEJ, não sendo mencionado o repasse de benefícios econômicos a comunidade, a preservação e a indústria turística local.

e) Na **consciência ambiental**, dentre os princípios do grupo “B” o grupo “D” contempla-as de forma geral.

f) Na **participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos**, o grupo “D” define um universo reduzido dos atores envolvidos. Cita apenas o *trade* turístico, o poder público e a população, que participam na implantação, operação e gestão, cabendo a cada um deles, respectivamente, a oferta turística; articulação institucional, controle e ordenamento da atividade; e como micro-empresário e guia local.

g) Na **cooperação e apoio institucional**, o grupo “D” aposta no grupo gestor como agente articulador dos atores envolvidos e na criação de departamentos afins nas instituições públicas de proteção ambiental e turismo. Não considera a articulação com a política conservacionista e na participação de ONGs em todo o processo.

A tabela 5.6 demonstra, sinteticamente, os itens relativos à **convergência** e **divergência** entre os grupos “B” e “D” destacados em cada categoria de análise.

Tabela 5.6: Demonstrativo da análise comparativa entre os grupos “B” e “D”

		Convergência	Divergência
CATEGORIAS DE ANÁLISE	CA 1	Nos demais princípios.	Assume compromisso com a conservação da natureza.
	CA 2	Considera a comunidade Mumbuca.	Não estabelece meio e mecanismos de proteção do recurso.
	CA 3	Total.	_____
	CA 4	Sistema de cobrança.	Meios de repasse dos benefícios à comunidade, à proteção ambiental e ao <i>trade</i> turístico.
	CA 5	Total.	_____
	CA 6	Parte da população envolvida: <i>trade</i> turístico, poder público, população.	Não considera as Ongs e cientistas; nem estabelece responsabilidades e comportamento moral e ético em relação ao ambiente natural e cultural aos atores envolvidos.
	CA 7	Contribuição do setor público.	Articulação com a política conservacionista; participação das Ongs.

5.1.5 Matriz de classificação

A matriz de classificação consolida os dados das tabelas 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6 classificando a convergência e a divergência entre os grupos analisados por categoria de análise entre alta, média, baixa e nula. A tabela 5.7 apresenta estas classificações considerando-as como:

- Alta – totalmente convergente;
- Média – mediamente convergente;
- Baixa - parcialmente convergente;
- Nula – totalmente divergente

Tabela 5.7: Matriz de classificação da convergência e divergência entre os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para categoria parque e de promoção do ecoturismo, para o caso do Parque Estadual do Jalapão

		Categorias de análise						
		CA 1	CA 2	CA 3	CA 4	CA 5	CA 6	CA 7
Grupos de	A-B	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Alta	Média	Alta
	C-D	Baixa	Nula	Média	Nula	Média	Baixa	Nula
	A-C	Média	Nula	Média	Baixa	Alta	Alta	Média
	B-D	Média	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Baixa

Parâmetros:
 Alta
 Média
 Baixa
 Nula

Na análise da convergência e divergência entre os grupos, tem-se o seguinte:

A↔B: A classificação baixa nas quatro categorias (proteção aos recursos naturais, proteção aos recursos culturais, uso dos recursos naturais e geração de benefícios) demonstra a diferença na percepção entre uso, conservação e proteção, o que reflete no meio de participação e temporalidade da população envolvida, atingindo uma classificação média, devido aos grupos considerados (universo da população envolvida). A classificação alta obtida na consciência ambiental e cooperação e apoio institucional demonstra a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável na abordagem destas duas questões;

C↔D: A classificação baixa permanece a mesma da relação A↔B em duas categorias (proteção aos recursos naturais e participação e envolvimento da população local e atores envolvidos), e se anula na proteção aos recursos culturais e na geração de benefícios. A classificação média obtida no uso dos recursos naturais se justifica na abordagem definida nos dois instrumentos. Há consenso quanto ao uso pelo ecoturismo, contudo, as duas categorias adotam medidas distintas no controle da atividade. O mesmo acontece quanto à consciência ambiental, considerada importante, diferenciando-se no procedimento. A divergência obtida proteção aos recursos culturais, à geração de benefícios

e cooperação e ao apoio institucional demonstra a fragilidade dos dois instrumentos, refletida pelo tratamento dado às outras categorias.

A↔C: Atinge classificação alta na consciência ambiental e participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos. O PUP adota os princípios da proteção nestas duas categorias, porém anula a proteção aos recursos culturais por ignorar a presença de comunidades tradicionais residentes em seu território, dando solução na criação da RDS, mas não prevê a integração entre as duas UCs. Quanto ao desenvolvimento do turismo, a média classificação estimada para a proteção aos recursos naturais, uso dos recursos naturais e cooperação e apoio institucional reflete no distanciamento entre a proteção e o uso da UC, chegando à classificação baixa na geração de benefícios.

B↔D: O PDEc mostra várias fragilidades quanto aos princípios do ecoturismo. Apresenta classificação baixa na proteção aos recursos culturais, geração de benefícios, participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos, e cooperação e apoio institucional. O resultado enfraquece a relação de dependência do ecoturismo ao desenvolvimento sustentável, visto prevalecer a questão do uso (alta) em relação à proteção (média), dando importância maior à consciência ambiental (alta) em relação às demais categorias.

A análise comparativa entre os princípios e instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo para o caso do Parque Estadual do Jalapão se mostrou como um procedimento adequado aos objetivos da pesquisa. Apesar de o foco desta não ser, especificamente, a construção de estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Jalapão, a pesquisa assinala caminhos para a construção de estratégias que visem reduzir os conflitos entre proteção e uso dos recursos naturais da UC, a partir da análise entre os instrumentos que interferem, diretamente, com a operacionalização do uso público.

Por meio das categorias de análise verificadas, observa-se certo distanciamento das abordagens entre os princípios e instrumentos. O espaço entre os princípios das políticas públicas de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo se refere a pouca convergência observada na abordagem da proteção aos recursos naturais e culturais, uso dos recursos naturais e geração dos benefícios. A escassa sinergia entre eles faz prevalecer o conflito com o propósito da visitação pública em UC.

Os conflitos subentendidos entre os princípios se agravaram entre os instrumentos analisados (PUP e PDEc) para o caso do Parque Estadual do Jalapão. O PUP traz um contrassenso nas suas abordagens. Na mesma medida que considera a formação de uma consciência ambiental por meio da educação e sensibilização ambiental e da participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos na gestão da UC não garante a proteção dos recursos naturais, principalmente, os culturais, por não conciliar o uso adequado dos seus recursos com as expectativas de proteção e a articulação e cooperação institucional no auxílio à operacionalização do uso público.

Tal fato também se comprova na definição das áreas estratégicas internas da Serra do Espírito Santo e Rio Novo na zona primitiva, ou o zoneamento do plano de manejo não considera as atividades de uso público do seu plano de uso público e/ou o contrário. O certo é que há divergência de uso no próprio instrumento. O plano de manejo define que na zona primitiva não se permitirão quaisquer instalações de infraestrutura nem tráfego de veículos, salvo em ocasiões especiais e voltadas à proteção da UC. Já o plano de uso público estabelece uma lista de intervenções no meio físico propondo a construção de vias, estacionamento, portaria, circuito de *treking*, montanhismo e *rafting*, posto de apoio com sanitários, atendimento, lanchonete e áreas de piquenique e de descanso e contemplação.

De outra forma, o PDEc ameaça a veracidade de suas estratégias para a promoção do ecoturismo, por prevalecer, no discurso entre as suas proposições, o uso em relação aos demais (proteção dos recursos naturais e culturais, participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos, articulação e cooperação institucional e no rateio dos custos e benefícios do ecoturismo entre os atores). Mesmo se se considerar a consciência ambiental como suporte ao uso, os dois, agindo desintegrados dos demais, não garantem a sustentabilidade da atividade na área considerada pelo instrumento.

A ação provocada pelas abordagens dos princípios da proteção ambiental e do ecoturismo, a respeito deles e dos instrumentos, induz uma reação com efeito gradativo de um sobre o outro. O PUP e o PDEc, de modo geral, são divergentes. A média convergência possuída, quanto ao uso e à consciência ambiental, não assevera que a atividade ecoturística não garanta que a proteção dos seus recursos, baseados na aplicação destes instrumentos, tenha sucesso de acontecer.

Contudo, esta hipótese se sustenta no seguinte:

- Na distinta abordagem entre proteção e uso ocasionado pelas ideologias preservacionista e conservacionista;
- Na incorporação unilateral dos princípios do desenvolvimento sustentável, na abordagem sobre a consciência ambiental e cooperação institucional das duas políticas públicas analisadas;
- Nas distintas medidas adotadas para a implantação do ecoturismo no Parque Estadual do Jalapão e seu entorno, vista na análise apresentada, na categoria que trata do uso dos recursos naturais;
- Na divergência da proteção dos recursos culturais, principalmente, pelo fato do PUP, particularmente o plano de manejo, ao tentar resolver as reivindicações das comunidades residentes, sugerir a criação de uma RDS na área ocupada por elas, para a extração do capim-dourado e à confecção do artesanato. A medida descarta a participação destas comunidades na operacionalização do ecoturismo na UC, em particular, no roteiro Mumbuca/Fervedouro/Cachoeira do Formiga, já em operação rudimentar pelas comunidades;
- Na não-incorporação dos princípios do ecoturismo pelo PDEc;
- Na pouca integração entre as políticas públicas de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo no âmbito dos princípios e dos instrumentos de regulamentação.

De certo, os resultados não poderiam ser diferentes, o percurso conflituoso da proteção ambiental na formação de territórios protegidos se arrasta do final do século XIX aos dias atuais. As abordagens distintas das ideologias dos movimentos ambientalistas travam uma disputa de cabo-de-guerra com as práticas turísticas que vislumbram o uso sustentável dos recursos protegidos.

Alguns países conseguiram mediar em parte ou obter benefícios com a prática do ecoturismo em suas UCs, porém vivem das críticas quanto à visão de que o ecoturismo possui capacidade de garantir os princípios de proteção da UC. Neste caso, quando estes princípios se relacionam aos benefícios sócio-econômicos de regiões deprimidas economicamente, alguns estudiosos consideram que sim. Entretanto, para o Brasil, mesmo com tanta biodiversidade, a realidade é outra. A aplicação de instrumentos legais aliada à burocracia na implantação das políticas públicas e ao abandono de certas regiões e setores econômicos, motivados pela política desenvolvimentista do país, contribuem para o descompasso da proteção e uso público dos recursos naturais das UCs.

Portanto, considerando-se o contexto da proteção ambiental e do ecoturismo no Brasil, a partir dos resultados obtidos na análise comparativa dos princípios e instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo para o caso do Parque Estadual do Jalapão, por meio da estrutura de análise construída na pesquisa, sugere-se:

- a revisão dos instrumentos com vistas à integração das duas políticas públicas;
- a redefinição dos limites do parque, de acordo com o estabelecido no plano de manejo, com vistas à criação da RDS na área das comunidades residentes, objetivando tanto o extrativismo do capim-dourado para a confecção do artesanato, como o fortalecimento do turismo operacionalizado pela comunidade Mumbuca em parceria com os propósitos de preservação do Parque Estadual do Jalapão e de uso público pelo ecoturismo.

Na revisão dos instrumentos sugere-se a manutenção das duas grandes linhas estratégicas definidas no Plano Diretor de Mateiros - **Proteção Ambiental** e **Desenvolvimento Sustentável do Turismo** – porém, tratadas interligadas, no intuito de dar respostas mútuas aos dois casos. Diante disso, propõem-se, nestas mesmas linhas, as seguintes estratégias:

Estratégia 1: Parque Estadual do Jalapão na rota nacional do ecoturismo

- Criar e implantar uma estrutura administrativa para as três unidades de conservação estadual, mediante a criação da RDS. A estrutura atenderá ao indicado no plano de uso público, considerando os componentes: administração e operação; visitação; proteção e manejo; educação e interpretação ambiental; pesquisa e monitoramento. E deverá se articular com a gestão municipal, estadual e federal, responsáveis pela proteção ambiental e promoção do ecoturismo.
- Oferecer atividades diferenciadas ou criar um roteiro destas em parceria com os principais destinos ecoturísticos do bioma cerrado. Além de implantar ao já estabelecido no plano de manejo;
- Criar e estabelecer um sistema de concessão das atividades de uso público, definidas no Plano de Manejo, atrelado à regularização fundiária. O concessionário adquirirá parte da área do PEJ e doará ao poder público, como forma de pagamento pela concessão ao direito de uso do parque;
- Estabelecer mecanismo de proteção ambiental e de conservação de áreas degradadas, através de um programa monitorado, atrelado à concessão do direito de uso público;
- Criar e implantar normas de conduta dos concessionários e usuários do parque englobando, também, mecanismos de cobrança de multas aplicadas às concessionárias, com direito de uso público dele, que infringirem a capacidade de carga dos atrativos e aos usuários que desrespeitarem as normas de conduta nele;
- Implantar sistema de cobrança de ingresso terceirizado;
- Criar sistema de bonificação de concessionários, trade turístico, Ongs e voluntários amigos do parque que trabalham em prol do seu desenvolvimento. Deve-se dar bonificação a quem se empenhar na proteção ambiental do parque e no desenvolvimento do ecoturismo, fortalecendo, assim, uma rede atuante a favor das duas atividades.

Estratégia 2: O turismo a favor da proteção ambiental

- Criar um fundo para financiar a proteção ambiental e o ecoturismo no parque e seu entorno, o qual se constituirá de parte dos recursos provindos do ICMS Ecológico (já repassado para o município), de contribuições do trade turístico, de receitas geradas dentro da UC e de doações. Dever-se-á aplicá-los nas ações dos programas de proteção ambiental; educação ambiental; qualificação profissional para atender as duas áreas; pesquisa;

sistema de informações de uso público; monitoramento e fiscalização; implantação de infraestrutura de suporte à proteção ambiental e ao turismo; conservação e resgate da cultura local. Com o aperfeiçoamento e ampliação da arrecadação pelo fundo, devem-se aplicar os recursos, também, na redução do analfabetismo e da desnutrição e no atendimento ambulatorial.

- Criar mecanismos simplificados para doações financeiras de indústrias poluidoras em funcionamento, em várias partes do mundo e de investidores na área do turismo.

Estratégia 3: Mumbuca: cultura, conservação, turismo e empreendedorismo

- Criar a RDS com objetivo justificado nos atuais usos da área: o manejo do capim-dourado e o turismo. De certo, na área, com ou sem a aplicação dos dois instrumentos, a atividade turística acontece de modo rudimentar. Nela é visível a falta de atuação do poder público no ordenamento da atividade. Há uma frente defensora de manter os atrativos no parque e destinar certa área às comunidades ali residentes, pois, consideram-nas incapazes de proteger os seus atrativos naturais. Neste caso, há um desafio em promover a consciência ambiental das comunidades residentes quanto ao uso sustentável dos atrativos pelo turismo.
- Fomentar o Turismo de base comunitário. A proposta visa resolver o conflito entre o uso dos recursos naturais pela comunidade residente e a proteção ambiental do parque. Nota-se que, até então, as comunidades foram alijadas do processo. Certamente existe esperança de que, quando forem contempladas na proposta de desenvolvimento econômico baseada nos princípios da sustentabilidade, se vença esta barreira.

Nesse sentido, o desenvolvimento do ecoturismo só será possível com instrumentos possibilitadores da integração de políticas públicas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo, de modo a reduzir o conflito entre proteção e uso.

O trabalho, mediante pesquisa teórico-conceitual e análise de estudo de caso, permitiu confirmar a hipótese geral de que os instrumentos examinados se divergem, sendo impróprios (inadequados ou incompletos) para lidar com o desenvolvimento do turismo em unidade de conservação, comprometendo a proteção ambiental e o desenvolvimento do turismo no Parque Estadual do Jalapão.

A metodologia de avaliação desenvolvida e sua aplicação demonstraram-se capazes de auxiliar na geração de informações estratégicas ao processo decisório caracterizador da gestão do uso público em unidade de conservação e sua inserção em um contexto regional de desenvolvimento do turismo. Portanto, a proposta metodológica pretende ser um modelo plausível em si, e, por isso, possível de ser repetida em outros contextos.

A aplicação desta metodologia para o caso do Parque Estadual do Jalapão revelou a divergência entre os instrumentos, em especial, no quesito proteção e uso dos recursos naturais. Esta divergência possui bases conceituais advindas das correntes preservacionista e conservacionista. A construção de estratégias baseadas no preservacionismo inibe o uso, mesmo que controlado dos recursos naturais, e a construção de estratégias baseadas no conservacionismo dificulta ou não garante a proteção dos mesmos recursos. Percebem-se as bases conceituais distintas nas estratégias dos dois instrumentos e até mesmo entre o Plano de Manejo e seu Plano de Uso Público (instrumento de regulamentação da atividade de uso público da UC), ao estabelecer atividades de uso público nas zonas primitivas.

Uma das alternativas sugeridas para mediar o conflito entre uso e proteção ambiental é a de propiciar que o turismo a financie, colocando o Parque na rota nacional do ecoturismo. A medida terá sucesso se se criar a RDS na área das comunidades residentes, com o fito de manter a proposta de manejo do capim-dourado para a produção de artesanato tal como indicado pelo plano de manejo, acrescentando-lhe a do desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Esta forma de turismo está se tornando uma proposta condizente com a realidade de muitas comunidades tradicionais, dentre elas a dos quilombolas. Algumas iniciam a sua operação com a modalidade “cama e café”, que se constitui numa rede onde algumas residências possibilitam a hospedagem, oferecendo estadia e café da manhã ao visitante e lhe permite conviver com os costumes locais. Entretanto, há várias possibilidades e experiências com o turismo de base comunitária, deve-se, pois, realizar uma proposta específica para o caso da comunidade Mumbuca.

Portanto, os três eixos estratégicos sugeridos (Parque Estadual do Jalapão, na rota nacional do ecoturismo; o turismo, a favor da proteção ambiental, e Mumbuca: cultura, conservação, turismo e empreendedorismo) se complementam e formam uma proposta única que se soma às indicações dos dois instrumentos analisados, sem esgotar o assunto, mas abrindo caminhos para novas investigações.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ADTUR. **Perfil da demanda turística: uma análise setorial**. Palmas-TO. 2007.
- AGNELLI, Selma Aparecida C. **A implementação da atividade turística em Brotas – SP: euforia e declínio**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente apresentado ao Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, SP: 2006
- ANTUNES, Paulo de B. **Direito Ambiental**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In: Turismo Global. 2º ed.. São Paulo: Editora SENA C São Paulo, 2002.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 7ª ed. Ver. E atual. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BIDEGAIN, Paulo; ZOUÉIN, Rogério. **Manual de Melhores Práticas do Ecoturismo: Gestão de empreendimentos turísticos**. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.
- BOO, E. **The Ecotourism boom: Planning for Development and Management**. WHN technical Paper Series, Documento nº 2, Washington: WWF, 1992.
- BOTELHO, R. G. M. **Planejamento Ambiental em Microbacia Hidrográfica**. In: GUERRA, A. J. T. et al. Erosão e Conservação dos Solos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAMWELL, Bill. **Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado**. In: Theobald, William F. (org). Turismo Global, 2ª ed., São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- BRASIL, Lei Federal nº 6.938/81.
- _____, Constituição Federal de 1988.
- _____, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
- DALDEGAN. Gabriel Antunes. **Análise da distribuição espacial de áreas de potencial ocorrência de capim dourado na região do Jalapão (TO) por sensoriamento remoto**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da UnB. Brasília, 2007.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais.** In: **Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente.** Serrano, Célia Maria de T., Bruhns, Heloisa T. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DRUMMOND, J. A. [et al]. **O Estado das Áreas Protegidas do Brasil – 2005.** Brasília: MMA, 2006

FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. **Efeito do fogo nas populações de capim dourado (*Syngonanthus nitens Eriocaulaceae*) na região do Jalapão, TO.** Dissertação de Mestrado em ecologia do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

FURLAN, Sueli A. **Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza,** in: RODRIGUES, Adyr B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites,** (org). São Paulo: Contexto, 2003.

GASTAL, Maria Luiza. **Os instrumentos para a conservação da biodiversidade.** In: Seria Melhor ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por quê? Bensusan, Nurit (org). Brasília: Editora UnB, 2002.

HAWKINS, Donal E., KAHN, Maryam M. **Oportunidades para o turismo Ecológico nos países em Desenvolvimento.** In: In: Theobald, William F. (org). **Turismo Global,** 2ª ed., São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

HEALY, R. g. **Tourism Merchandise'as a Means Generaling Local Benefits from ecotourism.** In: *Journal of Sustainable Tourism,* 2 (3). Clevedon, Channel View Publications, 1994.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em parques nacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

LIMA, Maria do Carmo B. **Agenda 21 Brasileira: Cidade sustentáveis.** Não publicado.

LIMA, Maria Lúcia C. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação.** In: in: RODRIGUES, Adyr, B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites,** (org). São Paulo: Contexto, 2003.

MENDONÇA, Rita, NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade.** In: Meio ambiente, educação e ecoturismo. Neiman, Zysman (org.) – Baurueri, SP: Manole, 2002.

M.S. Milano. 2001. **Unidades de conservação – Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade.** In: *Direito Ambiental das áreas protegidas.* Org.: A. H. Benjamin. Ed. Forense, Rio de Janeiro.

MOLINA E., Sérgio. **Turismo e Ecologia**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MURPHY, Peter E. **Turismo e desenvolvimento sustentado**. In: *Turismo Global*, 2º ed., São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do Ecoturismo**. Editora SENAC: São Paulo, 2002.

RIGUEIRA, Sônia. **Manual de Melhores Práticas do Ecoturismo: Meio ambiente e turismo**. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

RUSCHMANN, Doris V. M.. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6ª ed.. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 83

SEABRA, Giovanni F.. **Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. 2º ed.. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.

SEPLAN. **Anuário Estatístico 2007**. Palmas-TO, 2008.

_____. **Atlas do Tocantins/2008**. Palmas-TO, 2008.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo do Pólo do Jalapão**. Palmas-TO, 2002.

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão**. Palmas-TO, 2003.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Mateiros**. Palmas-TO, 2003.

_____. **Sistema estadual de unidades de conservação e estratégia para conservação nas regiões central e leste do Tocantins**. Palmas-TO, 2006.

SCHÜTER, Regina G. **Desenvolvimento do turismo: As perspectivas na América Latina**. In: Theobald, William F. (org). *Turismo Global*, 2ª ed., São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

SILVA, Keury Juliana N. **Caracterização ambiental de atrativos turísticos no parque estadual do jalapão, município de Mateiros – TO**. Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional. Porto Nacional: UFT, 2007.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. Vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.

THEOBALD, William F. **Significado, âmbito e dimensão do turismo**. In: *Turismo Global*. 2º ed.. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

_____. (org). **Turismo Global**, 2ª ed., São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

TOMMASI, Luiz Roberto. **Estudo de impacto ambiental**. São Paulo: CETESB: Terragraph Artes e Informática, 1993.

TOCANTINS, Lei Estadual nº 1.560 de 5 de abril de 2 005.

_____. Constituição Estadual de 1989.

WESTERN, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1995.

ZIFFER, K. **Ecoturism: an Uneasy Alliance**. Doc. nº 1, Whossington, wildlife conservation Intenational and Erns & young Internacional Management consulting Group, 1990.

WEBIBLIOGRAFIA

Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. Out www.wwf.org.br. Acesso: 20/05/2008.

Declaração de Quebec. http://www.mpe.org.br/publique/media/declaracao_de_quebec.pdf. Acesso: 02/05/2008.

MMA, Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo. 2000. Out. <http://www.chapadadosguimaraes.com.br/direteco.htm>. Acesso em: 15/05/2008

RODRIGUES, W. et al. **Perspectivas de suscetibilidade e potencial de desenvolvimento local: a comunidade de Mumbuca e o estabelecimento do turismo na região do Jalapão**. Out http://www.pegui.org.br/Santos_et_al.pdf. Acesso: 20/10/2008.
<http://www.to.gov.br/naturatins/modulos/home/index.php>, Acesso: 30/04/2008.